

Universidade Salgado de Oliveira
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Mestrado

KELLY BARRETO VIDEIRA CHAVES

**O TRANSFORMISMO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES ATRAVÉS DA
CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - CDES - DOS GOVERNOS LULA**

Niterói
2012



KELLY BARRETO VIDEIRA CHAVES

O TRANSFORMISMO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES ATRAVÉS DA CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CDES - DOS GOVERNOS LULA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social e Política como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, como parte dos requisitos para a conclusão do curso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marly de Almeida Gomes Vianna.

Niterói
2012

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo
Campus Niterói

C512t Chaves, Kelly Barreto Videira.
O transformismo do Partido dos
Trabalhadores através da criação e consolidação
do Conselho de Desenvolvimento Econômico e
Social (CDES) dos governos Lula / Kelly Barreto
Videira Chaves. - Niterói, 2012.

131p.

Bibliografia: p.122-131

Dissertação apresentada para obtenção do
Grau de Mestre em História do Brasil -
Universidade Salgado de Oliveira, 2012.

Orientador: Dsc. Marly de Almeida Gomes
Vianna.

1. Partido dos Trabalhadores (PT) - Brasil. 2.
Partido político - Brasil. 3. Conselho de
Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) -
Brasil. 4. Brasil - Política e governo - 2003-2010.
5. Política - Brasil. I. Título.

CDD 324.281

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

KELLY BARRETO VIDEIRA CHAVES

**O TRANSFORMISMO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES ATRAVÉS DA
CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL – CDES – DOS GOVERNOS LULA.**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História aprovada no dia 05 de julho de 2012 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Marly de A. G. Vianna

Prof.^a. Dr.^a. Marly de Almeida Gomes Vianna (Orientadora)
Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em História da UNIVERSO

Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos

Prof.^a. Dr.^a. Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos
Professora da Fundação Oswaldo Cruz

Ramón Pena Castro

Prof. Dr. Ramón Pena Castro,
Professor da Fundação Oswaldo Cruz

A Deus
Aos meus pais
Ao meu amor

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido tudo o que precisei.

Agradeço à Universidade Salgado de Oliveira pela oportunidade única.

Agradeço ao meu amor, David Santos Pereira Chaves, por estar ao meu lado em todos os momentos e me fazer muito feliz.

Agradeço aos meus pais, Gilmar e Inês, e ao meu irmão, David, pela alegria imensurável que me proporcionam.

Agradeço aos amigos de jornada, companheiros desse curso, especialmente à Eliane Seabra, minha querida amiga.

Agradeço aos funcionários, professores e coordenação do Programa de Pós-Graduação da UNIVERSO por todo o apoio necessário.

Agradeço aos queridos professores Ramón Pena Castro e Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos, pela participação na banca examinadora e por todas as contribuições tão valiosas nesse trabalho. Minha profunda gratidão.

Agradeço à minha orientadora, prof^a Marly Vianna, pela compreensão em tudo e por todas as contribuições para esse trabalho. Toda a minha admiração, respeito e gratidão.

Na oração encontro calma
Na oração encontro paz
Orar a Deus faz bem a alma
Falar com Deus me satisfaz.

Falar com Deus que privilégio
Abrir a alma ao Criador
Sentir que os céus estão abertos
E ouvir a voz do Salvador.

Grande é o nosso Deus
E as obras que Ele faz
O Seu amor não tem limite
Em Seu perdão encontro paz

Falar com Deus é o que preciso
Pois Ele é fonte de poder
Só n'Ele a vida faz sentido
Pois me dá forças pra viver.

(Novo Tom)

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a análise do transformismo que ocorreu no Partido dos Trabalhadores e seus desdobramentos no momento em que o PT alcançou o governo federal. Nessa transformação do partido, foram abandonadas as referências socialistas anteriormente anunciadas, passando a vigorar elementos liberais e a concertação social, enquanto superação dos antagonismos de classes. O objetivo central deste trabalho é contribuir para a explicação das transformações dos projetos políticos hegemônicos considerados de esquerda, no Brasil do século XXI, a partir da investigação dos processos de criação e consolidação do CDES nos governos Lula. A pesquisa utilizou o referencial teórico gramsciano e investigou a relação entre a trajetória do partido e a criação do CDES e a dinâmica da luta de classes nos dois contextos. A hipótese central é que o abandono do socialismo e o conseqüente transformismo do PT são revelados de forma única no interior do CDES.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores (PT), Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Política.

ABSTRACT

This paper presents the results of an investigation on the analysis of Partido dos Trabalhadores (Labour Party, also known as "PT") transformation and its ramifications by the time PT reached the leadership of Federal Administration. During this transformation, its previously announced socialist references were abandoned, while liberal elements and social conciliation took place as a mode of class opposition overcoming. The main point of this paper is an attempt to contribute with an explanation about the changing of leftist hegemonic political projects in a Brazil on the 21st century, starting from investigation of Lula's CDES processes of creation and consolidation. This investigation used Gramsci's theoretical reference and surveyed the relationship between the Party's trajectory and the CDES creation, also, the class struggle dynamics in those two contexts. The central hypothesis rests on the thinking that socialism's abandonment and the PT's consequent transformism are revealed in a unique way inside CDES.

Keywords: Labor Party (PT), Council of Social and Economic Development (CDES), Politics.

SUMÁRIO

	Introdução.....	11
1	PARTIDO DOS TRABALHADORES: ANÁLISE DA SUA TRAJETÓRIA DESDE A FUNDAÇÃO ATÉ A CHEGADA AO GOVERNO.....	14
1.1	Contexto histórico.....	14
1.2	Origem do Partido dos Trabalhadores.....	19
1.3	Correntes internas do partido.....	23
1.4	Divergências internas.....	29
1.5	Características das primeiras administrações.....	32
1.6	O processo das transformações petistas.....	33
1.7	Análise do transformismo do Partido dos Trabalhadores.....	39
2	O BRASIL E O MUNDO NO PERÍODO DE 1989 A 2002: DO CONSENSO DE WASHINGTON ATÉ O GOVERNO LULA.....	45
2.1	Introdução.....	45
2.2	Consenso de Washington.....	45
2.3	Neoliberalismo e a esquerda.....	49
2.4	O Brasil e a crise do capitalismo.....	50
2.5	O projeto hegemônico burguês nos governos Collor e FHC.....	52
2.6	Apresentação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.....	60
2.6.1	<u>Criação do CDES.....</u>	61
2.6.2	<u>Concertação social e Sociedade Civil.....</u>	63
2.6.3	<u>Organização do CDES.....</u>	65
2.6.4	<u>Composição do CDES.....</u>	66
2.6.5	<u>Análise do progressivo desenvolvimento das atividades do CDES.....</u>	68

3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARA OS GOVERNOS LULA.....	74
3.1	Introdução.....	74
3.2	Análise dos documentos produzidos.....	76
3.2.1	<u>Cartas de Concertação.....</u>	76
3.2.2	<u>Agenda Nacional de Desenvolvimento.....</u>	90
3.2.3	<u>Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento.....</u>	93
3.2.4	<u>Observatório da Equidade.....</u>	105
3.3	Análise da consolidação do CDES.....	112
	Conclusão.....	120
	Referências Bibliográficas.....	122
	Fontes.....	128

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que procurou demonstrar o transformismo que ocorreu no Partido dos Trabalhadores – PT – no decorrer da década de 1990 até a vitória de Lula nas eleições presidenciais e a identificação do novo governo com as sugestões do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social – CDES – transformadas em ações concretas.

Tentaremos demonstrar, nas páginas seguintes, que o apoio do governo Lula ao CDES colocou em evidência o transformismo do PT e seu desprezo ao socialismo. Nosso objetivo central é contribuir para a discussão sobre as transformações dos projetos políticos mais influentes da esquerda brasileira contemporânea. Se for possível compreender os mecanismos de transformação do PT, iniciados antes dele ser governo, e as razões para a criação e consolidação do CDES nos governos Lula, teremos alcançado as pretensões gerais deste trabalho.

A ruptura gradual do PT com o socialismo implicou abandonar, ou relegar a um plano secundário, os grandes temas relacionados à existência das classes, das lutas de classes e da exploração capitalista, por exemplo. Esses temas foram cada vez mais diminuídos no cenário do partido até chegar à proposta da superação dos antagonismos de classes, presentes na concertação social do CDES, em prol de um desenvolvimento para o país que acabou por privilegiar mais o empresariado nacional do que os direitos dos trabalhadores.

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram abundantes e de fácil acesso. A documentação relacionada à história do PT, inclusive durante os governos presidenciais, está disponibilizada em meio digital pela Fundação Perseu Abramo e toda a documentação produzida pelo CDES também está disponível no seu próprio sítio.

De modo algum, consideramos que a pesquisa realizada seja definitiva a respeito das transformações ocorridas no PT, ou mesmo, sobre as contribuições do CDES para os governos Lula. Pretendemos contribuir com os pesquisadores que procuram análises históricas sobre as correntes internas do PT, em disputa ao longo

de sua história, e sobre as opções dos governos Lula, relacionadas ao CDES, que revelaram o transformismo desse partido.

A referência teórica central para a concepção do nosso trabalho foi construída a partir dos escritos de Antônio Gramsci. Segundo ele, os Partidos são organismos que atuam na “elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções”. (GRAMSCI, 1999, p.105).

Para Gramsci, a elaboração e a difusão das concepções de mundo são tarefas dos intelectuais, e, por essas funções, os partidos políticos são considerados intelectuais. (GRAMSCI, 2000). Portanto, construir uma política compatível a certa concepção de mundo significa construir um projeto político. Nesse sentido, o PT, ao mudar a sua concepção de mundo – revelada no seu transformismo –, mudou também seu projeto político para que este se tornasse compatível à sua nova visão. Esse novo projeto político é percebido nos programas de governo mais recentes e nas recomendações do CDES, aceitas e incentivadas pelo governo, e incompatíveis com o projeto político histórico da época da fundação do PT.

De acordo com Gramsci, a história de um partido é, também, a história de um determinado grupo social. Embora se trate da história de transformações de um partido e sobre suas opções enquanto governo, não se pode perder de vista, a relação desses acontecimentos com a totalidade ao seu redor. Não consideramos a totalidade como uma soma de eventos particulares, mas como uma

conexão entre estrutura e processo, entre o que é dado (divisão social do trabalho, num certo momento) e o construído (formas de ação política) [...]. A história não é apenas uma lógica (embora a contenha); também não pode ser reduzida à vontade consciente dos indivíduos (mas não pode dela prescindir). (FONTES, 1998, p. 166).

Buscamos as determinações dessa realidade através de análises que consideram que as classes e as lutas de classes são inerentes aos modos de produção baseados na apropriação desigual e exploração do trabalho excedente, pois, apesar de nem todas as relações sociais no capitalismo serem relações de classes, todos os espaços sociais vivenciam as relações de classe. Ignorar a existência das relações de classes nas análises acadêmicas ou nos projetos

políticos não muda essa realidade. As classes e as lutas de classes só deixarão de existir quando forem superados os modos de produção do sistema capitalista. “A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes”. (MARX; ENGELS, 1982, p.93).

Esta dissertação é composta por introdução, três capítulos de desenvolvimento e a conclusão. O primeiro capítulo analisa a trajetória do PT desde a novidade que ele representou no cenário político brasileiro, suas disputas internas, seu transformismo, as campanhas presidenciais até sua chegada ao governo em 2002.

No segundo capítulo, desenhamos o cenário mundial e nacional anterior à posse de Lula em 2002, acompanhando as influências do Consenso de Washington na construção do consenso neoliberal no Brasil. Nesse capítulo, também são discutidas as condições internacionais que favoreceram o transformismo do PT e a sua função na consolidação de uma nova hegemonia burguesa no Brasil pós-ditadura militar. Além disso, analisamos os aspectos de continuidade dos governos FHC nos governos Lula e, por último, apresentamos o objeto desta pesquisa: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo governo Lula.

O terceiro capítulo apresenta a análise e os argumentos em defesa do transformismo do PT, revelado nas principais contribuições do CDES acolhidas pelos governos Lula. Procuramos demonstrar que o governo petista desprezou as referências socialistas do passado, incorporando elementos do liberalismo e eliminando qualquer possibilidade de uma atuação contra-hegemônica.

1 PARTIDO DOS TRABALHADORES: ANÁLISE DA SUA TRAJETÓRIA DESDE A FUNDAÇÃO ATÉ A CHEGADA AO GOVERNO

1.1 Contexto histórico

[...] a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares. Ora, isso provoca consequências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares, com as questões nacionais. (COUTINHO, 2008, p.111).

A partir da segunda metade da década de 1970, o Brasil iniciou o período de transição da ditadura militar para o processo de redemocratização através de um acordo pré-estabelecido entre as classes¹ dominantes. O início desse processo foi durante o último governo militar, representado pelo general João Batista de Figueiredo, que, embora iniciado algumas transformações político-institucionais, não democratizou os poderes dos bancos, nem a terra, nem os monopólios nacionais e internacionais. (SADER, 2010).

¹ Nosso referencial teórico para o estudo das classes sociais é o marxista, o qual entende que as relações sociais de produção, inerentes à sociedade capitalista, definem a existência de dois grupos principais: os capitalistas, enquanto proprietários dos meios de produção, e os trabalhadores, proprietários apenas da mão-de-obra para a transformação da natureza em mercadorias em troca de um salário. Marx também explica que, nessa relação, os capitalistas exploram os trabalhadores e retêm a mais-valia obtida na venda das mercadorias produzidas. Por isso, Marx defende a idéia de que, pela natureza dessa relação, existe um conflito constante que só poderá ser superado fora desse sistema. Marx acredita que o conceito de classe agrupa os indivíduos de uma mesma ocupação nas relações sociais de produção, ou seja, a classe que ele pertence determina a sua relação com a sociedade. Assim, as classes sociais são determinadas historicamente e a ação coletiva dos indivíduos de uma classe é considerada por ele, a principal expressão dos seus interesses. Quando a ação coletiva passa a ser fruto das reflexões do grupo sobre o trabalho, a vida e a sua relação com a sociedade, por exemplo, - compreendendo sua condição de explorado - e estabelece objetivos de longo prazo, pode-se dizer que alcançaram a consciência de classe. Em outras palavras, a consciência de classe gera a ação coletiva, no caso do proletariado (trabalhadores), com o objetivo de pôr fim à sua exploração, ou seja, de pôr fim ao próprio sistema capitalista. (MARX, Karl, 1971).

Em 1985, a escolha de Tancredo Neves em vez de Ulysses Guimarães – líder da oposição democrática – para governar a transição para o governo democrático permitiu que nossa democracia não assumisse implicações para além da esfera político-institucional. Segundo Sader (2010), passamos para uma democracia política sem alma social, sendo apenas democracia formal, como nos moldes do liberalismo, pois uma nova conciliação de elites se deu na eleição do nosso primeiro presidente civil, eleito, não pelo voto popular, mas pelo Colégio Eleitoral, de forma indireta. Por isso, o novo regime democrático se formou mantendo elementos do velho regime.

Uma transição desse tipo – que poderíamos chamar de “fraca” – implicava certamente uma ruptura com a ditadura implantada em 1964, mas não com os traços autoritários e excludentes que caracterizam aquele modo tradicional de se fazer política no Brasil. (COUTINHO, 2008, p.133).

O país, nesse período, vivenciou a expansão e a modernização de sua estrutura produtiva, realizadas através das políticas econômicas dos governos militares, que permitiram o investimento de capitais estrangeiros no parque industrial brasileiro. A região do ABC paulista² concentrava a indústria nacional, especialmente a automobilística.

Esses acontecimentos alteraram os padrões de tecnologia e produtividades nacionais existentes e estabeleceram necessidades diferenciadas de mão-de-obra qualificada, remuneração e condições de trabalho. Se por um lado, as indústrias prosperavam, por outro, os salários estavam submetidos aos constantes arrochos da política econômica dos governos militares. (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991).

² A região conhecida como ABC Paulista, região do grande ABC, ABC ou ainda ABCD, é uma área tradicionalmente industrial de São Paulo. Essas siglas vêm das cidades, que originalmente formavam a região: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C) e Diadema (D), que é, às vezes, incluída na sigla. A grande presença de indústrias nessa região favoreceu o nascimento do novo sindicalismo no Brasil, incluindo enormes greves operárias na década de 1970, e o surgimento do PT e da CUT. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

Em razão das demandas dos trabalhadores, a partir de 1973, novas exigências foram sendo pleiteadas pelo que se denominou de “corrente autêntica” do sindicalismo ou “novo sindicalismo³” e entre elas estavam as necessidades de modernização da legislação trabalhista, da negociação coletiva direta entre sindicatos e empresas e a autonomia sindical.

Greves intensas foram realizadas entre os anos de 1978 e 1979 e, nas pautas, foram incluídos os pedidos por redemocratização, fim da repressão e liberdade do exercício de greve. MENEGUELLO (1989) explica que a abertura política teve duas dimensões principais: uma político-institucional e outra dos movimentos sociais reivindicatórios. Dessa forma, o novo sindicalismo angariou espaço na mídia nacional, principalmente através de Lula, e o apoio público de políticos e sindicalistas de outros estados, estudantes e intelectuais, atraindo, inclusive a participação de assalariados de classe média, como servidores públicos, bancários e professores. (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991).

A atuação do sindicalismo metalúrgico da região do ABC paulista em oposição à ditadura abriu um caminho para a mobilização de milhares de trabalhadores, que conquistaram o fim da política do arrocho salarial que durava mais de uma década. Devemos considerar a intensa urbanização e favelização das grandes cidades em virtude do aumento do número de operários das indústrias e do êxodo rural, que resultou na precarização das condições de vida da população.

Em razão disso, os novos movimentos sociais⁴, portadores de pautas específicas de reivindicações, passaram a se mobilizar por saneamento básico, habitação, educação e saúde. Neles, se integravam os movimentos feministas, de negros, os ambientalistas, os indígenas, as Comunidades Eclesiais de base⁵. Nesse

³ No final da década de 1970, o país vivenciou o novo sindicalismo, que significou o ressurgimento do movimento sindical, o qual se tornou uma referência para a resistência operária contra a exploração da força de trabalho, o arrocho salarial e a lógica da acumulação capitalista.

⁴ Para o estudo dos Novos Movimentos Sociais deste período, ver GOHN, 2000.

⁵ A CEB - Comunidades Eclesiais de Base - se constituiu de grupos de pessoas (em torno de 20 a 80) que eram vizinhas e se encontram para refletir e transformar a realidade pelo conhecimento da Bíblia e das questões eclesiais e que, posteriormente, passaram a reivindicar melhorias em seus bairros. Nessa mobilização, adquiriram consciência política e social e se inspiraram no método de

contexto, novas lideranças populares foram projetadas, dentre elas, a de Lula foi a mais expressiva.

No âmbito dos movimentos sociais, o que teve maior fôlego e um percurso peculiar foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) [...] Sofreria as influências desses processos, mas simultaneamente produziria uma atuação bastante original. Sua principal reivindicação – a reforma agrária [...] Diferentemente dos demais movimentos sociais, entretanto, o MST precocemente enfrentou o extremo conservadorismo no meio rural e, com a coligação com os setores proprietários urbanos, contra qualquer alteração do estatuto da propriedade no Brasil. A defesa abstrata da propriedade unificava os setores dominantes, levando-os a apoiar o uso aberto da violência armada pelos proprietários rurais – o a agir com extrema complacência em relação a ele. [...] Sua reivindicação [...] colocava em xeque a aliança entre grandes proprietários rurais e urbanos que caracterizara o processo de expansão capitalista no Brasil. (FONTES, 2010, p. 221).

Configurou-se, então, um movimento que reivindicava transformações sociais, e não apenas o fim da ditadura. O fortalecimento desse movimento proporcionou a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁶, do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁷, além das

Paulo Freire de alfabetização de adultos, que defendia a metodologia que levasse da conscientização à ação. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

⁶ Sobre as transformações ocorridas na CUT ver capítulo II. Para conhecer as informações institucionais da CUT retiradas do seu site, disponibilizamos o seguinte trecho: A CUT - Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira, de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.438 entidades filiadas, 7.464.846 trabalhadoras e trabalhadores associados e 22.034.145 trabalhadoras e trabalhadores na base. Desde sua fundação, a CUT tem atuação fundamental na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social ao longo da história brasileira, latino-americana e mundial. Os avanços obtidos na proposta de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho e a eleição de um operário à presidência da República em 2002, são fortes exemplos dessas mudanças e resultados diretos das ações da CUT em sua luta incansável pela garantia e ampliação de direitos da classe trabalhadora. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>>. Acesso em: 12 de Maio de 2012.

⁷ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra: Há aproximadamente 30 anos, em Cascavel (PR), centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... Trabalhadores rurais sem terras, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que então cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade. Um projeto que anunciava a “modernização” do campo quando, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a

mobilizações populares que antecederam a Assembléia Constituinte⁸ e a campanha pelas eleições diretas⁹ para presidente da República.

O regime militar havia criado os partidos da ARENA e MDB¹⁰ como uma forma de substituir as identidades partidárias existentes antes de 1964. Por essa substituição, no período da abertura política, não havia antigos partidos que pudessem reassumir antigas identidades partidárias. Por isso, um novo espaço

mecanização, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais, ao mesmo tempo em que ampliavam o controle da agricultura nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702/>>. Acesso em: 20 de Maio de 2012.

⁸ Assembléia Constituinte: a convocação da Constituinte, como também o seu próprio funcionamento, foi uma vitória da opinião pública. Houve, em todo o Brasil, um grande esforço de participação popular. Não apenas antes e durante a elaboração da Constituição Federal, mas também antes e durante o processo de votação das Constituições Estaduais. Por causa dessa grande participação popular, o período pré-constituente e constituinte foi riquíssimo para o crescimento da consciência política do povo brasileiro. Nem todas as aspirações manifestadas pelo povo encontraram eco na Assembléia Constituinte Federal e nas Assembléias Constituintes Estaduais. Por outro lado, alguns artigos que compunham a nova constituição e que resultaram da pressão popular permaneceram "letra morta"; ou porque dependem de regulamentação; ou porque não estão sendo respeitados. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/dhbrasil/br12.html>>. Acesso em: 23 de Março de 2012.

⁹ Diretas Já: esse movimento apoiava o projeto de lei proposto pelo deputado Dante de Oliveira, que almejava a realização de eleições diretas para presidente do país. O movimento teve a participação dos mais variados setores da sociedade e apontava claramente que a ditadura e os militares tinham seus dias contados na liderança do Brasil. Nas eleições de 1982, foi possível que concorressem candidatos civis dos recentes partidos. Entre eles, se elegeu o deputado federal pelo PMDB Dante de Oliveira, assumindo o cargo no dia 1 de janeiro de 1983. Desde sua posse, o deputado se empenhou em coletar assinaturas de apoio ao seu projeto de lei, que determinaria eleições diretas para presidente e, após conseguir o auxílio de 170 deputados e 23 senadores, apresentou, então, a Proposta de Emenda Constitucional Nº5 no dia 2 de março de 1983. A proposta, que popularmente ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira, logo tomou espaço na mídia e mobilizou os mais variados setores da população brasileira. Partidos políticos, lideranças sindicais, civis, artísticas, estudantis e jornalísticas engrossaram um dos maiores movimentos sociais da história do país, as Diretas Já. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/diretas-ja/>. Acesso em: 7 de Maio de 2011.

¹⁰ Fundada em 4 de abril de 1966, a Aliança Renovadora Nacional – ARENA - era um partido político conservador. "*Expressão política da Revolução de Março de 1964, que uniu os brasileiros em geral, contra a ameaça do caos econômico, da corrupção administrativa e da ação radical das minorias ativistas, a ARENA é uma aliança de nosso povo, uma coligação de correntes de opinião, uma aliança nacional*". A criação da ARENA se deu em decorrência do Ato Institucional Número Dois, de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, instituídos pelo regime militar e que terminaram com o pluripartidarismo existente no país, também extinguíram os 13 partidos políticos legalizados e determinaram a implantação do bipartidarismo no Brasil. Seus membros e eleitores eram chamados de "arenistas". O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi organizado em fins de 1965 e fundado no ano seguinte. Caracterizou-se por sua multiplicidade ideológica, especialmente, em razão dos embates entre os "autênticos" e "moderados" quanto aos rumos a seguir no enfrentamento ao poder militar. Foi um partido político brasileiro que protegeu os opositores do Regime Militar ante o poderio governista da ARENA. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

estava aberto para que novas siglas – desvinculadas dos partidos do período militar e dos anteriores a ele, por exemplo, o getulismo e o sindicalismo corporativista¹¹ - pudessem iniciar a organização formal de um novo partido político.

1.2 Origem do Partido dos Trabalhadores

Em 14 de Outubro de 1979, reuniram-se na cidade de São Bernardo (São Paulo), líderes sindicais, intelectuais, parlamentares progressistas do MDB e movimentos sociais para pensarem a organização do Partido dos Trabalhadores. Um dos temas em pauta era a definição se o PT seria formado apenas pelos operários industriais. Keck (1991, p.85) afirma que no ano do início da organização do PT, Lula já tinha a clareza de que o novo partido não seria apenas de operários ou sindicatos, mas sim de todos os assalariados.

Finalmente, em 10 de Fevereiro de 1980, 101 líderes assinaram o livro de fundação do PT no tradicional Colégio Sion, em São Paulo, tendo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema como o principal centro organizador do partido. A análise de um dos documentos históricos sobre a

¹¹ Getulismo: Caracteriza-se pela admiração à pessoa de Getúlio Dornelles Vargas, que ficou conhecido como “o pai dos pobres”. Ele dirigiu o país de forma autoritária, semelhante ao modo fascista. Getúlio foi um político que atuou entre 1930 a 1954. Entende-se por getulismo os ideais de governo e a forma de atuação, suas prioridades, seus mecanismos administrativos. A chamada era Vargas ficou caracterizada pela concentração das decisões em suas mãos, o que influenciou governos posteriores no modo de governar. Vargas tinha, como fundamento, a ordem burguesa para atingir o progresso. Seu governo era autoritário e usava a força policial para coibir os mais variados movimentos sociais, no entanto, atendia as questões trabalhistas, como jornada de trabalho, trabalho da mulher e funcionalismo público. O período de 1930 ficou caracterizado pela promoção da indústria, proteção ao trabalhador urbano e atuação das forças armadas. Sindicalismo corporativista: Dentro da visão corporativista, os sindicatos organizam-se de forma vertical e são considerados órgãos privados com funções públicas, mas subordinados ao controle estatal através do Ministério do Trabalho, que funciona como agente regulador. O corporativismo estatal tem como principal objetivo acabar com o conflito político, silenciando as diferenças ideológicas e, dessa maneira, configura-se como uma das formas mais sofisticadas e autoritárias de governo que se conhece. Nosso modelo sindical sofreu a influência direta desse paradigma, que tinha como principal meta o controle social em prol da construção de um país “harmonioso e pacífico”, moderno e desenvolvido. Disponível em: <<http://redejudiciaria.blogspot.com.br/2009/11/o-sindicalismo-brasileiro-uma-visao-da.html>>. Acesso em: 12 de Maio de 2012.

fundação do PT, a carta de princípios (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979), revela as idéias iniciais sobre a função do trabalhador no partido.

Agora, chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro. Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979, p.5).

O processo de criação do PT representou uma novidade na formação dos partidos políticos do Brasil, principalmente por romper com a institucionalidade dos governos militares que haviam programado uma abertura política “lenta, gradual e segura” através da reforma partidária que a compunha.

[...] o PT surgiu de um momento político novo e de uma experiência política, de profunda resistência, assim como de uma original ruptura histórica com a antiga e viciada política paternalista sobre a classe trabalhadora [...]. (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 25).

Contribuíram para a formação do Partido dos Trabalhadores, inúmeros grupos da esquerda organizada e de católicos, através das comunidades eclesiais de base e das pastorais da terra¹².

As forças emergentes da Sociedade Civil queriam se fazer representar autonomamente tanto em suas reivindicações específicas quanto em sua luta mais geral pela volta da democracia política. Ao não se sentirem representadas pelo MDB, tais forças passaram a cogitar a criação de um novo partido, que funcionasse como canal de expressão destes

¹² A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente, a CPT desenvolveu, junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra, um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel, pois ajudou a defender os cidadãos da crueldade deste sistema de governo, que favorecia os interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e, também, porque a igreja possuía certa influência política e cultural. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=4>. Acesso em: 02 de Maio de 2012.

movimentos, vocalizando as suas reivindicações e atuando no campo político-institucional, do qual estavam afastadas. Esta nova agremiação política seria o PT. (RIBEIRO, 2004, p.70).

A criação do PT se deu de baixo para cima, ou seja, por estar fora do congresso nacional, era composto por esferas da sociedade que ansiavam ser incluídas no plano político-institucional, por isso possuía intensos laços com a Sociedade Civil¹³ organizada e um claro projeto de esquerda – características opostas ao padrão de política brasileira. (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989; RIBEIRO, 2008).

É bem conhecida a novidade representada pelo PT na história política brasileira: não só o PT rompeu com a velha tradição elitista de partidos organizados de cima para baixo – na verdade o PT foi o primeiro partido, nos últimos 50 anos, a nascer da iniciativa dos “de baixo” - como também rompeu a tradição dos partidos que nasciam dentro do Estado ou por iniciativa do Estado. (MOISÉS, 1982, p. 182).

A novidade petista residiria, portanto, na origem classista do partido. Mas, teria sido nova também a sua independência em relação ao jogo político dominante, pois o partido não fora, nem de longe, obra de engenharia política da classe dirigente. (GARCIA, 2000, p.21).

Segundo Meneguello (1989), a origem, o projeto político e o desenho institucional petista sistematizam a sua originalidade na cena política brasileira. O PT desprezava a social-democracia e o comunismo em prol do socialismo-democrático, ainda não muito definido, e nesse projeto socialista agregava, sob o manto da democratização da política, novas formas de participação, tais como: o participacionismo, o basismo, o assembleísmo¹⁴.

¹³ Entendemos o conceito de Sociedade Civil no sentido gramsciano, que significa uma arena de lutas de classes, o conjunto de aparelhos privados de hegemonia que representam os interesses de diversas classes sociais.

¹⁴ Basismo, Assembleísmo e Participacionismo - o envolvimento, de forma direta, da base. Particularmente forte nos movimentos sociais hegemonizados pela Igreja Católica, no papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas à promoção da cidadania e o engajamento crescente de importantes setores da classe média nas práticas participacionistas. A expressão “basismo” foi amplamente difundida no curso dos anos 80, mais particularmente no Brasil, onde a herança da Teologia da Libertação foi mais forte que em outros lugares. Os militantes, dentre os quais muitos integrantes de organizações internacionais não-governamentais (ONGs), os intelectuais e funcionários de agências públicas locais, buscavam resgatar as distintas formas de manifestações populares, suas referências e seus objetivos, de maneira a permitir pensar políticas sociais e urbanas locais e, sobretudo, estabelecer diferentes efeitos de feedback, num contexto de intenso debate político dos anos 80. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

Não há dúvida de que existe, no PT, algo de singular e inusitado que vem da participação, numa mesma organização partidária, de dirigentes sindicais, militantes socialistas de diferentes filiações ideológicas e militantes católicos de numerosas entidades ligadas à Igreja. No plano organizatório, isso significa a presença concomitante – mas não oficial – de sindicatos e associações de classe, organizações católicas (como as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra, etc.) e de várias pequenas organizações de esquerda (os “grupelhos”, como algumas vezes são pejorativamente chamadas, ou as “tendências”, como são oficialmente designadas). No plano ideológico, resulta daí a mistura, nem sempre harmoniosa, de concepções socialistas democráticas ao lado de outras leninistas e trotskistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado e de um socialismo já não tão moderado da Teologia da Libertação. A tudo isso deve-se acrescentar uma dose de nacionalismo terceiro-mundista, outra de antistalinismo e outra de pragmatismo sindical. Desse modo, realmente o PT deve ser entendido como algo novo na história dos partidos brasileiros e dos partidos de esquerda. (RODRIGUES, 1990, p.9).

Segundo Garcia (2000), quando o PT surgiu em 1980, ele rompeu com a lógica do regime vigente, representando uma ameaça à burguesia e logo foi rotulado como “radical”, pois era um obstáculo importante aos objetivos da classe dominante, que desejava fazer a transição “por cima”. Nesse aspecto, é importante ressaltar que

Quando a Sociedade Civil começa a emergir no Brasil, o que tem lugar sobretudo a partir dos anos 1920, logo se manifesta a tendência do Estado a absorvê-la como um momento subordinado, o que se expressa precisamente no modo corporativo de representação dos interesses. Com isso, é favorecido o permanente fortalecimento do Estado e a não menos permanente tendência ao debilitamento da Sociedade Civil. (COUTINHO, 2008, p.117).

Coutinho nos ajuda a compreender historicamente a novidade que representou a forma do PT. A decisão de romper com a ordem vigente era uma forte característica do PT na década de 1980. Isso significava que o partido tinha um projeto de independência de classe¹⁵ e de oposição radical, apesar de seus

¹⁵ O princípio da independência de classe do proletariado significa que os trabalhadores têm de elaborar um programa político independente da burguesia e construir suas próprias organizações sindicais e políticas para a luta contra a exploração capitalista em direção à revolução socialista. O Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels para uma organização de operários, é um marco da independência de classe do proletariado, a tomada de consciência da necessidade de se constituir em partido proletário independente. Desde então, diversos teóricos reformistas têm se esforçado para convencer os trabalhadores a abandonarem a concepção marxista da independência de classe, divulgando suas idéias de conciliação no movimento operário. Segundo Marx, a burguesia e o proletariado são as classes fundamentais, antagônicas e inconciliáveis no capitalismo. Em sua busca por lucros, a classe dos capitalistas empreende a luta contra toda a classe trabalhadora. Como dizia Lenin: “Todos os patrões se unem em um mesmo interesse: manter os trabalhadores submissos e pagar-lhes o salário mais baixo possível”. Nessa luta, a principal arma da burguesia é o Estado capitalista. Da mesma forma, os trabalhadores se unem

fundadores jamais terem se posicionado como um partido revolucionário no sentido clássico marxista. Mesmo assim, muitos intelectuais e políticos de esquerda foram contra a criação do PT por entenderem que ela fracionaria a oposição. Defendiam que o MDB poderia ser um espaço legítimo de representação das demandas dos trabalhadores no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Lula explicou como entendeu a necessidade de organização dos trabalhadores, através da criação de um novo partido.

Realmente eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política. [...] [descobrimos] que não basta passar por cima da legislação de exceção e fazer greve. Que não bastava quebrar a lei do arrocho, porque só isso iria solucionar o problema dos trabalhadores. Descobrimos então a necessidade da organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores: PT. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980b, p. 51).

1.3 Correntes internas do partido

A corrente interna majoritária do PT, a Articulação¹⁶, definia o socialismo como uma referência de classe e mencionava o desejo de construir, através dos trabalhadores, uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Foi construída com forte presença dos líderes sindicais e com poucos integrantes de grupos marxista-leninistas e talvez, por isso, nunca tenha se visto como marxista, embora seu projeto político fosse pela independência de classe e pela organização política da classe trabalhadora.

A busca da participação basista via democracia interna direta ou participativa, exitosa nas greves de fins dos anos 70 no ABC, subjaz a organização inicial do PT, refletindo-se na tentativa de maximização da participação e do poder dos filiados nas decisões partidárias em todas as instâncias. (RIBEIRO, 2004, p. 82).

para a luta contra os patrões para não permitir que o capital lhes esmague, e para defender seu direito a uma existência humana. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

¹⁶ O grupo que se organizou formalmente em 1983 e que ficou conhecido inicialmente como *Articulação dos 113* constituiu-se de militantes cujas trajetórias se cruzaram no espaço político aberto no final dos anos 70 pelas mobilizações dos trabalhadores. (COELHO, 2005, p. 35).

O PT entendia que a democracia plena deveria ser a base da sua existência. Para alcançar a conscientização e a organização dos trabalhadores, o partido estava disposto a ouvir as minorias e as tendências internas do partido, respeitando suas opiniões e dando-lhes liberdade para expressá-las, e também dar voz às lideranças populares não pertencentes ao partido, tamanha era a importância dada ao exercício da democracia.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais. Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas, que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma que se integrem nas discussões: • lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido; • todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979, p.6).

Essa visão consolidou a hegemonia da tendência Articulação sobre as outras correntes internas do PT e, para mantê-la, era necessário o esforço de organizar os trabalhadores e de sustentar a identificação da burguesia como classe antagônica. Ao analisar o capitalismo e a luta de classes no Brasil, a Articulação defendia que era possível lutar para a construção de uma sociedade socialista, em razão das próprias contradições reais do capitalismo e da luta de classes. (COELHO, 2005).

Esse entendimento de manter a burguesia como classe antagônica, de organizar os trabalhadores e de vislumbrar a construção de uma sociedade socialista, inclusive ao longo do governo Sarney¹⁷, fez com que o PT rejeitasse quaisquer alianças com a burguesia ou com os seus partidos. “Por isso, o PT

¹⁷ O Governo Sarney, também chamado de Governo José Sarney (15 de março de 1985 - 15 de março de 1990), é um período da história política brasileira que corresponde à posse de José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney na Presidência da República até a sua sucessão por Fernando Collor. Sarney assumiu o governo interinamente após a internação de Tancredo Neves, e definitivamente em 21 de abril de 1985, após a morte do qual foi o primeiro presidente civil após mais de vinte anos de regime militar no Brasil. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

[pretendia] chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social". (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979, p.8).

A luta de classes era o fundamento das relações do PT, tanto internamente quanto externamente. Apesar de não se afirmar como corrente marxista, a Articulação construiu uma contra-hegemonia nos anos 1980, atuando como intelectual orgânico¹⁸ da classe trabalhadora e sistematizando um projeto político que desafiava a direção intelectual e moral da burguesia - a identificação com o marxismo era maior do que a Articulação supunha. Não é o caso de se aplicar à Articulação a etiqueta "marxista", mas é possível afirmar que sua relação "[...] com o marxismo, na esfera da [...] práxis, era intensa o suficiente para designar como crise do marxismo as mudanças que vieram nos anos 90". (COELHO, 2005, p.192).

Não é simples, portanto, a definição das relações entre o projeto político da Articulação nos anos 80 e o marxismo. A recusa aberta da Articulação em se reconhecer como marxista atendia, certamente, à necessidade de abrigar da melhor maneira possível um coletivo extremamente heterogêneo de militantes com diferentes níveis de experiência, que incluía católicos, ativistas do movimento sindical e popular e intelectuais. Mas a recusa indica claramente também o esforço de demarcação com as demais correntes de esquerda dentro e fora do PT, o que trazia água ao moinho do petismo autêntico: sendo distinta da esquerda "tradicional", que se autoproclamava marxista, a Articulação seria a verdadeira portadora da novidade histórica representada pelo PT. (COELHO, 2005, p.191).

¹⁸ Gramsci estudou vários tipos de intelectuais (urbanos, industriais, rurais, burocráticos, acadêmicos, técnicos, profissionais, pequenos, intermediários, grandes, coletivos, democráticos etc.) e interpretou suas funções na sociedade de maneira original, substituindo a forma comum de entendê-los como um grupo em si, "autônomo e independente" para compreendê-los no conjunto das suas relações sociais". Ao não os restringir a uma existência abstrata ou avulsa, Gramsci considera que os intelectuais estão intimamente entrelaçados nas relações sociais das suas classes, que são determinadas por um determinado modo de produção. Para Gramsci, os intelectuais tradicionais, estagnados no mundo agrário do Sul da Itália, ainda estavam presos a uma formação socioeconômica superada. Estes eram os que se consideravam superiores às outras classes: o clero, os funcionários, a casa militar, os acadêmicos. Segundo Gramsci, essa superioridade ou neutralidade, os distanciava da compreensão do sistema de produção e das lutas hegemônicas do atual jogo de poder político e econômico. Por isso, os intelectuais orgânicos de Gramsci, ao contrário dos tradicionais, integram um organismo vivo e em expansão, e estão ligados ao mundo do trabalho e às organizações diversas da sociedade. Os intelectuais orgânicos têm consciência dos seus vínculos de classe e manifestam a sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da Sociedade Civil, construindo o consenso em torno do projeto da classe que defendem, e na sociedade política, para garantir a manutenção do poder do seu grupo social. A conexão do mundo do trabalho com a ciência, com as humanidades e com a política formam, em Gramsci, o novo princípio educativo e a base do intelectual orgânico.

No documento histórico sobre a fundação do PT, ficou registrada a essência da contra-hegemonia pensada pelo partido, para conscientizar os trabalhadores sobre a utilização dos recursos nacionais para o bem estar de toda a sociedade e não somente do capital. Para que esse objetivo fosse alcançado, o partido definiu que a economia deveria estar submetida aos interesses do povo, por isso o poder político deveria representar esses interesses.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980a, p.3).

O PT se apoiava na independência de classe, na democracia interna e na presença nas lutas dos trabalhadores¹⁹. Na prática, isso significava a intenção de não se render a opções políticas que prejudicassem o interesse dos trabalhadores. (GARCIA, 2000).

Ao projetar-se à frente das greves do ABCD, Lula é a demonstração viva da ruptura com o arrocho salarial e com o servilismo sindical, mas também com a oposição frouxa dos políticos consentidos que diziam não concordar com o regime militar, mas se submetiam a seus planos e cronogramas. (POMAR, 1990, p.31).

As eleições de 1982 demonstraram os efeitos da ruptura com a ordem e com a tradição eleitoral no país: '[...] do ponto de vista da construção de uma identidade de classe, a campanha do PT era inédita: "Trabalhador vota em trabalhador", "Quem

¹⁹ Segundo Marx, a burguesia e o proletariado são as classes fundamentais, antagônicas e inconciliáveis no capitalismo. Em sua busca por lucros, a classe dos capitalistas empreende a luta contra toda a classe trabalhadora. Como dizia Lenin: "Todos os patrões se unem em um mesmo interesse: manter os trabalhadores submissos e pagar-lhes o salário mais baixo possível". Nessa luta, a principal arma da burguesia é o Estado capitalista. Da mesma forma, os trabalhadores se unem para a luta contra os patrões para não permitir que o capital lhes esmague, e para defender seu direito a uma existência humana. O princípio da independência de classe do proletariado significa que os trabalhadores têm de elaborar um programa político independente da burguesia e construir suas próprias organizações sindicais e políticas para a luta contra a exploração capitalista em direção à revolução socialista. O Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels para uma organização de operários, é um marco da independência de classe do proletariado, a tomada de consciência da necessidade de se constituir em partido proletário independente. Desde então, diversos teóricos reformistas têm se esforçado para convencer os trabalhadores a abandonarem a concepção marxista da independência de classe, divulgando suas idéias de conciliação no movimento operário. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br>>. Acesso em 07 de Abril de 2012.

vota em peão, não vota em patrão”, “Vote no três, que o resto é burguês”. (GARCIA, 2000, p.25-26).

O resultado da eleição de 1982 foi o seguinte: 3,3 % do total de votos nacionais para o PT, com oito deputados federais eleitos (seis em São Paulo), doze deputados estaduais (nove em São Paulo), dois prefeitos (um em Diadema - SP), setenta e oito vereadores em trinta e nove municípios. Lula conseguiu mais de um milhão de votos quando se candidatou a governador de São Paulo. Esses resultados foram obtidos apesar das regras eleitorais, que privilegiavam os grandes partidos da ordem. (GARCIA, 2000).

De acordo com Garcia (2000), a direção do partido fez uma análise pessimista do resultado eleitoral de 1982, já que Lula não se elegeu governador. Isso os levou a entender a necessidade do início de uma política de alianças.

Inicialmente, essa perspectiva se materializou na diferença de perfis das candidaturas próprias do PT. Enquanto, em 1982, houve grande quantidade de candidaturas operárias, em 1986, as candidaturas foram de classe média. “O resultado obtido em 1986 reflete essa mudança: dos 16 deputados federais eleitos apenas dois eram metalúrgicos, sendo os demais 14 profissionais de classe média”. (RODRIGUES, 1990, p.20).

A primeira coligação do PT se deu em 1986, em uma convenção dividida, com a candidatura de Fernando Gabeira (do coletivo verde). A Articulação, nesse momento, era contra a descaracterização do caráter classista do partido e por isso elaborou um documento - recorrendo contra a participação de Gabeira e pedindo a anulação da coligação -, chamado “Articulação por um PT classista”, apresentando-o no 4º Encontro, realizado em maio de 1986, em São Paulo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

Os principais argumentos apresentados pela Articulação neste documento foram: “[...] Nos colocamos contra a candidatura Gabeira porque ela não está identificada com as metas principais do programa do PT. [...] Fez campanha para Saturnino (PDT/RJ) e Fernando Henrique (PMDB/SP)”.

Além disso, a Articulação ressaltava que o coletivo verde de Gabeira: “apoiou o Colégio Eleitoral, se posicionou a favor da “Nova República” e a favor do “pacotão” embora, como candidato, agora, vacila em relação ao assunto”, e mencionava ainda o seguinte sobre a candidatura de Gabeira: “Tem se colocado sempre contra a existência de partidos políticos” e “Declarou [...] que, após as eleições, passaria a se dedicar à organização do Partido Verde, caracterizando assim o PT como uma sigla de aluguel”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 300). A Articulação não ganhou o recurso e a política de alianças prosseguiu, conforme podemos observar:

Desde seu 5º Encontro nacional, em dezembro de 1987, o PT não somente vinha reiterando sua crítica às experiências negativas da esquerda brasileira, ao atrelar os trabalhadores a diferentes setores da burguesia e descambar sua política de alianças para a colaboração de classes, como também empenhava-se para superar o sectarismo e a intolerância, que em nome do sentimento da independência de classe e de oposição ao reformismo, impediam tanto a aplicação de uma política de alianças quanto a discussão mesma do assunto. [...] Foi assim que, em 1988, o PT conseguiu estabelecer coligações com outros partidos de esquerda e progressistas em pelo menos dez capitais: com o PCB em Rio Branco, Fortaleza, Vitória, Porto Alegre e São Paulo; com o PC do B em Vitória, Cuiabá, João Pessoa e Natal e São Paulo; com o PSB em Fortaleza, Vitória, Cuiabá, João Pessoa, e Natal; com o PV no Rio Branco, Fortaleza, Vitória e João Pessoa; com o PH em Vitória e Natal; com o PSDB em Vitória; e com o PDT em Goiânia e São Paulo (onde retirou a candidatura a favor da candidata do PT). Em Camboriú (SC), Americana (SP), e Baturité (CE), o PT indicou os vices da chapa, conjunta com o PDT. (POMAR, 1990, p. 37-38).

Dessa forma, nos encontros seguintes, foram sendo aprofundadas as práticas das alianças com diversos partidos.

Nossa política de alianças do 5º e do 6º encontros nos autorizava a realizar alianças com PSB, PV, PH, PCB e PC do B dentro de determinados critérios e, só em casos excepcionais e particulares, com o PDT, o PSDB e com setores progressistas do PMDB. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p.460).

O partido fez aliança, inclusive, com o PSDB, na busca de um programa democrático e popular.

[...] Hoje, predomina no PSDB a busca da terceira via, mas amanhã pode estar mais próximo de nós. Por isso, o PT deve disputar o apoio da militância e do eleitorado tucano, a começar pelas cidades onde coligamos, polarizando o máximo de forças para uma aliança com esse partido, a partir de um programa democrático e popular. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 569).

1.4 Divergências internas

Após a campanha presidencial de 1989, quando Lula conseguiu, pela primeira vez, chegar ao segundo turno – em que foi derrotado por Collor, o PT realizou uma profunda revisão em seu programa partidário, especialmente na elaboração de documentos e nos discursos dos seus líderes, com o objetivo prioritário de alcançar vitórias eleitorais. Nesse momento, a Articulação já era um grupo constituído e experimentado nas divergências internas e com condições de levar adiante diferentes posições ideológicas, especialmente a de renunciar a organização política da classe trabalhadora (COELHO, 2005).

Até o 5º Encontro Nacional em 1987, o Partido dos Trabalhadores viveu um progressivo aumento das correlações de forças internas, principalmente porque os grupos de esquerda obtiveram maior quantidade de delegados do que havia até então. Nos 3º e 4º Encontros Nacionais do partido, ocorridos em 1984 e 1986, a Articulação já havia enfrentado e ganhado as oposições das correntes mais radicais para manter o controle do Diretório Nacional. (COELHO, 2005).

Por causa desse avanço dos grupos internos mais radicais a partir de 1987, foi aprovada uma resolução sobre o funcionamento das tendências petistas, que dizia que o PT não podia apenas ser mais uma frente partidária, mas deveria alcançar a união absoluta dos seus membros em torno das ações partidárias, sendo garantidas as liberdades de expressão e atuação de todas as tendências internas. (Id., Ibid.).

Essa regulamentação institucionalizou as tendências e os “partidos” que atuavam no interior do PT e, por isso, com o tempo, as maiores diferenças foram se dissolvendo entre as diversas tendências majoritárias. Os que não aceitaram essa mudança foram expulsos: a Causa Operária, em 1990, que posteriormente formou o PCO - Partido da Causa Operária e a Convergência Socialista, em 1992 – que veio a formar o PSTU, Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado.

Essas inovações fizeram com que cada tendência interna atuasse para aumentar a quantidade de membros e para alcançar maior espaço na organização do partido. Surgiu, então, pela primeira vez, uma tendência mais à direita da Articulação, transformando-a em uma tendência centrista: a Democracia Radical,

originada de diferenças irreconciliáveis com a esquerda partidária e tendo como maiores líderes Marina Silva, José Genoíno, Eduardo Jorge e Tarso Genro. (RIBEIRO, 2004).

Apesar da diminuição nos números de delegados, a Articulação em 1990, ainda era a corrente hegemônica do partido, porém sua gestão 1990-1993 gerou uma insatisfação que levou à sua primeira derrota em junho de 1993, durante a realização do 8º Encontro Nacional, quando membros importantes da Articulação, como Falcão, Arlindo Chinaglia, Adão Pretto e Luciano Zica mobilizaram-se na criação de um novo grupo: a Articulação de Esquerda. Esta, juntamente com outros grupos de esquerda, formou duas chapas vencedoras, que totalizaram 55,59% dos delegados e tiravam da Articulação o controle do Diretório Nacional. (COELHO, 2005).

Além disso, a vitória da esquerda no interior do PT impediu a formação de uma aliança com tendências centristas, inclusive com o PSDB, para concorrer à presidência em 1994, pois o PT somente poderia se unir com as suas tradicionais aliadas, fato que restringiu as possibilidades de alianças, inclusive no âmbito estadual, para que Lula pudesse vencer as eleições, aprofundando o isolacionismo gerado pela nova direção à esquerda do PT. (COELHO, 2005).

O programa de governo - preparado pela nova direção para as eleições de 1994 - refletia o caráter oposicionista que identificava a nova corrente majoritária do PT.

Em primeiro de maio de 1994, o 9º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, aprovou estas bases do Programa de Governo com o qual Luiz Inácio Lula da Silva disputará a Presidência da República nas próximas eleições. O Programa que entregamos ao povo brasileiro é o resultado de um ano de discussões envolvendo dezenas de milhares de militantes do partido e amplos setores da Sociedade Civil. Ele é o produto de uma reflexão sobre os grandes problemas nacionais, um conjunto de propostas para vencer a grave crise que o país atravessa, refletindo a vontade de mudança que anima milhões de brasileiros. As idéias e propostas aqui expressas são também nossa contribuição aos demais partidos que integram a Frente, para a elaboração de uma plataforma eleitoral comum. Longe de ser um diagnóstico acadêmico da crise brasileira, um receituário de propostas formuladas em gabinetes fechados ou uma peça retórica de vagas declarações de intenções, este programa quer ser antes de tudo um compromisso. Queremos afirmar claramente nossa

disposição de inverter radicalmente as prioridades que nortearam até agora os governos deste país. Este é o programa de um governo que submeterá todos seus objetivos à meta central de combater a pobreza e a indigência que atingem metade da população brasileira. Para atacar a exclusão social, concentraremos nossas iniciativas no combate à fome, ao desemprego, ao abandono dos menores, ao descalabro da educação e da saúde, a ausência de moradia e de saneamento. É a partir destes objetivos de combate à exclusão social que se organizará o conjunto da ação governamental, especialmente sua política econômica. Por estas razões queremos constituir um governo de reformas, que, pela primeira vez em nossa história, impulsionará uma reforma agrária e políticas agrícolas capazes de entregar terra a quem necessita, democratizar a propriedade e sustentar nossa meta de alimentar todos os brasileiros. Defendemos uma nova concepção de desenvolvimento que seja plenamente compatível com a preservação do meio ambiente. Implantaremos uma nova política de rendas, que combinará o combate indispensável à inflação com um programa audacioso de emprego e de elevação dos salários. É preciso pôr fim à concentração de renda rompendo com os projetos que anunciam uma recuperação econômica que nunca chega ou que só beneficia aos ricos. Afirmamos nosso compromisso com a democratização da vida econômica do país, democratizando as relações de trabalho e impulsionando as formas cooperativas de produção e distribuição. Estamos comprometidos com uma profunda reforma do Estado, com sua democratização e controle pela sociedade, através da participação popular, que permita desencravar de seu interior interesses privados, corporativos e burocráticos. O Estado não pode continuar sendo identificado pela sociedade — como é hoje — como uma entidade distante, indiferente e hostil que submete os cidadãos comuns à humilhação das filas, à arrogância ou desinteresse de burocratas que não se sentem comprometidos com a coisa pública e se revelam servis para com os poderosos. O programa é de um governo que se empenhará na radicalização da democracia política através a expansão da democracia econômica e social do país. Esta meta - em realidade um processo - será atingida por meio da universalização da cidadania, do respeito aos direitos humanos, da constituição de um espaço público em que se criem novos direitos, garantidos a igualdade e respeito às diferenças de idéias, religiões, etnias, gênero, idade, orientação sexual e opções de vida. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 258).

Apesar disso, a direção da esquerda petista estava confiante na vitória presidencial (que não ocorreu), pois pesquisas indicavam 40% das intenções de voto para Lula contra 17% para Fernando Henrique Cardoso. Contudo, a nova direção não demonstrava a capacidade necessária para estabilizar o partido, especialmente após um período intenso de divergências que aumentaram após a derrota presidencial de 1994. (COELHO, 2005).

As novas correntes dominantes do partido não conseguiram construir um programa de governo unificado para Lula, que refletisse os anseios de uma classe trabalhadora bem mais ampla do que aquela que muitas vezes tinham em mente quando da elaboração de propostas. A falta da busca de consensos internos transformou a plataforma petista em uma soma desconexa de remendos e “termos médios”, que visavam agradar várias facções internas, sem no entanto constituírem pontos viáveis de uma agenda que deveria conquistar a maioria do eleitorado, e não só o público

interno do partido. Assim, o programa partidário apresentou matizes difusas de um certo *ethos* revolucionário, dando pouca ou nenhuma importância à formação de alianças para eleger e para governar e ao papel do Congresso como arena institucional válida e *locus* de debate e de conformação de reformas para a sociedade brasileira. (RIBEIRO, 2004, p. 119).

Era a oportunidade das outras tendências voltarem à cena, tanto as centristas como as direitistas. Unindo-se, essas duas tendências totalizaram 53,79% dos delegados no 10º Encontro Nacional, em agosto de 1995. Embora o PT não tivesse vencido as eleições presidenciais de 1994, houve um crescimento eleitoral com o aumento de trinta e cinco para cinquenta deputados federais e de um para quatro senadores, além de ter obtido vitórias inéditas, como o cargo de governador no Espírito Santo e no Distrito Federal. (COELHO, 2005).

Esse crescimento criou a necessidade de um rearranjo das forças internas, pois era imprescindível o estabelecimento de posições mais programáticas e conciliadoras e que pudessem criar “o modo petista de governar”, ou, então, a falta desse planejamento levaria ao risco de ameaçar as disputas estaduais e municipais posteriores. Por essa razão, era crescente a importância de participar do jogo parlamentar-institucional para viabilizar os projetos nacionais do partido. (GARCIA, 2000; COELHO, 2005).

1.5 Características das primeiras administrações

Ribeiro (2004) explica que um dos eixos da proposta política do PT foi a valorização da participação popular nas decisões políticas dos diversos espaços da arena político-institucional. Essa participação, segundo o autor, se desdobraria em dois pontos principais. O primeiro seria a possibilidade de maior controle dos representados sobre os seus representantes, o que fez com que o PT defendesse e exercesse um forte controle sobre os portadores de cargos legislativos pelo partido. O segundo ponto principal diz respeito à noção de democracia direta, praticada pelo novo sindicalismo, especialmente através da prática do assembleísmo plebiscitário. No governo petista em Diadema, por exemplo, ratificando essa posição do partido,

houve a iniciativa de criação de Conselhos populares de bairro, que, nesse caso, gerou algum transtorno à cidade e não logrou êxito²⁰.

O Orçamento Participativo foi implantado em diversas prefeituras de administração petista por todo o país e suscitou críticas sobre sua eficiência e legalidade, em especial no que tange à diminuição das atribuições do Legislativo Municipal e também pelo surgimento de um novo clientelismo, chamado de clientelismo de esquerda²¹.

1.6 O processo das transformações petistas

Quando o PT surgiu, a sociedade brasileira lutava para recuperar os direitos políticos e as liberdades individuais seqüestradas durante os anos da repressão. Esse momento fez com que o partido optasse pela democracia, tanto na sua forma de organização, quanto na construção de sua ideologia partidária e assumisse um socialismo que desprezasse as formas autoritárias, sem, contudo, ter clareza sobre qual socialismo seria esse.

O socialismo democrático é apenas uma intenção dos intelectuais, de políticos de esquerda, de dirigentes sindicais, que frustrados com a tradição de um socialismo estatista, querem buscar outro caminho para o socialismo. mas sejamos claros: para nós mesmos esse caminho não está definido. (HARNECKER, 1995, p. 140).

Lula foi o presidente nacional do PT até 1995 e, depois do 10º Encontro Nacional, deixou o cargo, assumindo em seu lugar, por eleição, José Dirceu, representando a tendência centro-direita, com 54,02% dos votos. A partir de então, a antiga corrente Articulação, juntamente com a nova corrente Democracia radical, constituiu-se em uma nova força hegemônica de centro-direita, que levou a uma

²⁰ Keck (1991, pp. 228-246) mostrou as dificuldades da gestão petista de Diadema.

²¹ Para maior conhecimento das críticas ao Orçamento Participativo ver Singer A. (2001). Sobre o clientelismo de esquerda, ver Singer A. e Kowarick (1993, p. 213), em que se afirma que o mesmo consiste na utilização de mecanismos que privilegiam alguns movimentos organizados, através de um contato direto com a administração, passando por cima das formas participativas pertencentes a toda a sociedade, inclusive a ação de vereadores como mediadores de alguns grupos, com interesses específicos, junto o governo municipal.

mudança essencial do partido: “A Articulação recuperava o controle da direção nacional com uma estratégia que se tornaria sua marca registrada nos anos seguintes: a cooptação de lideranças em troca de cargos”. (RIBEIRO, 2008, p. 202).

Entre as principais medidas tomadas por essa nova força hegemônica no PT, estavam a consolidação de um núcleo dirigente forte, a reestruturação financeira do partido e a exclusão da esquerda petista por cerca de um ano da Executiva Nacional. (COELHO, 2005).

Nos dois Encontros Nacionais seguintes, em 1997 e em 1999, José Dirceu foi reeleito. De acordo com Ribeiro (2004, p. 123), “a formação do campo majoritário em 1995, seu fortalecimento nos anos seguintes com três reeleições de José Dirceu, e o conseqüente isolamento da esquerda, deram uma nova configuração ao PT”. Ao contrário da década de 1980, nos anos 1990, a Articulação se afastou do princípio da independência de classe.

Assumo o compromisso de fazer do Brasil uma economia industrial forte, preservando as grandes empresas nacionais capazes de competir nos mercados globalizados e estimulando a micro, a pequena e a média empresa, que são as maiores geradoras de empregos. Não vamos permitir que a globalização nos relegue o papel de gerir uma economia subordinada que, sem dó nem piedade, multiplica o desemprego e a exclusão social. No meu governo vamos garantir os capitais produtivos que investirem para gerar novas riquezas no país, proporcionando os empregos que tanto necessitamos. Todo capital estrangeiro que quiser participar nessa empreitada será bem-vindo. [...] No meu governo, vou garantir a estabilidade monetária mas também a estabilidade econômica e social. Serei o fiador de um novo contrato social com este país, que se fundamentará numa nova hegemonia democrática, capaz de efetivamente construir a Nação brasileira para todos os brasileiros. Uma Nação sem medo de ser feliz e com coragem para assumir o seu destino. Um país disposto a jogar um papel soberano na nova ordem internacional que está se gestando. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p.300).

Posteriormente, no ano de 2001, período final dos governos Fernando Henrique Cardoso, não havia mais um consenso popular sobre a necessidade de priorizar, na agenda do governo, o tema da estabilidade econômica e do ajuste fiscal. Além disso, havia a percepção de que as medidas neoliberais dos anos anteriores trouxeram graves conseqüências: o aumento do desemprego, recessão e a redução das políticas sociais que fizeram com que fosse cada vez mais necessária a adoção de políticas que retomassem o desenvolvimento econômico do país para a

geração de empregos e para o combate à desigualdade e à exclusão social. (SADER, 2010).

Foi essa a oportunidade da esquerda brasileira apresentar uma contra-proposta efetiva, que pudesse competir com o discurso modernizante neoliberal através de projetos que fossem além dos temas da luta por justiça social e da ética na política. Esse foi o pensamento de algumas lideranças do Partido dos Trabalhadores e, por isso, defenderam uma espécie de modernização do partido através da implementação desses projetos. (COELHO, 2005).

Contudo, essa modernização trouxe o entendimento de que as reformas podiam se dar dentro da estrutura capitalista, de que não era necessário lutar pela sua superação, passando a ser aceitável a realização de alianças, mesmo que não fossem com partidos de esquerda. (DINIZ; BOSCHI, 2007b).

No dia 11 de Março de 2001, um novo estatuto foi aprovado e, com ele, era anunciado um processo de eleição direta, que definia as regras para a eleição da direção nacional do partido. A partir daí, ocorreu um aprofundamento constante do distanciamento da militância do partido nos processos decisórios e nos debates políticos e programáticos, pois, até mesmo para freqüentar os encontros e congressos, era necessária a aprovação dos delegados superiores.

Diante desses posicionamentos, o PT não podia mais ser considerado o intelectual orgânico dos trabalhadores, uma vez que havia isolado a esquerda das suas decisões.

O novo projeto político da Articulação começava a ganhar seus contornos definitivos. A crítica radical do capitalismo, que aponta para a necessidade histórica da sua superação, não teria lugar num projeto político que se compromete em administrar o capitalismo melhor que os capitalistas. (COELHO, 2005, p. 235).

Devido às conseqüências da crise do socialismo real e do avanço do neoliberalismo²², o PT passou a almejar a ocupação de lugares na sociedade

²² Esse contexto será discutido no capítulo II.

política em prol de uma posterior transformação “de cima”, ou seja, a prioridade em vencer eleições e chegar ao poder justificava-se com a meta de promover transformações a partir do exercício do poder governamental.

Vamos disputar as eleições para vencer e devemos fazer delas uma batalha cultural e ideológica, que ajude a reverter a hegemonia conservadora, lance as bases de um novo projeto nacional de desenvolvimento e condições de governabilidade para uma coalizão democrático-popular. A condição para vencer é articular a luta eleitoral com a mobilização e as lutas sociais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p.310).

Tal opção delegou a um lugar secundário a ampliação e mobilização das bases eleitorais e os projetos políticos democráticos e populares. Essa transformação foi essencial para os rumos que o partido tomou, sendo deixado de lado o caráter classista em prol de uma atuação política ética.

Essas mudanças ficaram explícitas na campanha eleitoral de 2002, pois priorizou a imagem do candidato e do partido através de diversos recursos propagandísticos, com prejuízo do papel que poderia ser exercido pela militância do partido, sempre com o objetivo de desvincular a imagem de Lula de um projeto revolucionário de esquerda.

A transformação petista mais radical para as eleições de 2002 teve o objetivo especial de conquistar a confiança dos meios empresariais, tanto que José Alencar, presidente da grande indústria brasileira COTEMINAS, foi escolhido para o cargo de vice-presidente de Lula.

Apesar de toda a preocupação em construir a imagem do “Lulinha, paz e amor”, a campanha sofreu diversas afrontas sistemáticas através da especulação de que uma crise econômica eclodiria, principalmente devido à desconfiança dos investidores internacionais em relação ao cumprimento de contratos ainda em vigor, o chamado risco-país.

Por esse motivo, Lula publicou, em 22 de Junho de 2002, antes das eleições, a Carta ao Povo Brasileiro, documento no qual foram reafirmados os compromissos

com os contratos vigentes e com todos os compromissos na área econômica, já assumidos no país. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002c).

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas. [...] apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo. A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. [...] Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições. Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas. Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002c, p.1).

No programa de governo divulgado pelo PT no ano de 2002, era possível constatar que não havia o risco de Lula trazer grandes mudanças na área econômica. O documento deixou bastante claro que a transição para o novo governo seria feita “de forma responsável”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002a).

O Brasil buscará estabelecer relações econômicas, políticas e culturais com todo o mundo. [...] Trata-se de construir sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial. [...] Nosso governo vai iniciar, sem atropelos, uma

transição para um novo modelo de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal e compromisso social. Trabalhará com a noção de que só a volta do crescimento pode levar o País a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade e o controle das contas públicas e da inflação são, como sempre foram, aspiração de todos os brasileiros. Não são patrimônio só do atual governo, pois a estabilidade foi obtida com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos setores mais vulneráveis da sociedade. Nosso governo trabalhará também com o princípio da responsabilidade social, que terá objetivos e metas claramente definidos a cada ano. Nessa direção, governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional para fazer renascer a confiança de que podemos investir, criar empregos e combater os abismos sociais existentes. O poder público tem responsabilidade especial para reorientar a economia nessa nova direção. [...] o esforço pelo crescimento será estruturado simultaneamente a uma criteriosa e responsável transição entre o que temos hoje e o que a sociedade brasileira reivindica. Mesmo porque o agravamento da vulnerabilidade de nossa economia não se originará da mudança do atual modelo econômico, mas sim da sua continuidade. A responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas marcarão as políticas do nosso governo. Um ambiente com sólidos fundamentos macroeconômicos e com a inflação sob controle contribuirá para a queda gradativa da taxa de juros e o redirecionamento das energias do País para o investimento produtivo e o crescimento da economia. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002a, p. 50).

Além de tranquilizar o mercado com essas afirmações na Carta ao Povo Brasileiro e, posteriormente, no programa de governo, ambos no ano de 2002, o PT alimentava a crença do seu eleitorado na tese da transição, que explicava que, naquele momento, ainda havia a herança dos governos FHC e era necessário um período – não quantificado – para que o PT pudesse executar políticas de mudanças.

Assim, a existência de um período de transição entre o modelo herdado e o que seria implementado num governo do Partido dos Trabalhadores (PT) passou a ser defendida a partir da Carta ao povo brasileiro [...], em decorrência da deterioração das condições macroeconômicas (aumento do risco Brasil, da inflação, desvalorização cambial etc.) no último ano do governo Cardoso. Nesse documento, o então candidato petista buscava tranquilizar “os mercados”, assumindo um compromisso com a mudança ao mesmo tempo em que se comprometia com o respeito aos contratos e a geração do superávit primário. Da mesma forma, o programa de governo reafirma a tese da transição e adota a moderação do discurso, que passa a ser o da “responsabilidade”, evitando-se temas considerados “radicais”: “O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados”. (NOVELLI, 2010, p. 229).

Para a base eleitoral de Lula, a publicação da Carta foi compreendida mais como uma estratégia para vencer as eleições do que como uma aliança com o capital. Além disso, havia a esperança de um possível projeto transformador de esquerda após o período de transição, até porque, neste documento, Lula afirmava

que se iniciaria uma nova era, com impactos na América Latina e até mesmo no resto do mundo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002c).

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002c, p.1).

Lula defendia o projeto de uma nova forma de governar, através de alianças diversas, com partidos, com a sociedade de uma forma geral em prol do crescimento do país.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade [...] O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002c p.2).

Além disso, especialmente nas eleições de 2002, ficou bastante claro que o princípio da independência de classe defendido pelo PT, nas suas origens, havia sido substituído pelas necessárias alianças que o ajudariam a chegar ao poder. Lula discursou logo após a vitória: “Para alcançar o resultado de ontem foi fundamental que o PT, um partido de esquerda, tenha sabido construir uma ampla aliança com outras forças partidárias”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002b).

1.7 Análise do transformismo do Partido dos Trabalhadores

[...] a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, [significa] um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social. (COUTINHO, 2008, p.104).

Os mecanismos que levam integrantes da esquerda a abandonar o marxismo podem ser considerados, teoricamente, como transformismo. Gramsci analisou os mecanismos de cooptação de intelectuais de grupos de esquerda pela classe dominante. O conceito de transformismo aparece em diversos momentos nos **Cadernos do Cárcere**, com algumas variações de significados, fato que se relaciona com a forma como os *Cadernos* foram concebidos, em momentos diferentes e que tinham a pretensão de servir como base para outros escritos que Gramsci não chegou a concluir.

Partiremos do histórico do conceito de transformismo que foi utilizado originalmente para analisar o programa de política interna na Itália, no período do primeiro ministério de esquerda dirigido por Agostino Depretis, que governou de 1876 a 1887; e quando em 1883 parlamentares da direita histórica se agregaram esse governo.

O transformismo na Itália teve as seguintes etapas: A primeira, de 1860 até 1900, quando ocorreu um transformismo molecular, ou seja, personalidades políticas com vivência nos partidos democráticos de oposição, se incorporam individualmente à classe conservadora e moderada. A segunda, a partir de 1900, em que grupos radicais inteiros passaram-se ao campo moderado. Entre as duas fases, teria havido um período intermediário, de 1890 a 1900, quando uma massa de intelectuais agregou-se aos partidos de esquerda (socialistas), essencialmente democráticos (*Id. ibid.*).

Gramsci estudou o transformismo atrelando-o ao conceito de revolução passiva, ou revolução-restauração, que havia sido criado por Vincenzo Cuoco, e o utilizou para analisar a forma de construção do Estado Nacional na Itália (*Id. ibid.*). Dessa forma, Gramsci entendeu que o conceito de transformismo serviria para analisar o processo de outros “países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”. (*Id. ibid.*, p.209-210). Afinal, na Itália, a revolução burguesa não se deu através do elemento jacobino, mas sob a hegemonia do poder restaurador, cuja direção era do Estado do Piemonte.

Gramsci denominou o poder restaurador como partido moderado. A hegemonia dos moderados dava-se pelo fato de que eles “representavam um grupo

social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas” (*Id. ibid.*, p.62), além de ser um exemplo politicamente bem sucedido de intelectuais orgânicos. Os moderados atraíram uma massa de intelectuais por uma espécie de sistema de solidariedade, entre os que possuíssem alguns tipos de laços em comum, como os de ordem psicológica (vaidade, por exemplo) ou de casta. (*Id. ibid.*).

Além do partido moderado, existia outra corrente política que atuou no *Risorgimento*: o Partido de Ação. Este representou a oposição e não se apoiava “especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, segundo os interesses dos moderados; ou seja, historicamente o Partido de Ação foi guiado pelos moderados”. (*Id. ibid.*, p.62).

Gramsci considerou o Partido de Ação como uma forma histórica de revolução passiva italiana, pois pela falta de um programa partidário popular e pela ausência de características democráticas, ele garantia a hegemonia do poder moderado. Entretanto, a ação política dos moderados era dominante, intelectual, moral e politicamente e o transformismo apenas expressou esse processo. A esquerda não atraía a direita histórica e, pelo contrário, estava sob a hegemonia dela.

O transformismo ampliado pode significar a “absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos”. (*Id. ibid.*, p.63).

Esse conceito traz conseqüências para dominantes e dominados e Gramsci ilumina essa questão explicando que, enquanto para o grupo hegemônico, por um lado, ele elabora uma classe dirigente ampliada e modificada - por ter incluído uma ala esquerda em seu interior introduziria reformas limitadas no seu programa partidário (no caso da análise de Gramsci, o partido Moderador) -, nos grupos dominados, por outro lado, suas conseqüências trazem perdas como: a sua desorganização e o aumento do domínio do grupo dominante sobre eles. Essas conseqüências para dominados e dominantes, podem ser consideradas como identificações próprias do transformismo em qualquer situação.

Esse mecanismo de cooptação também pode ocorrer, primeiramente, de forma planejada, com o objetivo de cooptar integrantes importantes dos grupos dominados, ou de forma espontânea, quando fica bastante evidente a essência hegemônica do grupo dominante, por exemplo: a hegemonia do Partido Moderado sobre o Partido de Ação que os atraiu espontaneamente.

Sob que formas e com quais meios os moderados conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia intelectual, moral e política? Sob formas e com meios que se podem chamar 'liberais', isto é, através da iniciativa individual, 'molecular', 'privada' (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa). (GRAMSCI, 2002, p.63).

A causa do fenômeno italiano [...] deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo [...] A burguesia não consegue educar os seus jovens (luta de geração): os jovens deixam-se atrair culturalmente pelos operários, e chegam mesmo a se tornar – ou buscam fazê-lo – seus líderes mas, nas crises históricas, retornam às origens. (*Id. ibid.*, p.95).

Após a abertura política no Brasil, a revolução burguesa já havia retomado o controle dos principais mecanismos de poder na Sociedade Civil e política. Restou aos grupos dominantes rearticular, nesse período, o exercício de sua hegemonia. Nessa rearticulação da hegemonia burguesa, o transformismo exerceu uma função primordial.

Ele pode ser a absorção individual ou do grupo de intelectuais das classes dominadas pela dominante. O grupo dominante pode sofrer uma ampliação pela incorporação dessa ala esquerda. O grupo dominado, por sua vez, pode ficar desorganizado por se submeter a uma hegemonia dominante.

Antunes (2005) analisou as transformações do PT e ressaltou que na eleição de 2002, quando Lula venceu, havia a expectativa de que era possível o neoliberalismo chegar ao fim no Brasil, devido à trajetória política do PT e do próprio presidente eleito. Na verdade, mesmo antes da vitória, a análise dos documentos oficiais do Partido já podia demonstrar o transformismo que ocorrera, pois foi através de uma série de mudanças e de novas alianças que chegou ao poder. Ricardo Antunes (2005, p. 165) sentencia: “De partido de esquerda contra a ordem foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido dentro da ordem”.

Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política Macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para esta política de importantes movimentos sociais, ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e abriu assim caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. Estamos assistindo a uma aberta manifestação de uma das características mais significativas dos processos de “revolução-passiva”, àquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. (COUTINHO, 2008, p. 141-142).

Como pudemos acompanhar no desenvolvimento deste capítulo, as transformações do Partido dos Trabalhadores já vinham ocorrendo muito antes das eleições do ano de 2002, embora concordemos que nesse período elas tenham se tornado especialmente evidentes.

O acirramento da campanha eleitoral modificou o discurso do partido, fortalecendo a corrente majoritária em detrimento dos setores de esquerda. Muitos encararam essa mudança de tom como uma simples tática para obter a vitória nas eleições, sem nela identificar algumas posições que há tempos vinham sendo defendidas pela cúpula do partido. (NOVELLI, 2010, p.229).

O Partido dos Trabalhadores sofreu transformismo, isto é, foi cooptado para a hegemonia burguesa e assumiu a forma de pensar da classe dominante quando se afastou dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora, abandonando o objetivo de organizá-la politicamente e de lutar pelos seus interesses.

O governo Lula configurou-se, portanto, como a derradeira e mais uma vez frustrada esperança de uma refundação da sociedade brasileira, depois da devastação produzida pelos governos militares. [...] mesmo um governo pilotado por um partido operário nascido de baixo para cima, da árdua luta dos trabalhadores, foi incapaz de escapar dela [da submissão neoliberal]. Trata-se de um impasse histórico para ninguém botar defeito. (PAULANI, 2008, p.99-100).

Essa também foi a percepção de uma parcela da esquerda petista, que, já no primeiro ano do governo Lula, o considerava como um terceiro mandato do governo FHC.

Já no primeiro ano de um mandato de quatro anos, discutia-se se o governo Lula representava ou não a continuidade do governo de Fernando Henrique Cardoso. Parte da esquerda petista avaliava que o governo Lula tinha sido capturado pelos setores conservadores da sociedade brasileira, mas que ainda era um governo em disputa e que somente a pressão dos movimentos sociais poderia fazer que o governo desse uma guinada à esquerda. Outra parcela da esquerda petista, e de ex-petistas que deixaram o partido ainda em 2003, considerava o jogo perdido: o governo Lula é um governo neoliberal; é “o terceiro mandato de Cardoso”. (NOVELLI, 2010, p.227).

A metamorfose do Partido dos Trabalhadores, evidente nos dois governos do presidente Lula, são indícios para a análise das razões externas que influenciam a política brasileira. As transformações do Capitalismo mundializado são apropriadas pelos governos nacionais e com o Brasil não foi diferente. No segundo capítulo dessa dissertação trataremos justamente sobre isso.

2 DE 1989 A 2002: DO CONSENSO DE WASHINGTON AO GOVERNO LULA

2.1 Introdução

Este capítulo pretende analisar brevemente o cenário, nacional e mundial, anterior à posse de Lula em 2002, especialmente no que se relaciona à construção do consenso neoliberal no Brasil. Serão objetos de investigação: o Consenso de Washington, a queda do socialismo soviético e a atuação dos governos Collor e FHC – para, sobre essa base, discutir os elementos de ruptura e de continuidade nos governos Lula. Para tanto, centraremos nossa atenção no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

Nossa hipótese é de que a abertura política do processo de redemocratização levou a uma recomposição do bloco hegemônico da oligarquia brasileira - em razão da maior abertura da economia nacional ao capital externo, da onda privatizadora que reorientou a atuação do Estado naquele contexto - considerando que os desdobramentos de todo esse processo podem contribuir para explicar o transformismo social e político do PT.

2.2 Consenso de Washington

Na década de 1980, o capitalismo viveu mais uma crise e, por isso, precisou se organizar para lutar por uma nova correlação de forças que continuasse garantindo, apesar da crise, as condições de sua existência. Sua organização pode ser chamada de ofensiva burguesa, que também se deu pela reestruturação produtiva, a globalização e o neoliberalismo, expressando os esforços da burguesia em encontrar soluções para a crise do sistema capitalista nesse período. (DINIZ, 2007a).

No cenário mundial, o ano de 1989 registrou uma reunião de vários economistas latino-americanos de perfil neoliberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Departamento do Tesouro norte-americano, que marcaria profundamente o Brasil nos anos seguintes, organizada por uma instituição privada, o Institute for International Economics (IIE), de Washington, e intitulada “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, com o objetivo de examinar as políticas neoliberais implementadas pelos governos da América Latina.

Os resultados desse encontro foram sintetizados pelo então diretor do IIE, John Williamson, o qual havia sido funcionário do FMI e do Banco Mundial, e que cunhou a expressão midiática Consenso de Washington²³. As propostas sintetizadas por Williamson (2003) diziam respeito a um conjunto de políticas de desregulação dos mercados, de abertura comercial e financeira e da participação de um Estado socialmente mínimo, resumidas no seguinte decálogo:

1. Limitação dos gastos do Estado à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. Focalização dos recortados gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura;
3. Reforma tributária regressiva, que amplia a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
4. Liberalização financeira, com o fim de restrições que impedissem instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor financeiro;
5. Taxa de câmbio competitiva;

²³ Consenso de Washington: “Nos anos 80, um acordo implícito do Fundo Monetário e do Banco Mundial subordinou toda a ajuda financeira a uma rigorosa condição: a redução da intervenção do Estado na organização, no financiamento e na materialização do desenvolvimento. Segundo a teoria daquelas duas instituições, o desenvolvimento resultará, espontaneamente, dos intercâmbios mercantis entre sujeitos privados, tanto mais benéficos quando ocorrem num mercado mundial sem restrições. O ajuste estrutural liberal substitui, deste modo, a planificação e a regulação tanto econômica quanto social, do desenvolvimento, que vinha sendo praticada nos dois decênios precedentes. [...] Todos os ditames do FMI e do Banco Mundial foram formalizadas com o nome de Consenso de Washington pelo economista John Williamson em 1989”. (ATTAC, 2006, p. 79).

6. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos a exportação, visando impulsionar a globalização neoliberal;
7. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro em todos os setores;
8. Privatização, das empresas estatais;
9. Desregulação com redução da legislação de controle econômico-financeiro e, sobretudo, das relações trabalhistas; Mercantilização da propriedade intelectual, controlada principalmente por empresas transnacionais.

O evento poderia ser considerado estritamente acadêmico, se não fosse utilizado pelos organismos internacionais para condicionar a autorização de empréstimos aos países da América Latina e a renegociação de dívidas externas. Ao impor a alteração das políticas econômicas dos países como exigência para a obtenção de empréstimos, as agências internacionais ignoraram o fato de a América Latina possuir históricas defasagens na questão social, na distribuição de renda e na pobreza.

Na visão do chamado Consenso de Washington, esses problemas históricos da América Latina deveriam ser dissolvidos ou resolvidos com a simples adoção dessas novas medidas econômicas, como fruto das leis da oferta e da procura em um mercado supostamente autorregulável. Entretanto, na América Latina não se desenvolveu um falacioso Estado de bem-estar glorificado pela social-democracia, antes da adoção das medidas impostas pelo capitalismo monopolista-financeiro, em detrimento das funções do Estado. (HARVEY, 2012).

Os países da América Latina que, de alguma forma, adotaram as regras do Consenso de Washington, longe de avançarem o desenvolvimento econômico-social, sofreram um agravamento dos índices de desemprego e de miséria. Foram os casos, por exemplo, do Chile, do México, da Argentina e do Brasil na década de 1990. Como já sinalizamos, a globalização neoliberal, sacralizada no Consenso de Washington, foi instaurada com a colaboração ativa dos sucessivos governos de direita ou de centro-esquerda.

Entre as conseqüências mais importantes da globalização neoliberal, ressaltamos as mudanças em relação à compreensão do mundo em que vivemos,

dos hábitos de consumo, a falsa idéia de que todos pertencemos a uma aldeia global e o culto às novas tecnologias, o que facilitou o enorme crescimento das transações comerciais e, sobretudo, em todos os mercados do planeta.

Está consolidado o conhecimento de que o sistema capitalista produz crises, pois é inerente a ele. Na verdade, a total superação dessas crises só poderá ocorrer com a eliminação das relações sociais capitalistas e não com as soluções habitualmente apresentadas por esse sistema, que só fazem garantir sua reprodução e ampliação, gerando prejuízos às classes dominadas. (DINIZ, 2007a).

A solução capitalista da reestruturação produtiva, por exemplo, trouxe profundas conseqüências para o contexto da luta de classes: alterou a organização, as atitudes e a composição dos trabalhadores frente aos novos tipos de exploração introduzidos pelas novas tecnologias. (DINIZ, 2007a).

Segundo Virginia Fontes (2005), a introdução de novas tecnologias nas formas de produção não é uma estratégia capitalista nova, porém, atualmente, adquiriu enorme potencial de desorganizar as lutas dos trabalhadores.

Não é a tecnologia que explica as transformações contemporâneas, mas o aprofundamento e a generalização da extração da mais-valia relativa, ligadas às lutas de classe no terreno do próprio capitalismo – que rompem as limitações até então impostas à generalização dessa forma de ser social – que permitem compreender o alcance e a dimensão das novas tecnologias. (FONTES, 2005, p.7).

Em razão das novas diretrizes neoliberais do projeto hegemônico burguês houve aumento do desemprego e da precarização dos empregos, ou seja, aumentou o exército de reserva de trabalhadores. Essa massa, empregada ou desempregada passou a concorrer entre si para conservar ou obter um emprego, tornando mais complexa a luta de classes.

Coelho (2005) explica que houve uma novidade nessa reestruturação produtiva, pois ela se deu em um período de crise do capitalismo e fez com que os trabalhadores desempregados não conseguissem ser realocados, tornando-se, em muitos casos, supérfluos para o capital. Coutinho (2008), analisando a situação da classe trabalhadora no período da reestruturação produtiva e da queda do socialismo real entende que as mesmas

[...] têm sido obrigadas a se por na defensiva: suas expressões sindicais e político-partidárias sofreram assim um evidente recuo na correlação de forças com o capital. Além disso, com o colapso do 'socialismo real', diminuiu em muito a força de atração das idéias socialistas[...]. (COUTINHO, 2008, p. 102).

Diante da crise, ficou evidente que para a acumulação do capital, o chamado Estado de bem-estar social (restrito à Europa Ocidental) não tinha mais condições de se manter e, dessa forma, novas formas de pensar a função do Estado e da iniciativa privada ganharam vulto e permitiram que o neoliberalismo se tornasse hegemônico, especialmente nos principais partidos da social-democracia.

A partir da década de 1990, o colapso da URSS e o fim da guerra fria trouxeram inúmeros efeitos ideológicos para os partidos de esquerda: a chamada esquerda radical que, nos países centrais não aceitou a estratégia de colaboração de classes, era minoritária e encontrava-se marginalizada ao final de todo um período histórico em que pareciam ter razão os defensores pacto social. Por isso, para se apresentar como uma alternativa real de governo, com chances de conquistar posições políticas, os partidos de esquerda – hegemônicos – que queriam resultados eleitorais, passaram a se organizar em torno do programa neoliberal. No Brasil, esse processo ocorreu com o Partido dos Trabalhadores.

A hegemonia burguesa neoliberal alcançou enormes resultados: privatizações que transferiram recursos para os capitalistas e redução dos custos da mão-de-obra como resultado das demissões e do fim de direitos conquistados.

2.3 O neoliberalismo e a esquerda

O Neoliberalismo – como mais uma ofensiva da burguesia a partir da década de 1980 - enfraqueceu profundamente o movimento operário através de altas taxas de desempregos, de trabalho informal, da redução das taxas de sindicalização e da redução das greves. Harvey (2004) explica como o neoliberalismo se difundiu e trouxe profundas mudanças na economia a partir do governo de Margareth Thatcher.

[...] e foi Margareth Thatcher quem buscando uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, descobriu politicamente o movimento [neoliberal] e voltou-se para seu corpo de pensadores em busca de inspiração e recomendações, depois de eleita em 1979. Em união com Reagan, ela transformou toda a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou a apoiar ativamente as condições 'do lado da oferta' da acumulação de capital. O FMI e o Banco Mundial mudaram quase que da noite para o dia seus parâmetros de política, e, em poucos anos, a doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passaram a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão, porém, mais tarde, em boa parte da Europa e do mundo. (HARVEY, 2004, p. 130).

Em razão da repressão neoliberal às resistências operárias, os trabalhadores conheceram novas leis que:

[...] buscaram 'desregulamentar' o mercado de trabalho, 'retirar os encargos das empresas', diminuir a proteção ao emprego e debilitar a organização dos sindicatos. [...] Proíbem-se greves de solidariedade, piquetes de apoio e ações não-oficiais, e os sindicatos foram indiretamente responsabilizados por infrações à lei por parte de seus associados. (MCILROY, 2002, p.63).

Os programas neoliberais têm, em comum, as seguintes estratégias: contenção dos gastos públicos, combate à inflação, solução para a crise fiscal do Estado, o que revela a disputa do capital pelos fundos públicos necessários à sua reprodução.

Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante de tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida - de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época da revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare*. (COUTINHO, 2008, p.102).

A crise do capitalismo tardio questionou o desafio da superação histórica do capitalismo. As classes dominadas, ao lutar pelos seus próprios interesses, defrontaram-se com modalidades de dominação capitalista antigas e, também, com as novas. A derrota dos trabalhadores foi imensa, com graves conseqüências, mas a luta de classes não acabou e os trabalhadores não desistiram de lutar.

2.4 O Brasil e a crise do capitalismo

Quando ocorreu a crise econômica mundial de 1974-75, o Brasil vinha do chamado “milagre brasileiro” (1967-1973), caracterizado como um período de maior acumulação de capital, apoiado nas condições políticas garantidas pela ditadura militar. O fundamento do “milagre” era a superexploração do trabalho, e a ditadura criou condições para o arrocho salarial - através da repressão policial contra os sindicatos - e para que os ganhos de produtividade fossem traduzidos em lucros. (SINGER, P., 1989).

Durante alguns anos, esses mecanismos produziram os efeitos desejados: garantiram lucros ao capital e mantiveram as classes subalternas controladas e a classe dominante unida em torno do governo militar. Posteriormente, a incapacidade de manter a unidade política da burguesia levou à queda do arranjo político ditatorial, que se tornava evidente com a realização das grandes greves operárias, demonstrando a necessidade de criar outras formas políticas da dominação de classe no país.

Dessa forma, a classe dominante brasileira, forçada a renunciar à militarização direta do seu poder, viu-se diante do desafio de reconstruir sua hegemonia. Mas como fazê-lo sem um projeto político? Era necessário à burguesia, considerar que o movimento operário crescia desde o fim do regime militar e que os trabalhadores ocupavam espaços públicos nas suas lutas por direitos sociais.

A mobilização dos trabalhadores trazia dificuldades à possibilidade de implementação do neoliberalismo no Brasil naquele momento, pois, afinal, era o período da transição democrática, pactuada pelos eternos donos do poder, que não podiam continuar ignorando as demandas das classes subalternas. Em razão disso, a Constituição de 1988 incorporou muitas dessas demandas e introduziu direitos sociais universais que não poderiam ser ignorados na construção de um projeto político hegemônico burguês.

No entanto, como dar conta dessa questão, se o país vivia uma grave crise econômica e a única forma de obter apoio para a burguesia seria através do acolhimento das demandas dos trabalhadores? Uma possível solução seria mexer na lucratividade das classes dominantes. Na tentativa de reconstrução da sua hegemonia pós-ditadura, a burguesia estava pressionada a considerar as reivindicações dos movimentos populares se quisesse obter sucesso nessa

empreitada. Além disso, o país vivia uma importante crise econômica, que de certa forma impediria a execução de políticas sociais.

[...] as duas fórmulas que a burguesia utilizou depois de 1930 para exercer sua dominação no Brasil – seja a ditadura aberta, seja o compromisso populista – me parecem pertencer irrevogavelmente ao passado. E, na medida em que a burguesia tem hoje consciência de que essas soluções são inviáveis ela tem se esforçado por combinar sua dominação com formas de direção hegemônica, ou seja, por obter um razoável grau de consenso por parte dos governados. O grande objetivo atual das forças do capital, no Brasil e no mundo, é consagrar a pequena política e a pseudo-ética do privatismo desenfreado como elementos fundamentais de um senso comum que sirva de base à sua hegemonia. É essa, precisamente, a face ideológica do neoliberalismo. (COUTINHO, 2008, p.139).

O caminho encontrado para alcançar a hegemonia burguesa foi impor a resignação ou o consenso das classes dominadas, disfarçando, como fatos inevitáveis, as soluções apresentadas pelo neoliberalismo.

2.5 O projeto hegemônico burguês nos governos Collor e FHC

O que estava em jogo no Brasil do período era assegurar a naturalização do projeto proposto por Collor ainda durante as eleições presidenciais e também criar um “consenso espontâneo” em torno das reformas administrativas implementadas por seu governo, transformando-as em “interesse geral” ou “nacional”. (ALMEIDA, 2007, p.1).

Em 1989, Lula chegou ao segundo turno das eleições presidenciais. Naquela ocasião, seu discurso girava em torno da ética na política e da justiça social. Entretanto, devido à conjuntura da época, marcada pela mercantilização do processo eleitoral, o discurso vencedor foi o da direita, que defendeu o fim da inflação. Através da vitória de Collor, o projeto político burguês pôde ser desenvolvido. Sua candidatura era a única opção da classe dominante para impedir uma provável vitória dos interesses dos trabalhadores, através de Lula.

Segundo Sader (2010, p. 23), “Era a primeira versão do projeto neoliberal no Brasil”. Fernando Collor de Melo venceu as eleições com o discurso da necessidade

da regulação da economia e da desqualificação do Estado e essa vitória da burguesia enfraqueceu o movimento contra-hegemônico representado pela candidatura de Lula. Apesar da vitória de Collor ter iniciado a estratégia hegemônica burguesa pós-ditadura, seu governo não possuía a consistência político-social para garantir a estabilidade do poder oligárquico.

A análise da vitória do projeto político da burguesia durante o governo Collor foi feita pelo Partido dos Trabalhadores: “suas conseqüências são expressas na existência de dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista, sobre a economia”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p.398).

Durante o *impeachment* de 1992, voltou a ser valorizado o tema da ética na política, embora o consenso neoliberal sobre a condenação da intervenção econômica do Estado já estivesse instalado no país.

O governo de Itamar Franco, sucessor de Collor, também contribuiu para consolidar o projeto burguês, através do plano de estabilização monetária - Plano Real - desenvolvido pelo futuro candidato e presidente da República, Fernando Henrique Cardoso - FHC, que era ministro da economia.

No final dos anos 1980, com a nova mudança no contexto internacional (expansão das economias avançadas, grande liquidez internacional e reafirmação dos bancos e corporações transnacionais), surgiram condições mais favoráveis tanto para a renegociação da dívida externa quanto para a implementação de programas de estabilização monetária na América Latina. Uma nova orientação para as políticas macroeconômicas nacionais passou a ser defendida pelo FMI e pelo Banco Mundial a partir do Consenso de Washington, que expressou um conjunto de medidas de ajuste econômico (privatização, liberalização comercial e financeira, entre outras). (POCHMAN, 2008, p.115).

Apesar das condições internacionais favoráveis à estabilização monetária desde os finais dos anos 1980, a estabilidade, no Brasil, ocorreu apenas em 1994, quando FHC obteve a vitória nas eleições presidenciais defendendo o Plano Real como uma medida contra a inflação – esta era entendida e propagada como desorganizadora da economia e como um peso sobre os pobres que deveria ser extirpado. Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, passou a consolidar a nova hegemonia burguesa no Brasil, através da mediação que seu governo exerceu entre os diversos grupos burgueses do país e sua inserção na globalização do neoliberalismo.

Os governos Collor e FHC, durante a década de 1990, operaram o desmonte do Estado brasileiro (CHAVES, D., 2011a). Passemos à análise de seus planos de reforma do Estado. Segundo Collor,

[...] [a] privatização possibilitará o aumento da eficiência administrativa e produtiva e a realização de novos investimentos, criando assim condições para o aumento da oferta de insumos básicos a preços menores. [...] a privatização não se limita à venda das empresas, mas também engloba a concessão ao setor privado da exploração de serviços públicos e execução de obras públicas, a ser regulamentada por lei. (Brasil, 2008a, p.32-33).

O governo Collor criou, com o objetivo de reformar o Estado, o Programa Nacional de Desestatização (PND), através da lei nº 8031, de 12 de abril de 1990, cujos principais objetivos eram:

1. A reordenação da função do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades exploradas pelo setor público.
2. Contribuição para a redução da dívida pública, contribuindo para o saneamento das suas finanças.
3. A retomada de investimentos nas empresas e atividades que foram transferidas à iniciativa privada;
4. Modernização do parque industrial do país ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia.
5. Prover condições para que a administração pública concentrasse seus esforços nas atividades em que a presença do Estado fosse fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
6. Fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa. (BRASIL, 1990).

O PND foi comandado por uma Comissão Diretora composta por oito ou até doze membros nomeados pelo presidente da República, após a aprovação do Congresso Nacional. Desses membros, quatro compunham o governo e o seu presidente era também o presidente do BNDES (responsável pela execução administrativa das diretrizes da Comissão Diretora). As principais atribuições da Comissão eram:

1. Indicar ao Presidente da República as empresas a serem incluídas no PND.
2. Aprovar o modelo de privatização e as condições de venda das empresas e definir o preço mínimo das ações a serem alienadas.
3. Divulgar o cronograma de execução do PND.
4. Apreciar as prestações de contas do BNDES – instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização.

Além do PND, durante o governo Collor, as diretrizes para a reforma do Estado seriam ainda mais aprofundadas durante os governos FHC, através da “Reforma Administrativa do Estado”, que procurou promover a substituição da administração burocrática pela administração gerencial, com a promessa de que os cidadãos (nos limites de uma sociedade burguesa) passariam a ser tratados como clientes, pois o grande problema do Estado residiria – segundo os neoliberais - na gestão dos recursos e na forma de prestação dos serviços públicos, o que seria sanado com a possibilidade da prestação desses serviços por empresas privadas.

É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado. [...] tornou-se claro afinal que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas. [...] A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (BRASIL, 1995, p. 8).

A ideologia neoliberal predica que os Estados Nacionais devem gastar menos com políticas públicas, principalmente na área social, e priorizar a presença de um Estado regulador e fiscalizador dos serviços prestados pela iniciativa privada, através das privatizações ou das “parcerias público/privadas” – que ocorrem quando o poder público transfere “para organizações privadas sem fins lucrativos” a execução de serviços públicos.

Com a renúncia da função social do Estado, em razão das diretrizes neoliberais, procuramos compreender o que permitiu alcançar a resignação da população, anestesiada pela mídia e demais “aparelhos de hegemonia burgueses”, diretamente afetada pela diminuição das políticas sociais, destinadas apenas a atenuar os efeitos do aumento da pobreza e das desigualdades, visando garantir a coesão social.

Os idealizadores oficiais do Estado neoliberal convenceram a população de sua própria ineficiência na prestação dos serviços públicos, e da falaciosa eficiência da iniciativa privada, apresentada, contra todas as evidências empíricas e científicas, como padrão de qualidade na prestação de serviços. Esse discurso compõe a premissa neoliberal de constatação do fracasso do Estado enquanto prestador de serviços públicos. Discurso que implica um reconhecimento inconsciente da própria incompetência dos políticos neoliberais, que sempre se aproveitaram do mesmo Estado que hoje reprovam.

No programa do primeiro governo FHC, havia um capítulo que tratava especificamente da relação entre o Estado e a sociedade. Era explicitada a necessidade de reformar o Estado e de criar novos canais de participação e de multiplicar e apoiar os espaços de negociação de conflitos. Conceito semelhante ao que Lula utilizaria posteriormente em seu governo, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Segundo Carlos Nelson Coutinho, desde o período da redemocratização da política brasileira até os dias de hoje, o Estado ainda não conseguiu definir a sua relação com a Sociedade Civil.

Mas o problema que efetivamente define a conjuntura que se inicia com o fim da ditadura, e que de certo modo persiste até hoje, é o de saber como irá se reorganizar a relação entre Estado e Sociedade Civil no Brasil. (COUTINHO, 2008, p.137).

A interpretação do conceito gramsciano de Sociedade Civil só começou a ser difundido no Brasil nas décadas de 1960/1970, através das traduções da Editora Civilização Brasileira e dos primeiros trabalhos acadêmicos que o utilizaram. Em razão do período ditatorial, especialmente do AI-5 (1968-1979), os estudos acadêmicos priorizavam temas relacionados ao peso do autoritarismo e da ditadura em detrimento dos estudos ligados aos movimentos sociais e a organização da Sociedade Civil. (FONTES, 2010).

Segundo Coutinho (2008), isso contribui para que a relação do Estado com a Sociedade Civil não seja definida, pois cada governo elabora uma nova diretriz. Mais adiante veremos, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, como o governo Lula definiu esses parâmetros e espaços.

No governo FHC, as novas formas de “parceria” deveriam funcionar de forma a permitir a co-responsabilidade das instituições da sociedade, empresas, sindicatos e universidades nas ações de interesse público. Nesse sentido, o trabalho voluntário permitiria a “complementação” das políticas públicas, principalmente nas áreas sociais.

Para realizar esse feito, Fernando Henrique Cardoso modificou as bases legais que orientavam a relação do Estado com a Sociedade Civil e o fez com a criação de três leis que representam parte da estratégia hegemônica burguesa e que continham a essência das diretrizes da Reforma do Estado. A lei 9637/98 instaurou o ambíguo conceito de Organizações Sociais (OS); a lei 9608/98, que regulamentou o trabalho voluntário e a lei 9790/99, que criou e regulamentou a esdrúxula Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). No ano de 2004, Lula aprofundaria essas leis de FHC, através de uma nova lei sobre as Parcerias Público-Privadas – PPPs, que veremos no capítulo III.

Foi por intermédio dessas novas leis e do sucesso do Programa Comunidade Solidária, que a natureza da relação do Estado e da Sociedade Civil foi alterada nesse período. Nesse programa, criado no primeiro ano do governo FHC e dirigido pela primeira-dama, Sra. Ruth Cardoso, foram promovidas novas formas de obtenção do consenso.

Transformando a caridade em política de um Estado a serviço exclusivo do mercado, no programa de governo de 1998, o “Comunidade Solidária” foi apresentado como uma inovação na realização de “parcerias” entre Estado e sociedade, através do somatório de esforços de cidadãos e administradores públicos, segundo a capacidade de cada um, deixando de lado resistências, preconceitos, desconfianças e concepções ultrapassadas em prol de obter

vantagens com a cooperação de ambos. Ainda segundo o programa, as parcerias aumentavam os recursos para a área social. (CARDOSO, 2008).

O governo FHC defendeu as privatizações e as parcerias do governo com Organizações Não-Governamentais - ONGs, principalmente nas áreas sociais. Dizia-se que somente desta forma seriam superadas as práticas do clientelismo e da corrupção no país. (Id., 1994).

Diante disso, a Sociedade Civil exerceu uma nova função no governo FHC, pois ela não seria mais vista como o local das lutas pela hegemonia - nos diversos aparelhos privados, no sentido gramsciano - mas como espaço de solidariedades e ausências de contradições sociais, onde devem prevalecer os interesses de toda a sociedade e não de classes específicas. Assim, a sociedade ficaria com a “sensação” de participação, ao ser convocada para assumir atividades que antes eram prestadas pelo Estado, quando, na realidade, as suas instituições representativas, como sindicatos, movimentos sociais e partidos, estavam sendo arrasadas como parte da estratégia neoliberal. (PERONI, 2006).

A relação do Estado com a Sociedade Civil, nos governos FHC, especialmente através das ONGs, produziu a convicção de que a conciliação entre o trabalho e o capital, ao contrário das atitudes anticapitalistas, poderia trazer benefícios a todos. Portanto, a Sociedade Civil passou a ser compreendida como um espaço isento das conotações de classe do antigo mundo bipolarizado, isto é, ao invés de ser um local de militâncias políticas, passou a ser “participativa” no sentido de promover a coesão social. Mais tarde o governo Lula não alterou esse deturpado conceito de Sociedade Civil, mas, pelo contrário, aprofundou-o nas diversas implementações de políticas sugeridas pelo CDES, inclusive da participação direta do empresariado, não através de ONGs, como no governo FHC, porém, através de fundações, das próprias empresas. Esse contexto será explicado no próximo capítulo.

Segundo as diretrizes da Reforma do Estado, realizada pelo ministério de Bresser Pereira no governo FHC, a “Sociedade Civil” possui a função de executar com “mais competência” as políticas públicas do Estado, funcionando como um terceiro setor, supostamente, flutuaria sobre o mercado e o Estado. Entretanto, os movimentos populares – que deveriam representar também a Sociedade Civil foram

- na execução dessas políticas - os mais prejudicados, em razão do enfraquecimento das políticas sociais, do aumento do desemprego e do subemprego, além dos ataques ideológicos e políticos sofridos como oposição àquele governo.

A partir de meados dos anos 90, a reforma do Estado levada a efeito pelo governo Fernando Henrique Cardoso revelou-se incapaz de realizar a ruptura preconizada por seus idealizadores, ficando muito aquém das metas estabelecidas e mostrando-se inócua para atacar, em sua complexidade, os problemas anteriormente apontados, responsáveis pela crônica ineficácia da ação estatal. [...] Um dos fatores responsáveis pelo fraco poder infraestrutural foi a corrosão da capacidade de o Estado realizar suas funções básicas e intransferíveis, como a garantia da ordem e da segurança públicas, e ainda assegurar condições mínimas de existência para amplas parcelas da população, localizadas nas faixas mais pobres. Sob o impacto das crises fiscal e política, e como resultado da primeira onda de reformas liberais inspiradas no corte de gastos e de pessoal, aprofundou-se de forma expressiva a incapacidade histórica de o Estado penetrar no conjunto do território nacional e incluir, em seu raio de ação, os diferentes segmentos da sociedade, garantindo de forma universalista o acesso aos serviços públicos essenciais, nas áreas de saúde, educação e saneamento básico, bem como a eficácia de seus ordenamentos legais. (DINIZ, 2001, p.6-7).

Nesse período dos governos FHC – 1995 a 2002 - o Partido dos Trabalhadores obteve importantes conquistas eleitorais, entretanto, isso não pôde alterar o fato de que a massa de trabalhadores estava sendo esmagada pelas medidas neoliberais do governo FHC, que provocava a sua desorganização. Além disso, os trabalhadores sofreram a perda do apoio da CUT - Central Única dos Trabalhadores - ícone do sindicalismo na década de 1980, que foi se adequando às regras neoliberais:

[...] onde a racionalidade técnica, o pragmatismo nas negociações e uma certa diminuição do nível de conflituosidade com os empresários e o governo apontam, aparentemente, para um novo padrão de ação sindical, onde a confrontação começa a dar lugar à negociação, tendendo, em alguns casos, [...] para uma certa forma de parceria entre capital e trabalho. Tal postura possivelmente terminará por diminuir, a médio prazo, a força do *ethos* socialista no seu interior. (RODRIGUES, 1997, p. 207).

A CUT passou a entender que, naquele momento de implantação do projeto burguês, era mais vantajoso para os trabalhadores buscar a conciliação dos interesses nos processos de negociação com os patrões.

[...] A disposição à negociação, e sobretudo a formulação de propostas concretas por parte dos sindicatos filiados à CUT, vêm

alterando o comportamento do empresariado, principalmente frente à necessidade de mediar seus interesses com os dos trabalhadores. Gradativamente os sindicatos vêm se colocando como atores políticos no processo de negociação em temas cada vez mais amplos, que, tradicionalmente, dentro da cultura política autoritária e excludente do país, sempre foram atributos do Estado e do empresariado. (CUT, 1992, p. 8).

O PT e a CUT justificavam essas mudanças ideológicas através do argumento de que em momentos de crises econômicas, de políticas neoliberais e de reestruturações produtivas, as “adaptações” precisam ocorrer: “o aprofundamento da crise impõe questões de renda e emprego”. (CUT, 1992, p.7).

As transformações ideológicas do PT e da CUT fizeram com que os trabalhadores perdessem o referencial da luta de classes, que se desenvolvera no interior dessas instituições e fossem levados a aceitar a idéia de conciliação para a superação dos antagonismos entre as classes e que considerassem o jogo ou comércio eleitoral como única alternativa de poder. Posteriormente, durante os governos Lula, a CUT ocuparia importantes cargos na estrutura do governo federal e exerceria, através de um representante, a função de conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A esquerda deve ter uma proposta alternativa de reconstrução do Estado brasileiro. Infelizmente, em face do transformismo que converteu o PT e seu governo em eficazes agentes do neoliberalismo, a esquerda se enfraqueceu na correlação de forças que vigora no Brasil depois da transição, uma correlação que ainda permitiu, em 1988, a conquista de uma Constituição onde estavam inscritos importantes direitos sociais, e que impediu, nos anos seguintes, a consolidação definitiva do novo modelo neoliberal de Estado. (COUTINHO, 2008, p.144).

Examinamos, a seguir, a origem e as funções do Conselho criado pelo governo Lula para promover o desenvolvimento econômico e social do país e a distribuição de renda. Este Conselho tornou-se um espaço privilegiado para a atuação do empresariado nacional, para difundir sua proposta de superação dos conflitos de classe através da concertação social da gestão “paritária” de algumas atividades públicas, principalmente a educação, através da intervenção das fundações corporativas criadas pelas suas empresas para esse fim.

2.6 Apresentação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES

O eixo norteador da concertação, ou pacto social presente nos documentos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, pretende conseguir do leitor sua aprovação a respeito da necessidade de uma mobilização participativa da Sociedade Civil e da valorização da democracia. No entanto, tal consenso só poderá ser obtido se o leitor esquecer a função histórica da Sociedade Civil, enquanto lugar de mediação entre a estrutura econômica e a sociedade política, enquanto local das disputas pela hegemonia entre as classes sociais, em que estas se organizam e se articulam segundo os seus interesses de classes, disputando um projeto político.

A Sociedade Civil de Gramsci é o oposto da Sociedade Civil idealizada pelo CDES, pois ela contempla os diversos aparelhos privados de hegemonia – partidos, associações, imprensa – que buscam disseminar suas visões de mundo para obter o consenso das classes subalternas. No CDES, a Sociedade Civil simbolizou a ausência de conflitos de classe e, segundo Diniz e Boschi (2007b), o Conselho representou o melhor espaço capaz de promover a conciliação entre segmentos de diferentes classes sociais da sociedade, de garantir a governabilidade do país e fazer com que o PT pudesse ampliar suas bases políticas e contar com o apoio de setores importantes da sociedade.

Isso posto, pretendemos, agora, explicar o CDES com base na visão gramsciana, isto é, descobrindo os projetos em disputa no seu interior através das suas principais propostas ao governo Lula. Na medida em que suas sugestões se transformarem, ou não, em leis, resoluções ou políticas, perceberemos o quanto esse governo se identifica com os projetos hegemônicos do Conselho.

2.6.1 Criação do CDES

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado no primeiro dia de governo do presidente Lula, pela medida provisória n.103 no ano de 2003, tendo sido regulamentado pela Lei n. 10.683 em 28 de maio do mesmo ano. A

principal ênfase dada pelo novo governo na apresentação do CDES foi à instituição de um pacto social entre os diferentes representantes da sociedade, para assessorar o presidente da República na formulação de políticas que sustentassem um novo modelo de desenvolvimento nacional. De acordo com os conselheiros, no relatório de atividades do ano de 2003: “Pela primeira vez na história da República, o juízo político do governo é formado a partir da interação com a Sociedade Civil”. (CDES, 2003f, p.2).

Observemos o teor da medida provisória que o criou no dia 1º de janeiro de 2003.

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas, propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da Sociedade Civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados. (BRASIL, 2003b, Art.8).

É interessante analisarmos o destaque dado por Lula a esse novo tipo de relação que estava sendo criada entre o governo e a Sociedade Civil organizada. Esse objetivo já estava previsto no programa de governo da campanha presidencial do PT no ano de 2002.

Nosso governo será marcado pelo **diálogo permanente com a Sociedade Civil**. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes de estabelecer pontes, **acordos, entendimentos** com os quais todos possam ganhar. [...] Para mudar o rumo do Brasil será preciso um **esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado**. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País. [...] Só um **novo contrato social** que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo. Na busca de um **novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais** devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002a, p.15, grifo nosso).

Já era possível identificar as idéias de pacto, concertação social, ou ainda, de novo contrato social como características importantes do possível futuro governo,

que seriam materializadas, principalmente, através do CDES. O objetivo de Lula era promover uma união de forças para que políticas fossem criadas para beneficiar o conjunto da população e garantir a retomada do desenvolvimento do país, após as decisões dos governos anteriores, que, segundo ele, priorizaram a estabilidade econômica em detrimento do desenvolvimento nacional e das políticas sociais.

Continuaremos a ter atuação decidida no sentido de unir as diversas forças políticas e sociais para construir uma Nação que beneficie o conjunto do povo. Isso não se fará sem a ativa participação de todas as forças vivas do Brasil, trabalhadores e empresários, homens e mulheres de bem. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002b, p.10)

Logo após o resultado da eleição, mais uma vez foi reafirmada a principal característica do CDES e garantida a sua criação: “Meu governo terá a marca do entendimento e da negociação [...]. Vamos promover um Pacto Nacional pelo Brasil, formalizar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social [...]”. (SILVA, 2002b, p.4-5).

2.6.2 Concertação social e Sociedade Civil

A formalização da transição para um novo modelo econômico, marcado pela concertação social foi idealizada por um importante intelectual do Partido dos Trabalhadores e seu membro histórico, Tarso Genro, que conduziu o Conselho nos períodos 2003/2004 e 2006/2007, defendendo a criação de um novo bloco social dirigente, sem vínculos ideológicos ou partidários, que pudesse garantir a coesão social que sustentasse esse processo de transição. (GENRO, 2003a).

Concertação que significa, em primeiro lugar, identificar os temas estruturantes de um novo Contrato social e, ato contínuo, significa buscar posições pactuadas, que possam ser amplamente majoritárias e também hegemônicas na sociedade. (Tudo para transitarmos, com o menor custo político e social possível, para uma sociedade com mais igualdade, inclusiva, com altas taxas de crescimento econômico e radicalmente democrática (GENRO, 2003b, p.2).

Segundo Tarso Genro, naquele momento era necessário eleger temas importantes para o desenvolvimento do país e buscar a pactuação em torno deles, para que essa decisão fosse hegemônica na sociedade, sem contestações ou

impedimentos importantes para sua realização. Esse entendimento era chamado, por ele, de concertação. Através do Conselho, a sociedade seria estatizada, ao participar das questões públicas, e civilizaria o Estado através da sua mobilização.

Em última instância estabelece-se uma relação entre o Estado e a Sociedade na qual a Sociedade Civil se estatiza, no sentido de que participa do Estado, não no de que é controlada pelo Estado. E o Estado se civiliza, no sentido de que é permeado pelos movimentos da Sociedade Civil, pelas suas tensões, pelo cruzamento de opiniões, e pela presença do movimento social organizado pressionando democraticamente o Estado e o governo. (GENRO, 2003a, p.101).

Genro entendia que o CDES deveria ser um espaço de conciliação de classes - já que o novo bloco social dirigente deveria abrir mão de posições políticas, ideológicas e partidárias - e aprofundamento das relações democráticas entre Estado e sociedade, pois, segundo ele, são através de acordos (e não das histerias) que importantes temas para o novo projeto de desenvolvimento podem nascer.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um gérmen de uma nova forma de controle e de interação do Estado com a sociedade [...]. É uma estrutura não-estatal que dialoga com o Estado e com ele compõe relações: ou seja, cria elementos de radicalização do processo democrático, mas radicalização não no sentido da histeria, mas no de um aprofundamento da democracia que se faz de maneira pactuada. (GENRO, 2003a, p. 100-101).

Ellen Wood (2003) chama a atenção para o modo como o conceito de Sociedade Civil tem sido utilizado, não mostrando um significado essencialmente anticapitalista. Há alguns pontos em comum nesta gama de atuais significados para este conceito: ele identifica uma potencial arena de liberdade fora do Estado, autonomia, pluralidade e associações voluntárias. Realidade distinta da que Gramsci entendia: “o conceito de Sociedade Civil deveria ser, sem ambigüidades, uma arma contra o capitalismo, nunca uma acomodação a ele”. (WOOD, 2003, p. 208).

Para Wood (2003), essa redução do conceito pode ocultar as formas de dominação capitalista na sociedade. Nesse contexto,

Sociedade Civil pode ser entendida como um código ou máscara para o capitalismo, e o mercado pode se juntar a outros bens menos ambíguos, como as liberdades políticas e intelectuais, como um objetivo desejável acima de qualquer dúvida. O perigo está no fato de a lógica totalizadora e o poder coercitivo do capitalismo se tornarem invisíveis. [...] Essa redução é, de fato, a principal característica distintiva da Sociedade Civil nesta nova encarnação. (WOOD, 2003, p.210).

Essa redução do conceito de Sociedade Civil diz respeito às instituições e relações do sistema capitalista, que passam a ser encaradas no mesmo nível das associações domésticas ou voluntárias, e, dessa forma, o mercado transforma-se um objetivo desejável, assim como as liberdades políticas e intelectuais. É essa característica, uma das principais na relação de dominação/exploração do sistema capitalista, torna-se oculta.

2.6.3 Organização do CDES

Na primeira estruturação, o Conselho integrava o conjunto de órgãos essenciais de assessoramento direto e imediato ao presidente da República, ou seja, o centro político do governo (Casa Civil, Ministério da Fazenda, Secretaria Geral da Presidência, Secretaria de Comunicação da Presidência), onde acontece a eleição dos temas prioritários da agenda governamental.

Essa organização inicial do Conselho foi sistematizada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), que estava subordinada diretamente ao presidente da República. Isso significa que a SEDES tinha mais condições de organização e estrutura para fazer o Conselho funcionar, já que este, por sua vez, estava dando os primeiros passos.

Costa (2005, p.8) afirmou, em relação ao início do funcionamento do Conselho: “Os membros do Conselho neste momento têm pouca ou nenhuma informação sobre seus pares, um corpo atomizado, fragmentado, reunido e coordenado pela SEDES”. A dependência da SEDES aumentava muito o risco do Conselho não se estruturar de forma autônoma. “O Conselho brasileiro está entre dois extremos: a) um Conselho vinculado totalmente à estrutura de governo, com aparato e burocracia; e b) um Conselho totalmente independente do governo, inclusive financeiramente”. (COSTA, 2006, p. 67).

Fleury (2006) também fez uma crítica relacionada a essa organização proposta pela SEDES para o funcionamento do CDES. A autora, que já foi conselheira, entendeu que pelo tamanho da estrutura do Conselho, era necessário o

auxílio da SEDES para manter a organização, mas reconheceu o risco de limitar a autonomia dos conselheiros.

Toda a estrutura administrativa está vinculada ao governo, muitas vezes buscando legitimar o Conselho no interior do próprio governo, outras vezes criando condições de legitimação das políticas governamentais diante dos membros do Conselho. A relação entre a SEDES e o CDES manifesta um excessivo controle exercido pela primeira, em relação à dinâmica e funcionamento do segundo, por exemplo, quanto à definição da agenda, da pauta, da dinâmica de funcionamento dos grupos e do Pleno. Em boa medida estes controles são necessários para o melhor funcionamento de um pleno tão grande e heterogêneo, mas, pode também limitar demasiadamente as atividades e expressões dos conselheiros. (FLEURY, 2006, p.26).

O secretário-executivo do CDES é também diretor da SEDES e possui *status* de ministro. A SEDES garante suporte administrativo e logístico ao Conselho que repassa ao Conselho as propostas governamentais: também representa a agenda do governo e garante a estrutura de funcionamento do Conselho, possui “[...] uma equipe integrada e articulada que inaugura um trabalho rigorosamente planejado” (COSTA, 2005, p.8-9). A SEDES “desenvolveu suas ações em dois grandes eixos: os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e a difusão da cultura da concertação”. (BRASIL, 2003f).

A Medida Provisória n. 259, de 21 de julho de 2005, transformada posteriormente na Lei n.11.204, de 05 de dezembro de 2005 introduziu modificações na estrutura da Presidência da República. Desde então, a Secretaria especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) passou a integrar a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), recebendo um novo nome, **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social**, e continuou com a tarefa de viabilizar o funcionamento do CDES. O ministro das SRI passou a exercer a função de secretário-executivo do CDES.

De acordo com Ribeiro (2010), essa mudança da SEDES na hierarquia da presidência contribuiu para o processo de construção institucional do Conselho, ao lhe garantir maior estabilidade do que quando o CDES e a SEDES eram estruturas soltas diretamente subordinadas à presidência. Além disso, a SRI é responsável pela coordenação política do executivo com todas as outras instâncias de poder no

país e em todas as esferas (congresso nacional, partidos políticos, estados, Distrito Federal e municípios).

2.6.4 Composição do CDES

O Conselho, inicialmente, era composto por dez ministros de estado e por oitenta e dois conselheiros de diversos segmentos sociais. Posteriormente²⁴, essa quantidade foi aumentada para doze ministros e noventa conselheiros que representassem a sociedade. O aumento se deu para contemplar mais integrantes das regiões Norte e Nordeste²⁵. (FLEURY, 2006). Até o fim do período estudado nesta pesquisa, o Conselho possuía 17 ministros como conselheiros²⁶. Os conselheiros tinham seus respectivos suplentes e eram escolhidos pelo presidente da República, entre os cidadãos “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução”²⁷.

O CDES recebeu duras críticas por ter privilegiado a participação do setor empresarial: dos noventa²⁸ conselheiros, metade eram empresários, e a outra metade era ligada às áreas: social (dezoito conselheiros) ou trabalho (treze conselheiros) ou personalidades (catorze conselheiros). Além disso, havia poucos integrantes das regiões Norte e Nordeste. (RIBEIRO, 2010; FLEURY, 2006, TAPIA, 2003).

A composição do Conselho do Pacto é decisiva para a caracterização da natureza do Governo. Nele, os empresários têm um peso decisivo sendo mesmo mais da metade: 5 representantes do setor agropecuário, sete do

²⁴ MP 103 de 1º de janeiro de 2003, artigo 8º, §1º, inciso IV.

²⁵ No mês de junho foram acrescentados mais oito integrantes: cinco do Norte e um do Nordeste e duas lideranças religiosas evangélicas. Destes, cinco estão ligados ao PMDB, partido fortemente cotado para dois cargos ministeriais, negociação necessária ao seu sistemático apoio parlamentar. Esta segunda leva, além do balanceamento regional, contou, por conseguinte, também critérios políticos partidários. (TAPIA, 2003, p.9).

²⁶ Em Dezembro de 2010 o CDES era composto por 17 ministros de Estado, conforme a lei 10.683 e suas alterações. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10/12/2010.

²⁷ MP 103 de 1º de janeiro de 2003, artigo 8º, §1º, inciso IV.

²⁸ A esfera social corresponde a entidades religiosas, de gênero e raça, culturais, de profissionais não diretamente ligados às reivindicações do trabalho, aos movimentos sociais ligados a questões da terra, associação de pesquisadores e estudantes etc.. A esfera do trabalho corresponde, basicamente, aos sindicatos e a centrais enquanto as 14 personalidades são majoritariamente professores universitários. Vale mencionar que dos 45 representantes da esfera empresarial, 25 são das indústrias, 13 do setor de serviços, onde se destaca cinco grandes bancos, três dos quais estrangeiros, cinco da agricultura, além de duas ONGs empresariais. (TAPIA, op. cit., p.14).

setor financeiro (inclusive representantes de bancos internacionais como o Santander e o City Bank), 23 da indústria, 2 do comércio, 4 nomes do setor de serviços, 10 “personalidades notáveis” – denominação genérica que envolve outros empresários (como Milu Vilela/Banco Itaú), o governo terá 10 ministros, 13 sindicalistas, 2 da cultura, 3 de entidades de classe, 11 representantes de movimentos sociais (aqui entra Viviane Senna, o que mostra que as ONGs, além de serem confundidas com a Sociedade Civil, também o são com os Movimentos Sociais) e 2 religiosos. (DIAS, 2003: 152).

É importante dizer que, entre os anos de 2003 e 2005, os noventa conselheiros assumiram as suas funções, fato que não se repetiu em 2007, quando oitenta e cinco nomes foram indicados e em 2009, quando apenas setenta e nove nomes foram indicados. De acordo com Ribeiro (2010), essa diminuição na quantidade de indicações aponta para uma maior seletividade do governo na composição do Conselho.

Outra mudança apontada na composição do Conselho foi a representação do setor sindical. Nas duas composições iniciais se aproximava de 10% e em 2007 e 2009, respectivamente, cresceu para 20 e 21%. O problema, segundo Ribeiro (2010), é que a esse aumento do setor sindical não correspondeu a diminuição do setor empresarial. A parcela dos outros, que abrange personalidades, religiosos, acadêmicos e representantes de movimento sociais foi a que apresentou queda na proporção de conselheiros.

2.6.5 Análise do progressivo desenvolvimento das atividades do CDES

O Conselho possui diversas esferas de discussão de propostas. As reuniões do pleno agregam todos os integrantes para definir as posições do Conselho sobre os temas discutidos. Os temas para apreciação no CDES são dados pelo presidente da República, pelos ministros ou pelos conselheiros, estes podendo fazê-lo individualmente ou em grupo.

O conselheiro que for ministro de uma determinada pasta faz a apresentação do tema que lhe é pertinente para os demais no início da sessão do pleno. Em seguida, outros três conselheiros, já previamente definidos, podem manifestar-se sobre o tema apresentado e então o ministro que originou a apresentação conclui

sua fala em resposta aos três conselheiros anteriores. Após esse procedimento, qualquer conselheiro pode se pronunciar.

Esse modelo recebeu críticas dos próprios conselheiros e de estudiosos do tema que entenderam que essa forma privilegiava as discussões entre governo e conselheiros, em detrimento das discussões entre os próprios conselheiros, dificultando o nascimento de propostas do próprio CDES.

O argumento utilizado por quem criticou esse modelo baseia-se no fato de que se os conselheiros não tiverem a oportunidade de debater e construir a concertação sobre os temas, a função do CDES pode ser profundamente frustrada na prática, em relação ao seu objetivo inicial, como nos alerta Vizeu e Bin (2008, p.100): “Nesse cenário se pode questionar se o CDES tem sido utilizado mais como espaço para o governo apresentar propostas do que para promover a construção conjunta de soluções”.

Vizeu e Bin (2008) também criticaram a organização das sessões do CDES, que teriam funcionado, em alguns momentos, mais como um fórum de discussões particularistas do que de formulação de propostas nacionais.

Nos debates é marcante a defesa de pontos afetos ao conselheiro que se manifesta: empresários reclamam da carga tributária incidente na produção e das taxas de juros que também, segundo eles, oneram os setores em que atuam; sindicalistas reclamam de questões salariais e da tributação sobre os trabalhadores; professores universitários reivindicam mais recursos para pesquisa; e o segmento social reivindica mais ação do governo em políticas de proteção social. (VIZEU; BIN, 2008, p.98).

Conforme já citado, no ano de 2005 houve duas mudanças importantes: a primeira é que a SEDES passou a ser subordinada à SRI, e dessa forma o ministro das Relações Institucionais passou a ser o secretário-executivo do CDES; a segunda mudança ocorreu através da gestão do Conselho por um ex-sindicalista, Jaques Wagner, que desde 2004 havia dado início a uma nova fase para o Conselho.

[...] a SEDES na gestão de Wagner definiu o adensamento institucional, isto é, o reforço dos mecanismos de envolvimento e participação dos conselheiros na agenda do Conselho. Para essa estratégia, o estilo negociador do ministro Wagner foi um trunfo importante porque uma das

principais insatisfações manifestas era com o sentimento de ritualização das reuniões do Conselho [...]. (TAPIA, 2007, p. 205).

Enquanto Tarso Genro, secretário-executivo do CDES e diretor da SEDES do período anterior, priorizava a participação de conselheiros do ramo industrial e a construção da concertação – necessária por estar construindo a existência do Conselho com as diretrizes da concertação e do novo pacto social -, Wagner entendia o método de trabalho para o Conselho de forma diferenciada, priorizando a idéia de negociação. A diferença foi explicada da seguinte forma:

Evitando o termo concertação, o novo ministro passa a dar ênfase à negociação, supondo que os conflitos podem não levar a posições consensuais, mas a posições que permitam soluções negociadas. [...] A perspectiva de negociação se revelava na crença de que os conflitos e posições são definidos previamente e que, neste espaço, podemos negociar e chegar a acordos, respeitada a correlação de forças, mas isto não representa a construção de um projeto comum ou a geração de um consenso. (FLEURY, 2006, p.24).

Essa mudança conceitual alterou o cotidiano do Conselho e fez com que os conselheiros pudessem ser mais dinâmicos e efetivos institucionalmente, afinal, “[...] como a Secretaria não leva assuntos pouco estudados para a reunião do pleno – um parecer só vai para o pleno depois de ser avaliado em GT –, estes grupos se conformaram enquanto eixos centrais do funcionamento do CDES”. (RIBEIRO, 2010, p.15).

Jaques Wagner contribuiu com uma gestão que priorizou a consolidação da primeira fase institucional do CDES, iniciada por Genro. O ano de 2006, que também foi o ano de Lula concorrer ao segundo mandato presidencial, marcou a volta de Tarso Genro na direção do Conselho. Essa nova gestão de Genro consolidou o fortalecimento institucional do CDES, pois a partir desse momento - segundo governo Lula - o Conselho adquiriu maior importância. As principais contribuições do Conselho durante o segundo governo de Lula serão explicitadas no terceiro capítulo.

No ano de 2008, foi criado um comitê gestor com o objetivo de fortalecer e ampliar a capacidade do Conselho de contribuir com as pautas públicas e com a formação do juízo político do governo. “[...] o desafio é aprimorar a governança do

CDES [...] ampliar o entendimento [...] contribuir na construção do Brasil mais desenvolvido e mais equitativo". (Brasil, 2008b, p.5).

O comitê gestor permitiu maior dinâmica e autonomia dos conselheiros na definição de pautas, pois assim não haveria apenas uma forma de defini-las. Por exemplo, um subtema de um grupo de trabalho poderia virar tema de pauta. Dessa forma, as demandas dos conselheiros teriam maior chance de serem discutidas. Isso foi possível, devido tanto a mudança de vinculação institucional do Conselho à SRI, quanto à própria demanda apresentada pelos conselheiros. (RIBEIRO, 2010).

Os grupos temáticos²⁹ são espaços de discussões e debates. Eles têm a função de elaborar pareceres ou propostas mais aprofundadas sobre temas que serão discutidos nas reuniões do pleno. No ano de 2003, por exemplo, foram criados sete grupos temáticos com os seguintes temas para serem debatidos: Reforma Previdenciária (quatro subgrupos com quatro encontros), Reforma Tributária (quatro subgrupos com um encontro), Reforma Sindical e Trabalhista (três subgrupos com quatro encontros), PPA (dois subgrupos com dois encontros), Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento (dois subgrupos com quatro encontros), Primeiro Emprego (um subgrupo com um encontro), Micro e Pequena Empresa, Informalidade e Autogestão (dois subgrupos com três encontros). Naquele ano foram realizados 19 encontros de grupos temáticos, reunindo 660 lideranças nacionais, em 18 subgrupos. (BRASIL, 2003f).

Outro grupo importante é o de acompanhamento, que segue, por tempo indeterminado, temas específicos ou que não sejam objeto de discussão no pleno ou nos grupos temáticos.

A produção dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho foi autoavaliada dessa forma:

²⁹ Cada grupo de trabalho é composto por: um integrante da administração pública federal, designado pelo Secretário-Executivo do CDES, que exerce a função de coordenador, um representante indicado pelo Ministro de Estado da área pertinente ao tema objeto da discussão, que será seu relator, dez conselheiros indicados pelo CDES e até nove cidadãos convidados pelo Secretário-Executivo, ouvido antes o Conselho. (Kunrath, 2005, p. 12).

Em todos estes momentos, o trabalho foi marcado por um debate amplo e sincero entre este grupo de 90 representantes dos mais variados segmentos sociais, contando sempre com a colaboração de pessoas e instituições de reconhecido saber nas áreas específicas, com o intuito de dar maior densidade às análises e recomendações produzidas. (BRASIL, 2010d, p. 11).

Segundo o Relatório de atividades feito pela SEDES (BRASIL, 2003f), referente às atividades do CDES em seu primeiro ano de funcionamento, destacamos os seguintes acontecimentos:

1. O encontro que os conselheiros tiveram com representantes do Banco Mundial para discutir e avaliar as prioridades e diretrizes do Conselho para os próximos quatro anos;
2. Os acordos de cooperação assinados entre o CDES e outros Conselhos similares de Portugal, Espanha, Itália, França e o Comitê Econômico e Social Europeu;
3. A entrada e ascensão do CDES na Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais integrando sua diretoria.
4. Por último, foram firmados convênios de cooperação com o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a CEPAL, a OIT, a UNESCO, a FGV e a UFRGS no âmbito do Programa nacional de apoio à concertação.

No mesmo ano realizaram-se:

[...] seis reuniões, sendo cinco ordinárias e uma extraordinária. [...] Foram discutidos os seguintes temas nas reuniões do Pleno do Conselho: Reforma Previdenciária, Tributária, Sindical e Trabalhista, Plano Plurianual 2004-2007, Retomada do Crescimento e Política Macroeconômica, Parceria Público-Privada, Política Industrial. (BRASIL, 2003f, p.5).

Além da discussão das reformas e dos outros temas, acima citados, ocorreu, no período de fevereiro de 2003 a março de 2004, como resultado dos consensos obtidos, a divulgação das cartas de concertação – as quais serão analisadas no próximo capítulo - que foram chamadas posteriormente pelo próprio CDES de documentos estruturantes, teria inspirado à construção de uma Agenda Nacional de

Desenvolvimento no ano de 2005 e, no ano de 2006, à elaboração dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. (BRASIL, 2010d).

A apresentação do Conselho realizada neste capítulo teve o objetivo de permitir um conhecimento global desse espaço e das primeiras atividades realizadas. No próximo capítulo, vamos analisar os principais resultados do processo de concertação, aqui iniciados, para as ações políticas concretas e que trouxeram modificações nos direitos das classes trabalhadores, durante os dois governos de Lula.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARA OS GOVERNOS LULA

3.1 Introdução

Este capítulo tem o objetivo de pesquisar a essência do transformismo do Partido dos Trabalhadores, discutido no primeiro capítulo, e o apoio dado pelos governos Lula às recomendações do CDES. Consideramos que a maioria das propostas do Conselho privilegiou mais os patrões do que os empregados, em outras palavras, mais o empresariado do que dos trabalhadores. Analisemos o discurso de Carlos Nelson Coutinho a respeito dos interesses privados no interior do Estado brasileiro.

[...] o Estado brasileiro sempre foi dominado por interesses privados. Decerto, isso caracteriza o Estado capitalista em geral, não sendo uma singularidade de nossa formação estatal; mas esse privatismo assumiu aqui traços bem mais acentuados do que em outros países capitalistas. [...] No Brasil, o pouco que foi conquistado nesse sentido [o da luta das classes trabalhadoras pelo *WelfareState*] [...] não infirma o fato de que a característica dominante do nosso Estado foi sempre o de ter sido submetido, no essencial, a interesses estritamente privados. Criamos juridicamente [...] um aparente Estado do Bem-Estar [...] o pretense *Welfare* brasileiro não funciona: embora juridicamente a Constituição consagre importantes direitos sociais, sobretudo a partir de 1988, esses só parcialmente são implementados na prática, não tanto porque o país seja pobre ou o Estado não disponha de recursos, como frequentemente se alega, mas sobretudo porque não há vontade política de fazê-lo, ou seja, porque não há um verdadeiro interesse público embasando a ação de nossos governantes. (COUTINHO, 2008, p.127).

Entendemos que durante o governo Lula e através do CDES, mais uma vez, o Estado brasileiro esteve submetido a interesses privados. Veremos que as conquistas da classe trabalhadora foram atacadas pelas decisões do governo Lula que haviam sido sugeridas pelo CDES. A opção política tem sido o favorecimento dos grandes empresários que compõe o CDES, em vez do cumprimento e da ampliação dos direitos sociais presentes em nossa Constituição. Concordamos com Guiot (2011) quando diz que

[...] a fórmula da “concertação” ou do “diálogo social” traz no seu bojo um projeto de hegemonia calcado na proposta de superação dos antagonismos de classe através de uma ação política que repolitiza e ressignifica o teor histórico das formas de participação e envolvimento político-ideológico das classes subalternas frente ao capital. Para tanto, atua pedagogicamente, educando o consenso, no sentido de preparar corações e mentes para um “novo envolvimento cívico” voltado ao “pacto” entre proprietários e trabalhadores, posto como pano de fundo a idéia de que o capitalismo não só é intransponível, mas como também pode ser benéfico para todos, com a condição de abandonarem qualquer expectativa anti-capitalista. Nesse modelo, a hegemonia burguesa é assegurada pela difícil e instável tarefa de acionamento de mecanismos de conciliação entre as classes sociais, forjando uma sociabilidade peculiar, produzindo não somente subjetividades calcadas na adequação social e cívica dos trabalhadores, mas também atuando *preventivamente* na administração de conflitos sociais [...] em favor da “coesão social”, necessária à continuidade do projeto e, no horizonte, do próprio capitalismo. (GUIOT, 2011, p. 12).

A análise desenvolvida nesta pesquisa sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social investigou os seus documentos estratégicos, as suas contribuições para as diversas políticas que foram implementadas e a composição do Conselho, permeado por grandes empresários nacionais, que imprimiram os seus interesses de classe nas diversas recomendações que foram executadas pelo governo. Diniz e Boschi (2007b), analisando o Conselho, explicam que ele funciona como um produtor de consensos sobre a superação dos conflitos capital/trabalho.

Essa nova estrutura institucional é voltada ao estabelecimento de sintonia entre segmentos da Sociedade Civil, sobretudo o empresariado, e o Estado, para a definição e consecução de metas de desenvolvimento [...] não é um órgão representativo de categorias específicas e, muito menos, voltado à definição de políticas setoriais ou à solução de conflitos capital/trabalho. Na verdade, o CDES é voltado à geração de consenso e ao estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento, apontando linhas mestras que possam servir de orientação para diferentes esferas do governo. (DINIZ; BOSCHI, 2007b, p.105).

Para a nossa análise gramsciana, seguiremos a metodologia de Sonia Regina de Mendonça (2005):

Cabe ao pesquisador verificar quem são os atores integrantes desses sujeitos coletivos organizados, bem como a que classe ou fração encontram-se organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada uma das agências do Estado restrito, sem jamais perder de vista que a Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente inter-relação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar, a cada momento histórico, o eixo central que organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais modalidades de organização se articulam no e pelo Estado restrito, o que só pode ser apreendido mediante estudo do conjunto de seus agentes e práticas. (MENDONÇA, 2005, p. 12).

Adotamos, neste trabalho, a idéia gramsciana de Sociedade Civil, que a considera como espaço político para que os interesses de classes e frações de classe possam se organizar, estabelecer e manter a (contra)hegemonia, através da “guerra de posição” na sociedade capitalista, ou seja, através das disputas entre interesses e projetos de classes opostas. Segundo Gramsci (2000), o Estado é conquistado pelo grupo hegemônico da Sociedade Civil que conquistou o consenso antes mesmo da chegada ao poder, e chegando ao governo ele se utiliza do aparato estatal para fazer valer os interesses do grupo o qual representa: leis, burocracia, polícia etc.

Entendemos que através do CDES, o governo procurou difundir a concepção de maior participação da Sociedade Civil, através da idéia da construção de uma cultura cidadã. A crítica presente neste trabalho se utiliza do pensamento de Virgínia Fontes.

A expansão da Sociedade Civil no Brasil recente se imbrica com um empresariamento de novo tipo, lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las), com vistas à sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração do sobretrabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como “empoderamento”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, “sustentabilidade”. (FONTES, 2010, p.296).

3.2 Análise dos documentos produzidos

Analisaremos, a seguir, documentos desenvolvidos pelo Conselho, chamados de documentos estruturantes e de orientação estratégica.

3.2.1 Cartas de Concertação

A elaboração das cartas de concertação foi a primeira experiência prática dos conselheiros no CDES, que apresentaram as primeiras contribuições do Conselho para o desenvolvimento do país e para as ações a serem realizadas pela sociedade e pelo novo governo. A SEDES, secretaria do CDES, orientou o Conselho nesse

processo de estruturação dos trabalhos sobre a metodologia da pactuação para a viabilização de um projeto de crescimento econômico com redução das desigualdades sociais.

Foi o primeiro exercício de pactuação para todos os conselheiros e permitiu maior interação entre os membros: com o presidente da República, entre os próprios conselheiros e a SEDES. Segundo Ribeiro (2010, p.12), “[as] cartas colocaram em evidência a relação que ainda estava por ser construída entre conselheiros, governo e, principalmente, entre o CDES e a SEDES”.

Foram seis as cartas de concertação produzidas nos dois primeiros anos. Destacamos alguns pontos sobre cada carta de concertação, para ilustrar o que foi acordado entre os conselheiros no início de todo esse processo de estruturação do Conselho.

A primeira carta, publicada em 13 de Fevereiro de 2003, mesma data da primeira sessão plenária do Conselho, com a presença do presidente Lula, foi intitulada de “Ação política para a mudança e a concertação”, nela os conselheiros esclareceram que as decisões ali tomadas não representariam todos os interesses da sociedade e o que importava era pensar em soluções comuns a todos, acima de qualquer interesse de classe. Logo nessa primeira carta, ficou bem evidente que a idéia de pacto social por uma solução comum, que atendesse aos interesses majoritários no interior do Conselho, seria priorizada.

[...] a agenda da concertação não vai satisfazer todos os interesses específicos de classe, grupos ou setores da sociedade, nem se destina a eliminar da cena pública interesses corporativos, que sempre serão pauta de qualquer sociedade democrática; segundo: para que haja produção de alguns consensos fundamentais é necessário que se processem conflitos regulados, abertos a toda a sociedade, para que se dê visibilidade a pontos comuns que interessam ao Brasil como nação, acima dos interesses setoriais e de classes. (Brasil, 2003e, p.1).

Lula sempre procurou acatar as sugestões do CDES, especialmente àquelas baseadas no conceito de superação das questões de classe. Na medida em que ia sendo realizada a concertação no interior do Conselho, mais as propostas apresentadas pareciam com os interesses da classe empresarial, majoritária no

Conselho. Comparamos a postura atual de Lula no CDES com sua antiga opinião sobre a luta de classes e sobre o empresariado: “*O Partido não deve se sobrepor à luta de classes, mas apoiar a luta de classes*”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980b, p.177).

Estes empresários que estão dizendo aí que são favoráveis a contratações coletivas de trabalho, esse pessoal está falando isso, desde 1973/74, só que na hora de abrir mesmo, ninguém quer abrir. Também esse pessoal fica muito na base da teoria, porque a exploração deles é a mesma do capital multinacional, é a mesma do empresário radical, pagam o mesmo salário [...] no fundo, no fundo, quando se trata de defender os seus lucros, aí a coisa nivela nacionais e estrangeiros tranquilamente. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980b,174-175).

Eu acho que os empresários estão muito mais organizados [do que os trabalhadores], aliás, como sempre estiveram. Podem ser concorrentes ou divergentes entre si, mas na hora de brigar com a classe trabalhadora os empresários estão sempre unidos. (*Id. Ibid.*, p. 86-87).

Lula, em início de carreira política, criticava o empresariado nacional por explorar e se organizar contra os trabalhadores da mesma forma que as multinacionais faziam. Atualmente, no CDES, os empresários podem se organizar livremente e priorizar propostas que favoreçam mais os seus interesses do que os dos trabalhadores, o que ocorre com o apoio irrestrito de Lula.

Outra questão abordada nessa carta foi sobre o objetivo do projeto que o CDES desejava implementar, que era o de “reclassificar” a sociedade brasileira, no sentido de

integrar a todos na estrutura de classe através do emprego, do trabalho da atividade produtiva” [e] “libertar o Estado brasileiro da necessidade dos capitais de curto prazo, reduzir os juros, fazer o Brasil crescer, distribuir renda, criar instrumentos para aumentar o controle social do Estado. (BRASIL, 2003e, p.12).

Nota-se que, nesse processo, havia a preocupação em mostrar que o Brasil precisava ser libertado de tudo o que impedisse seu desenvolvimento, e que era necessário um amplo acordo social capaz de garantir o melhor para o país, mesmo que isso desagradasse a alguns setores ou categorias, provavelmente os que fossem prejudicados com essas novas medidas de reformas do Estado.

A segunda carta de concertação foi divulgada em 10 de abril de 2003, quase dois meses depois da primeira, e recebeu o nome de “Ação pelo progresso e

inclusão social”. Seu texto é maior que o da primeira e já traz alguns pontos comuns do processo de concertação outrora iniciado.

Ressaltamos que essa carta chama a atenção para a existência das instituições democráticas no país, de uma imprensa livre e politizada, que incentiva o constante crescimento de uma estrutura de democracia e cidadania e, além disso, valoriza a base produtiva brasileira que resistiu a inúmeras crises e contribuiu para a afirmação consistente de que o Brasil tem futuro.

A conquista de instituições relativamente sólidas, balizadas pelo Estado Democrático de Direito, a consolidação de uma base produtiva vigorosa, que vêm resistindo às crises dramáticas dos últimos trinta anos, e a emergência de uma cidadania ativa, participativa e crítica, aliada a uma imprensa livre e altamente politizada, afirmam, porém, que o Brasil tem futuro. Ele depende da consolidação política de um novo Contrato Social, para que nos tornemos não somente um país forte economicamente, mas também socialmente justo. Queremos, nesta Segunda Carta de Concertação, avançar na construção de um grande acordo. Um novo pacto firmado entre forças políticas, representações empresariais, sindicais e de vastos setores da Sociedade Civil. Este avanço deve estar informado pelos debates que travamos, sem a ilusão de que não temos divergências, mas a partir da confiança de que é possível estabelecermos marcos de consenso: um espaço comum no interior do qual podemos disputar posições, em busca de um sentido aceito por todos e que fundamentará as nossas ações políticas. (BRASIL, 2003e, p.1).

Em outras palavras, a valorização das iniciativas da imprensa livre e politizada, feita pelo Conselho, ocorre provavelmente porque a imprensa, de fato, apóia o desenvolvimento de ações que promovam a democracia e a cidadania no sentido de solidariedade entre os cidadãos, em um espaço – que seria a Sociedade Civil - ausente de diferenças entre classes sociais, onde toda a sociedade tem sido chamada para ser co-responsável pelas soluções dos problemas sociais. Esse princípio está de acordo com a essência do CDES e, por isso, é defendido por ele no elogio às ações da imprensa “politizada”.

Ainda na segunda carta, valoriza-se a capacidade da resistência do empresariado às crises econômicas e condiciona-se o futuro do país à preservação dessa capacidade e à consolidação do novo contrato social - que através do Conselho está começando a existir - ou seja, oferecendo não apenas uma economia forte, como consequência deste novo contrato, mas também um país mais justo socialmente.

A idéia presente nessas afirmações é a de que se o empresariado se fortalece e garante a sua capacidade de resistência às crises econômicas – através da economia forte que vem desse novo contrato social – o país terá mais justiça social. O Conselho só não esclarece de que forma a justiça social se tornaria uma realidade, após as garantias de resistência do empresariado às crises. Outro aspecto importante que a segunda carta explicita é o de que o contrato social deve estar acima das divergências, devem fazer prevalecer os marcos de consenso, isto é, uma posição comum a todos. A prioridade é fortalecer o capital privado, esse é o consenso desejado, acima das divergências que se oponham a esse objetivo.

Na terceira carta, de 12 de junho de 2003, bem maior e mais complexa do que as anteriores, intitulada de “Fundamentos para um novo contrato social”, pode-se observar que houve uma preocupação em afirmar que uma ruptura radical com a política econômica não seria aceita pelo CDES, pois o respeito à estabilidade do mercado seria uma prioridade, que se tornou realidade ao longo dos oito anos de governo.

Lula havia mantido a postura conservadora dos governos anteriores em relação à política macroeconômica, conforme vimos nos capítulos anteriores. Mais uma vez, ficou evidente o valor dado aos interesses do capital, sobretudo à necessária garantia de estabilidade, que não poderia ser ameaçada por posturas políticas e econômicas “radicais”.

Para garantir a estabilidade, os conselheiros apresentaram ao governo os interesses comuns “da sociedade”, a fim de promover o crescimento econômico com políticas sociais e quanto ao desenvolvimento social, este ocorreria dentro de certos limites, desde que não fosse necessário “deflagrar um processo de ruptura com os mercados”. (BRASIL, 2003e, p.2).

A responsabilidade de formular um novo projeto nacional veio acompanhada de um compromisso de firmar uma renovada autoridade sobre a política econômica, sem deflagrar um processo de ruptura e em consonância com os mercados e com a estabilidade. A tarefa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, marco político de proposição de um novo contrato social, não chega a ser nem formular plano de governo, nem propor políticas econômicas, mas oferecer os pontos de convergência de interesses que permitam o acordo político para a sustentabilidade do crescimento, do emprego e da inclusão. (BRASIL, 2003e, p.3).

Na análise feita pelos próprios conselheiros sobre as primeiras três cartas, foi ressaltada a importância das mesmas para o processo de concertação em andamento e como ponto de partida, consideraram necessário, mais uma vez, a “recuperação” do Estado através de reformas que viabilizariam um novo modelo de desenvolvimento.

Nas três cartas anteriores, propusemos temas importantes, com o objetivo de acumular conhecimento e diálogo entre os diversos sujeitos sociais que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Na **Primeira Carta**, apresentamos o papel do CDES, como espaço público não estatal, na construção de um novo entendimento nacional, tomando como ponto de partida a recuperação do Estado, a partir das reformas. Na **Segunda Carta**, discutimos a necessidade de o país optar pelo crescimento como condição para enfrentar a questão da exclusão social. Na **Terceira Carta**, avançamos na definição dos fundamentos econômicos para a construção de um novo contrato social, baseado no crescimento sustentado, na geração de empregos e na distribuição de renda, delineando alguns passos importantes na árdua e inédita tarefa de transição para um novo modelo de desenvolvimento. (BRASIL, 2003e, p.3).

Uma das reformas sugeridas pelo Conselho foi a previdenciária - embora prevista desde o programa de governo de Lula, a mesma foi sistematizada no interior do Conselho - que havia sido iniciada pelo governo FHC, restrita aos trabalhadores da iniciativa privada, e que, no governo Lula, ganhou mais uma dimensão, alcançando os servidores públicos. Esse é um caso exemplar para nossa análise, pois deixa explícito o quanto Lula optou por abandonar a causa dos trabalhadores em benefício dos interesses capitalistas dos empresários do interior do CDES.

Para compreender a dimensão do transformismo do Partido dos Trabalhadores, é necessário considerar que foi no Congresso Nacional que a proposta de Lula para a Reforma Previdenciária sofreu modificações – em relação ao texto produzido pelo Conselho - para que se tornasse menos prejudicial aos trabalhadores. No programa de Governo de Lula divulgado no ano de 2002, constavam as diretrizes para a realização dessa reforma. Destacamos o trecho que representa uma das conseqüências da reforma para o empresariado.

Em complemento ao sistema público universalizado, aos trabalhadores tanto do setor público como do privado, que almejam valores de aposentadoria superiores ao oferecido pelo teto da previdência pública, haverá o sistema de planos complementares de aposentadorias, com ou

sem fins lucrativos, de caráter facultativo e sustentado por empregados e empregadores. [...] Quanto ao terceiro pilar do atual sistema previdenciário brasileiro, a previdência complementar, que pode ser exercida através de fundos de pensão, patrocinados por empresas ou instituídos por sindicatos [...], voltada para aqueles trabalhadores que querem renda adicional além da garantida pelos regimes básicos, deve ser entendida também como poderoso instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país. É necessário crescimento e fortalecimento dessa instituição por meio de mecanismos de incentivo. Por outro lado, é imprescindível que seja revisto e aprimorado todo o sistema regulatório da previdência complementar, uma vez que ele tem se mostrado, em alguns de seus aspectos, inibidor do crescimento do setor. A gestão paritária, pelos participantes e patrocinadores, é um fator de segurança e credibilidade para o sistema. A democratização e fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar também devem ser objeto dessas mudanças. A regulamentação dos novos fundos de pensão, com foco no estímulo à sua difusão, beneficiará notável contingente de participantes atualmente excluídos desse sistema. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002a).

É possível perceber que a reforma beneficiou o setor de previdência privada, através da abertura de um mercado com grandes perspectivas de acumulação, conforme apontou Paulani (2008).

Ao completar a transformação idealizada por FHC, mataram-se vários coelhos de uma só cajadada. Para começar criou-se finalmente o grande mercado da previdência complementar que há mais de duas décadas vinha despertando a cobiça do setor financeiro privado, nacional e internacional. Cabe ressaltar que, dessa forma, a viabilização da reforma no setor público representa a abertura de perspectivas de acumulação que não estão presentes quando se considera o mercado previdenciário oriundo do setor privado da economia. Apesar de substancialmente maior do que o número de trabalhadores do setor público, o mercado constituído pelos empregados do setor privado possui novo e gordo espaço de valorização foi, portanto, o primeiro dos grandes tentos marcados pelo governo Lula com a aprovação da reforma. (PAULANI, 2008, p.94).

Apontamos, como um dos possíveis resultados desse processo iniciado em 2003 com a Reforma da Previdência, a participação, no CDES, de representantes do mercado da previdência privada.

1. Sérgio Rosa - conselheiro de 2007 a 2010 – foi presidente da Brasilprev até o ano de 2012. Esta é uma empresa de previdência privada aberta que reúne a BB Seguros Participações S.A. do Banco do Brasil com outros grupos³⁰.

³⁰ A Brasilprev é uma das maiores companhias de previdência privada aberta do Brasil, com mais de 1,4 milhão de clientes e R\$ 49,2 bilhões de ativos sob gestão. Resultado da associação entre o BB

2. João Elísio Ferraz de Campos – conselheiro de 2006 a 2010 – Foi presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSeg, da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, ambos órgãos representativos das empresas do setor de seguros que operam no Brasil.

Na quarta carta, “O desafio da transição e o papel da sociedade: a retomada do crescimento”, de quatro de setembro de 2003, observamos a postura do Conselho em pensar ações mais pragmáticas para retomar o desenvolvimento, ou seja, sair da fase do diagnóstico e pensar em soluções. Obviamente, isso só seria feito por caminhos “possíveis” e que garantissem um desenvolvimento “sustentável”.

O propósito desta Quarta Carta de Concertação é ressaltar o debate de alguns enunciados políticos fundamentais, capazes de agregar amplas maiorias sociais, visando à concertação nacional. Queremos, ao avaliar o crucial momento que atravessa nosso país, romper os limites do simples diagnóstico e assumir uma atitude propositiva e serena, visualizando os caminhos possíveis e necessários para o desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2003e, p.5).

Na quinta carta, “Caminhos para um novo contrato social: documento de referência para o debate”, de dez de dezembro de 2003, os conselheiros chegaram ao entendimento de que, através desse novo contrato social, as decisões importantes para o desenvolvimento nacional de longo prazo não ficariam restritas à decisão de um governante temporário. Esse argumento justificou profundas reformas que afetariam a vida dos trabalhadores, como no exemplo da reforma previdenciária, por mais tempo do que a existência do governo Lula, ou seja, a sociedade brasileira arcaria com drásticas consequências, por muito tempo, quando as decisões do Conselho a prejudicassem em seus direitos.

Seguros Participações S.A., empresa do conglomerado Banco do Brasil, e o PFG do Brasil Ltda., integrante do Principal Financial Group, tem como missão proporcionar aos clientes soluções de segurança financeira e serviços de alta qualidade para viabilizar projetos de vida. No ano de 2011, a Brasilprev registrou lucro líquido de R\$ 385,7 milhões, apresentando aumento de 28,5% sobre o mesmo período de 2010 (R\$ 300,1 milhões) e atingiu R\$ 49,2 bilhões em ativos sob gestão, crescimento de 32,2% em relação ao mesmo período de 2010. A arrecadação total foi de R\$ 11,7 bilhões, valor 20,8% acima do registrado em 2010. Disponível em: <<http://www2.brasilprev.com.br/Empresa/Resultados/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 30 de Maio de 2012.

Longo prazo é a palavra chave. E longo prazo não depende do partido governante. Como os verdadeiros problemas do Brasil não se resolvem em um mandato presidencial, o contrato social é a garantia de cumprimento de compromissos básicos ao longo de vários governos que se sucedem, independentemente de suas diferentes matizes políticas e ideológicas. (BRASIL, 2003e, p.7).

De acordo com os conselheiros, o governo Lula manteve alguns aspectos dos governos anteriores porque expressavam um consenso nacional. Ou seja, o CDES defendeu que as opções do governo Lula, que representavam a continuidade dos governos anteriores, existiam porque havia um pacto social em favor dessas medidas e, por isso, não deveriam ser alteradas.

Ao assumir a tese segundo a qual não há alternativas, de que há uma só política macroeconômica possível (“responsável”), o governo Lula acaba por despolitizar o debate, pois o governo insiste na correção das medidas adotadas, em sua atitude responsável e madura, em seu compromisso com a governabilidade, que o teriam levado a fazer aquilo que “era necessário” e que “deveria” ser feito – em decorrência da “herança maldita” do governo Cardoso – e não aquilo que “gostaria de fazer”. A política macroeconômica adquire, assim, um caráter técnico e neutro, como se fosse desprovida de interesses. (NOVELLI, 2010, p.231).

Discutimos, nos capítulos anteriores, como Lula preservou a política macroeconômica de FHC e, por essa razão, foi extremamente criticado pela sua base eleitoral. Adotando uma postura “responsável”, o então presidente procurou justificar que manter o mesmo caminho na economia não era uma questão de escolha. Nessa quinta carta, os conselheiros interpretaram a crítica recebida por Lula como uma incompreensão da base de apoio, pois na verdade, ele teria sabido superar as crises e as críticas e ainda aprimorar as políticas que herdou e, além disso, através da nova contratualidade social, teria realizado reformas essenciais para o futuro do país, esperadas há muito pela sociedade.

O atual governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva proporciona, a respeito, um grande exemplo: nascido das forças que, até um ano atrás, ocupavam o campo da oposição, soube manter e até aprimorar aspectos essenciais das políticas do governo anterior, naquilo em que exprimiam um inegável consenso nacional. Isto se deu mesmo sob críticas e crises, não raro emocionalmente difíceis, dentro da própria base de apoio ao governo. O governo Lula não teve dúvidas em adotar as medidas necessárias para manter a inflação sob controle, bem como levou à frente reformas pelas quais a maior parte da sociedade reclamava, mas que permaneciam emperradas. A nova contratualidade social deve refletir justamente este amplo acordo social e político, em torno das questões essenciais para o futuro do Brasil, sem cuja solução não haverá futuro, nem para a classe de

miseráveis e excluídos, nem para os bem situados de hoje. (BRASIL, 2003e, p.9).

A sexta carta de concertação, “Política industrial como consenso para uma agenda de desenvolvimento”, de onze de março de 2004, inicia-se com a explicitação de um diagnóstico: “A retomada do crescimento e a redução das desigualdades sociais são os principais desafios para o governo e a sociedade neste momento”. De acordo com o balanço feito pelo Conselho, das medidas do governo nos primeiros quinze meses, momento de elaboração da sexta carta, o país havia conseguido “enfrentar as ameaças do descontrole inflacionário [...], a onda de expectativas negativas e o fechamento de mercados internacionais” (BRASIL, 2003e, p.9) e teria, a partir desse momento, todas as condições para alcançar seus objetivos de crescimento através de uma política que seria

[...] resultado de escolhas concertadas entre a sociedade e o governo, [a qual] deverá servir como orientação e estímulo para os investimentos privados, como forma de focar prioridades governamentais, como instrumento de articulação entre setores produtivos, como mecanismo de enfrentar as desigualdades regionais e como engenho para a recuperação da competitividade e expansão das atividades econômicas no país. Esta ação consensuada entre a sociedade e o governo deve ter impactos sobre as atividades econômicas privadas, de empresas nacionais e internacionais, de grandes, médias, pequenas e micro empresas e outros agentes econômicos, mas, também, deve estabelecer processos de fortalecimento da cidadania, de inclusão social e de redução do desemprego e da desigualdade. (BRASIL, 2006e, p.10).

Nesta última carta, houve uma reafirmação do CDES como um espaço importante para que o governo e a sociedade pudessem debater o desenvolvimento tão desejado para o país, consolidando um novo ciclo que começasse a distribuir renda. Nela, foi defendido que, na nova parceria entre a iniciativa privada e o Estado, cabe a este a função de regulador e promotor do desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, a responsabilidade do Estado seria prover um sistema através de estímulos à infra-estrutura da economia e da responsabilidade social das empresas para alcançar o desenvolvimento. Sobre essas parcerias incentivadas pelo CDES, na área da Educação, trataremos mais adiante.

As cartas de concertação foram objetos de análise por alguns pesquisadores como: Fleury (2005), Costa (2005), Kunrath (2005), Franco (2007), Ribeiro (2010). Costa (2005) explicou o processo de dinâmica interativa das cartas: primeiro a

SEDES apresentava um texto para ser discutido e aprovado posteriormente na reunião plenária. Esse foi um exercício didático para que o Conselho fosse provocado com temas para serem discutidos e acordados. Os temas de cada carta revelaram a agenda e a prioridade do governo. Segundo a autora, as alterações entre a primeira versão do texto dado pela SEDES e a versão definida, no pleno do CDES, expressaram a relação do governo (representado pela SEDES), do Conselho e dos conselheiros com seus posicionamentos antagônicos. Houve duas versões para a primeira carta, cinco para a segunda³¹, uma para a terceira, três para a quarta carta, quatro versões para a quinta carta e três para a última carta de concertação.

Sonia Fleury (2005) analisou o índice de pragmatismo das primeiras cinco cartas, ou seja, sua pesquisa verificou se os textos das cartas apresentavam propostas concretas ou ressaltavam aspectos mais teóricos relacionados à necessidade de estabelecer a concertação entre os conselheiros. O resultado demonstrou que a terceira carta apresentou o maior índice de pragmatismo, sendo seguida, nesse sentido, pela quinta carta. Isso significou que os temas tratados nestas cartas apresentavam maior consenso sobre a urgência de serem resolvidos com ações mais contundentes.

Segundo Fleury (2005), por um lado, as cartas mais pragmáticas deixaram de lado as propostas mais teóricas, que produziriam consensos para o fortalecimento do entendimento dos conselheiros em relação aos princípios da concertação; por outro lado, ressalta que a falta de medidas pragmáticas faria o Conselho correr o risco de ser apenas uma platéia das propostas do governo.

Na carta mais pragmática, os temas estavam relacionados à compreensão dos conselheiros em influenciar as decisões do governo sobre a política macroeconômica, com a diminuição de juros para o incentivo do crescimento da economia do país e para novos investimentos em políticas sociais. Na segunda carta mais pragmática, que foi a quinta carta de concertação, foram consenso os temas da inclusão social, através das políticas de saúde, educação, moradia e transporte.

³¹ Segundo Costa (2005) as versões foram apresentando uma gradual inclusão de interesses privados setoriais.

Nela também se introduziram as parcerias público-privadas (PPPs) como forma de investimentos de longo prazo, e que reduziria a dívida pública. (FLEURY, 2005).

Na quinta carta, os conselheiros puderam esclarecer que a parceria entre o Estado e a iniciativa privada não se restringiria mais à utilização da verba arrecadada pelo Estado, por meio do pagamento de tributos, para investi-los nas suas diversas políticas. Segundo o CDES, era o momento de pensar essa relação entre o Estado e a iniciativa privada de uma forma nova. Nessa nova parceria, a responsabilidade seria compartilhada entre o governo e as empresas. Para isso, o Estado deveria assumir os investimentos de longo prazo, que não trariam riscos ao capital e deveria também reorganizar seus métodos de gestão pública.

Assim como as empresas assumiriam parte da responsabilidade do Estado na execução de algumas atividades públicas, os trabalhadores também deveriam assumir a sua parcela de responsabilidade no mundo contemporâneo. Temos aqui outro belo exemplo para discutirmos o transformismo do Partido dos Trabalhadores, através do governo Lula, que opta por despejar sobre o trabalhador as consequências da reestruturação produtiva e ainda convencê-lo de que não há outra saída. Entendo que essa opção de atribuir ao trabalhador parte da responsabilidade do Estado ou do mercado faz parte da estratégia capitalista que visa, entre outras coisas, obter o consenso dos trabalhadores em torno de novas visões de mundo.

Desde a abertura dos anos 1990, a implementação das políticas de ajuste vem sendo apresentada, pelo capital e pelos governos, como a única saída para a “crise” brasileira [...] [que] vem sendo enfocada através de “uma visão socializadora”, cujo objetivo é ganhar o consentimento dos trabalhadores acerca de novos valores políticos, sociais e éticos, que legitimem as mudanças requeridas pelo processo de reestruturação capitalista e o desmonte de mecanismos de proteção social. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.244).

Isso significa que o trabalhador deve entender que o trabalho mudou: antes ele era “estável e especializado”, e hoje ele é “variável e multidisciplinar”. Além disso, se o trabalho mudou, o sindicato também se adaptou para “acolher” as novas demandas sociais decorrentes dessas mudanças.

Segundo os conselheiros, se o sindicato não mudar, excluirá multidões de excluídos que, na verdade, já estão fora do trabalho “estável e especializado”. Ou

seja, a reestruturação produtiva resultou para os trabalhadores em mudanças terríveis e profundas na sua forma de trabalhar e nos seus direitos. Esses mesmos trabalhadores devem compreender (como se não soubessem) que o sindicato – que não lutou por suas causas e ficou ao lado dos patrões – mudou, ou se “adaptou”, para “acolher” os trabalhadores do tipo de trabalho atual “variável e disciplinar”, sob pena de eles serem excluídos dessa “proteção sindical”.

As contrarreformas do Estado penalizaram desigualmente os trabalhadores, por se apoiarem nas massas expropriadas que elas próprias produziram. O processo prosseguiu, se aprofundou e refinou sob o governo Lula da Silva, o mais capacitado socialmente a exercer o papel originalmente cumprido pela Força Sindical: contribuir ativamente para a destruição interna das lutas socializantes, ao tempo em que assegura a adequação social e formidáveis recursos ao capital imperialismo no Brasil, sob o formato democrático da violência couraçada de convencimento. O prévio aval de seu governo à segurança da propriedade monetária e sua ação enérgica em prol do “alívio à pobreza” sob forma privatizada e antiuniversal, revela seu papel de fomentador oficial de vasto celeiro de mão de obra sem direitos. (FONTES, 2010, p. 296-297).

Concordamos com Fontes e com Montañó e Duriguetto, os quais entendem as modificações atuais no sindicalismo como parte da ofensiva capitalista contra os direitos dos trabalhadores.

Essa “cultura da crise” é materializada fortemente nas organizações sindicais, que passam a ser marcadas por iniciativas pragmáticas (dita “de resultados”), contribuindo para que se desenvolva uma crise do sindicalismo de classe e de sua conversão num sindicalismo de parceria, de envolvimento. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.244).

Retomando a análise das cartas, Kunrath (2005) entende que, através delas, o governo expressou a importância que atribuía às noções de “concertação social” e “diálogo social” entre os diversos setores da sociedade. De acordo com o autor, as cartas foram um primeiro ensaio para o Conselho estabelecer compromissos que levassem o país a um novo modelo de desenvolvimento.

Franco (2007), ao analisar as cartas de concertação, concluiu que, embora a temática de cada uma fosse diferenciada, a essência delas representava o objetivo do Conselho: construir uma Sociedade Civil que administrasse seus conflitos sem submeter o conjunto da sociedade a interesses particulares de determinados grupos - classes. Por isso, nas cartas, há propostas de neutralização dos diversos

interesses antagônicos presentes na Sociedade Civil através de “enunciados vagos e generalistas”, a fim de constituir uma visão homogênea dos conselheiros e uma “concepção angelical” da Sociedade Civil. (FRANCO, 2007, p.142).

Entendemos que a elaboração das cartas de concertação expressou o objetivo principal de difundir a cultura da concertação em uma utópica Sociedade Civil sem antagonismos de classes. No início, nem todos os conselheiros estavam satisfeitos com esse processo de trabalho, pois “apesar da interação positiva, o pouco pragmatismo das cartas gerou frustração entre os conselheiros, o que pode ser explicado, em parte, pelo clima de otimismo e “sede pela mudança” com que assumiram”. (RIBEIRO, 2010, p.13).

Muitos pensavam que estavam no CDES para mudar o Brasil. Outros esperavam que Conselho lhes dessa voz para provar que o Banco Central estava equivocado na taxa de juros. Alguns nutriam a esperança de dobrar o suposto neoliberalismo da equipe econômica e assim participar de uma histórica retomada do desenvolvimento e da distribuição de renda. Certamente houve os que, pés no chão, nada aguardavam dos solenes conclaves, alguns dos quais com a presença do presidente da República. Cansaram-se e passaram a enviar suplentes. (NÓBREGA, 2005, p.63).

De modo geral, nessa fase inicial do Conselho, os temas discutidos e a forma de pensar as propostas ainda eram mais teóricos do que práticos. A prioridade dada às reformas previdenciária, tributária e sindical, como pré-requisito para o desenvolvimento, impediu que temas relacionados à questão social, por exemplo, fossem discutidos. As cartas trataram de concertar e pactuar temas muito abrangentes, ao quais não davam conta do alto grau de expectativa dos eleitores de Lula.

A preocupação com a temática do desenvolvimento já estava presente na primeira fase do Conselho, nas motivações quando da decisão da criação do Conselho. Contudo, na primeira fase do Conselho, em função da importância atribuída pelo governo Lula às reformas previdenciária, tributária e sindical como condições importantes para uma trajetória sustentável de desenvolvimento, conferiu um sentido mais imediato ao tratamento dessa problemática, ficando em plano secundário uma visão de médio e longo prazo. (TAPIA, 2007, p. 206).

Através do exercício de elaboração das cartas de concertação foi possível aos conselheiros construir e consolidarem suas concepções de desenvolvimento para o país. Considerando que, no mínimo, metade dos conselheiros são empresários, e, analisando o teor das cartas, entendemos que as concertações

alcançadas refletiram a composição do Conselho, até porque os temas para a concertação não são definidos por meio de voto, em que interesses minoritários poderiam, ao menos, concorrer a um lugar de destaque.

Os posicionamentos do CDES, após as reuniões, são encaminhados ao presidente da República, com uma das possíveis sinalizações: consenso, recomendação (maioria dos conselheiros) ou sugestão (entendimento de alguns conselheiros). Quem define isso é a SEDES, “o voto não é considerado um meio adequado para se chegar à decisão; a idéia é atuar na busca do consenso, tanto que, até hoje, [...] nenhum encaminhamento foi definido por meio de votação”. (VIZEU; BIN, 2008, p.98).

A prioridade dada a temas de aspecto econômico, à estabilidade dos mercados, o convite ao pacto social, que deve superar as diferenças de classes sociais, apontam para o projeto hegemônico que vem se construindo com os principais documentos produzidos pelo Conselho.

3.2.2 Agenda Nacional de Desenvolvimento

O segundo documento estratégico produzido pelo Conselho, a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), foi elaborado durante quase dois anos – julho de 2003 a agosto de 2005. Esse documento, de acordo com o Conselho, preocupou-se com o modo de fazer política pública no Brasil. “A AND é o primeiro capítulo de uma história de trabalho conjunto de planejamento do desenvolvimento econômico envolvendo parcela da sociedade representada no CDES e o governo”. (COSTA, 2008, p.10).

A AND significou um novo modo de pensar o desenvolvimento para o país, assumindo o discurso de pensar também os aspectos sociais. Segundo Costa (2008), através dessa agenda, “o CDES vai discutir em nome de que e de quem se deve buscar o crescimento, para onde se deseja ir (ordem dos valores) e qual o caminho conseqüente a tomar (ordem prática, ou seja, da política)”. (COSTA, 2008, p.9).

Além da experiência da elaboração da AND, os conselheiros tinham vivenciado a construção do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Através dessas experiências de elaboração de grandes documentos, eles puderam alcançar uma visão concertada de um projeto nacional de desenvolvimento, segundo seus pontos de vista. Dessa forma, Conselho teve melhores condições de continuar trabalhando na criação de um projeto de desenvolvimento para o país, que considerasse os objetivos de crescimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda. (KUNRATH, 2005).

O início do período de elaboração da AND, através da criação do Grupo Temático “Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento”, reuniu mais da metade dos conselheiros. A SEDES havia realizado uma pesquisa buscando a opinião dos conselheiros para identificar os maiores problemas do país e suas possíveis soluções. O objetivo da secretaria do CDES era mapear as possibilidades de pactuação entre os conselheiros a respeito dessas possíveis soluções. (CHAVES, K., 2011b).

Os principais problemas apontados pelos conselheiros durante a pesquisa estavam relacionados à concentração de renda, à desigualdade social, à pobreza e à miséria. Logo em seguida vinham o desemprego, a estagnação econômica, a dívida externa e interna, a dependência do capital estrangeiro e a ausência de políticas de desenvolvimento regional. Por último, estavam a insegurança e a violência, a burocracia e a ineficiência do Estado, os altos impostos, o sistema tributário e fiscal, a descrença nas instituições e a falta de marcos regulatórios claros.

Notamos que a essência da maioria dos problemas identificados pelos conselheiros na agenda remete à necessidade da Reforma do Estado. Desde os governos FHC, se atribui à ineficiência e à burocracia do Estado os entraves do desenvolvimento do país e se aponta a necessidade de reformas (fiscais, tributárias, políticas, previdenciárias). (CHAVES, K., 2011g).

Quanto às possíveis soluções apresentadas pelos conselheiros, estavam a inclusão social e o bem estar do povo brasileiro, a promoção do desenvolvimento sustentado, da distribuição de renda, do pleno emprego e um alto nível educacional. No total, foram trinta e sete problemas e trinta e sete soluções, as quais se transformaram em propostas de políticas públicas para enfrentar os problemas citados, entendidos como obstáculos ao desenvolvimento com equidade e inclusão social.

Essas propostas foram elaboradas com a participação de especialistas, em seminários e palestras para esse fim, e a SEDES sistematizou todo o trabalho, enviando-o constantemente ao CDES para debate nas reuniões plenárias até que se chegasse à versão final, em agosto de 2005. Nela, está explícito que o projeto de Estado e de Administração pública deve estar em consonância com os objetivos propostos pelo Conselho, estimulando e orientando a participação da sociedade nos processos decisórios do governo. Mais uma vez, nos questionamos sobre seria essa “sociedade” que compõe o Conselho e que apresenta sugestões que poderão se tornar políticas contra os direitos dos trabalhadores e das classes subalternas.

É possível perceber que a AND entende que no seu projeto de Estado, a administração pública deve saber lidar com a incerteza que faz parte do mundo atual - que se contrapõe à estabilidade do servidor público - e que a lógica empresarial, de obtenção de resultados e avaliação da qualidade, seja incorporada o quanto antes. (CHAVES, K. 2012).

Formular um projeto de Estado/Administração Pública coerente com os principais objetivos estabelecidos nesta Agenda Nacional de Desenvolvimento. Conceber as estruturas organizacionais pertinentes, destacando um núcleo de coordenação geral em cada nível de governo, e os instrumentos de ação política adequados ao funcionamento do Estado como ente protagonista do desenvolvimento. Aperfeiçoar e consolidar as instâncias e os mecanismos que ampliem a democracia e a participação da sociedade no processo decisório, no planejamento e na avaliação das ações governamentais. Estabelecer uma burocracia pública profissionalizada, ética, comprometida com o povo, capaz de trabalhar com “modelos” de alta complexidade, de lidar com a incerteza própria do mundo atual, de se relacionar de forma aberta e democrática com os atores sociais; estimular a capacidade de gestão orientada para resultados, com avaliação sistemática e sob o controle participativo da sociedade. (BRASIL, 2007a, p.5).

De acordo Franco (2007, p.148), “Todos esses objetivos ou metas apontados na Agenda têm como pressuposto a ação coordenada e integrada dos governos e a iniciativa privada” e ressalta as orientações e determinações que procuram transferir para a administração pública a lógica empresarial.

[...] não são nada inovadoras ou revolucionárias e fazem parte do vocabulário estatal há algum tempo. A transferência da lógica privatista para a organização e funcionamento do Estado já está presente no projeto de Reforma do Estado elaborado em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, com projetos para a profissionalização da burocracia, gestão orientada para resultados, descentralização e a visão da participação sobre o prisma do controle social. (FRANCO, 2007, p. 149).

Após essa análise, constata-se o nível de identificação que o governo Lula teve com as principais propostas do Conselho, pois as recomendações desses primeiros documentos produzidos, como as diretrizes da AND, se transformaram em orientação para a ação do governo federal até o ano de 2015 e as propostas de políticas apresentadas pela AND, no ano de 2005, foram incorporadas pelo governo federal como orientação estratégica do Plano Plurianual 2008-2011. (BRASIL, 2008b).

3.2.3 Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento

O terceiro documento estratégico produzido pelo Conselho, os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento, também revela o compromisso do governo Lula com as suas diretrizes, pois suas recomendações de metas para o desenvolvimento, elaboradas em 2006, tinham o objetivo de apresentar diretrizes para serem aplicadas em políticas públicas, entre os anos de 2007 e 2022 – período escolhido pelos conselheiros por ser a ocasião do aniversário de duzentos anos da independência do Brasil. (BRASIL, 2008b). Segundo a SEDES, os Enunciados propostos aprofundaram os consensos obtidos no Conselho, inclusive da Agenda Nacional de Desenvolvimento.

Os Enunciados são voltados para necessidade de acelerar o crescimento e promover desenvolvimento com equidade, com foco principal em: Reforma Política, Reforma Tributária, Educação e Infra-estrutura Econômica e Social. (BRASIL, 2010b, p.5).

Além disso, os Enunciados propuseram metas concretas - com a participação da Fundação Getúlio Vargas-FGV, contratada para assessorar a elaboração dos Enunciados - e prazos para que se efetivassem como programas de governo. A contratação da FGV provocou a insatisfação de muitos conselheiros que se sentiram “desprestigiados”. (TAPIA, 2007).

No processo de discussão dos Enunciados, cada conselheiro poderia propor livremente as questões que seriam discutidas e, em seguida, a SEDES sistematizaria as mais relevantes. É importante observar que, nesse processo, muitas sugestões foram sumariamente rechaçadas, pois o procedimento aprovado para a elaboração dos Enunciados foi o de que as divergências seriam descartadas e somente seriam aproveitados os consensos. (CHAVES, K., 2011d).

Isso provocou mais insatisfações entre os conselheiros que tiveram suas propostas descartadas. Ora, se a maioria dos conselheiros é formada pelos grandes empresários e a minoria não possui os mesmos interesses deles, logicamente foram descartadas as sugestões da minoria, que não representava um consenso. Analisando essa metodologia utilizada na construção dos Enunciados, chegamos à conclusão de que foi dado maior destaque às discussões ligadas aos interesses do empresariado. Veremos, a partir de agora, quais foram elas.

Foram vinte e quatro os Enunciados aprovados e versaram sobre política social, industrial e econômica, reforma fiscal e agrária, redução da taxa de juros, governança, justiça, segurança pública, infraestrutura e informalidade. Segundo a SEDES, os Enunciados priorizaram a temática da economia, uma vez que tal temática era considerada pressuposto para pensar o crescimento sustentado com distribuição de renda. (BRASIL, 2006).

Se pensar a economia para o desenvolvimento do país - enquanto tema consensual escolhido para prosseguir nesse projeto - foi a prioridade dos Enunciados, nos perguntamos sobre quais questões “divergentes”, ou não consensuais, ficaram de fora? Talvez as que não priorizaram as questões econômicas, sugeridas provavelmente pelos conselheiros que não fazem parte do mundo empresarial. Essa seria uma pesquisa relevante sobre o tema.

Ressaltamos que mais de um documento elaborado pelo Conselho foi utilizado pelo governo para a criação de suas políticas. Conforme explicitado anteriormente, as propostas contidas na AND foram incorporadas ao Plano Plurianual para o período 2008/2011 e os Enunciados foram criados para terem validade até a ocasião do aniversário de duzentos anos da independência do país. As metas previstas nos Enunciados foram absorvidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), especialmente nas áreas de logística e transporte, energia e infraestrutura, social e urbana, assim como nas medidas para combate às desigualdades social e urbana. (BRASIL, 2008b).

O PAC, lançado pelo governo federal no ano de 2007, teve o objetivo de estimular o investimento privado e procurou criar as melhores condições para que isso acontecesse.

Fica instituído o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal. (BRASIL, 2007c, Art. 1º).

Mais uma vez, o governo Lula concordou com as recomendações do CDES para o desenvolvimento do país, transformando-as em uma ação política concreta – o PAC – que beneficiou sobremaneira os interesses econômicos dos grupos empresariais do país. O Estado, através desse programa, garantiu todos os robustos investimentos necessários em infra-estrutura para que, entre outras coisas, os investimentos privados fossem aumentados e garantidos os seus lucros.

Segundo reportagem da Revista *Isto é Dinheiro*³², o setor da construção civil recebeu os investimentos do governo para novas construções imobiliárias e, dessa forma, teria aumentado os lucros dos proprietários dessas empreiteiras, fato que teria contribuído para a nova safra de bilionários do país.

³² Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/45287_OS+NOVOS+BILIONARIOS>. Acesso em: 29 de Maio de 2012.

Não por acaso, Elie Horn, sócio da construtora Cyrela, passou a integrar a famosa lista de bilionários da Forbes, com patrimônio estimado em US\$ 2,2 bilhões. A empresa fundada por Horn em 1962 abriu capital em 2005. Hoje, o valor de mercado da empresa listada na bolsa é de R\$ 8,5 bilhões. Não é por acaso que este é um dos setores mais pujantes da economia. **Depois de anos com a demanda represada, de novo, a atuação do governo federal foi determinante.** (SOBRAL, 2012, grifo nosso).

Além do enorme vulto que alcançou as sugestões feitas pelos conselheiros, tanto na AND, que foi incorporada ao Plano Plurianual 2008/2011, quanto nos Enunciados, que geraram o PAC, o presidente Lula solicitava a ajuda dos conselheiros sobre como gastar corretamente a verba pública. Em discurso na 21ª reunião do Pleno do CDES, Lula disse aos conselheiros: “Então, nós precisamos da ajuda de vocês sobre como a gente deve gastar corretamente o dinheiro que foi disponibilizado para o PAC [...]”. (BRASIL, 2007b, p.3).

O PAC foi apresentado à sociedade brasileira como uma medida para acelerar o crescimento do país e a forma escolhida pelo governo para realizar seu intento foi através do incentivo ao capital privado e do aumento do investimento público para a realização desses investimentos. O governo também solicitou o empenho de trabalhadores e empresários e dos poderes executivo e legislativo, através da remoção dos “obstáculos” burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos. O crescimento perseguido pelo PAC condicionou o cumprimento da responsabilidade fiscal do Estado, ou seja, os gastos de custeio deveriam ser cortados e as despesas não poderiam ser expandidas, pois deveria haver capital para os investimentos previstos.

Entre as medidas do PAC, estavam, no exemplo escolhido para nossa análise, o aumento do crédito habitacional, para cidadãos e para construtoras, e do crédito bancário em geral. Teoricamente, a população deveria ser beneficiada com o crédito para a compra de imóveis e para outros negócios.

O PAC, que nasceu no interior do Conselho, com as medidas citadas, favoreceu imensamente o empresariado nacional, através de inúmeros incentivos do governo. Já em relação aos benefícios ao conjunto da população, duvidamos do alcance das políticas habitacionais do PAC, pois o *déficit* ainda é enorme e as condições para o financiamento dos imóveis não são compatíveis com a renda da

parcela dos trabalhadores que mais precisa de moradia e não têm conseguido adquirir a casa própria.

Segundo a análise do Ministério das cidades, no ano de 2011, era necessária a construção de “mais de 5,5 milhões de moradias [...] em todo o País para acabar com o *déficit* habitacional, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) 2008, utilizados pelo Ministério das Cidades”³³. Essa defasagem fica mais alta ainda na

[...] Região Sudeste, a mais populosa do Brasil,[que] concentra 36,9% do total do déficit habitacional do País, ou 2,05 milhões de moradias, seguida pela Região Nordeste, com o segundo maior déficit: 1,96 milhão de domicílios, ou 35,1% do total. Comparada às demais regiões, a Região Norte apresenta o maior percentual em termos relativos – o déficit de 557 mil unidades habitacionais corresponde a 13,9% dos domicílios da região. (IBGE, 2008, p.5).

Investigamos os nomes de alguns conselheiros para ampliar o nosso conhecimento a respeito da dimensão das suas atividades profissionais – eles foram selecionados em função de suas relações com empresas do ramo da construção civil ou dos créditos financeiros, que teriam sido beneficiadas, direta ou indiretamente, com o estímulo a construção de imóveis e da ampliação dos créditos habitacionais, ressaltamos que apenas alguns nomes foram citados e muitos outros não foram - com o objetivo de pensarmos se o PAC beneficiou igualmente os trabalhadores e o empresariado.

1. O conselheiro Antoninho Trevisan é proprietário da TREVISAN³⁴, que recebeu o Prêmio Destaque no Setor de Construção Civil³⁵.

³³ Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/196187-DEFICIT-HABITACIONAL-NO-BRASIL-E-DE-5,5-MILHOES-DE-MORADIAS.html>>. Acesso em: 30 de Abril de 2011.

³⁴ Conselheiro desde o ano de 2003. Fundada em 1983 por por Antoninho Marmo Trevisan. Inicialmente como uma empresa de educação continuada e mais tarde ampliando seus negócios para as áreas de auditoria externa, consultoria, terceirização e educação, em pouco tempo a Trevisan se tornou uma referência no mercado brasileiro. Atualmente, com mais de 300 profissionais e escritórios próprios nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a Trevisan Gestão & Consultoria volta a inovar, expandindo seus horizontes e oferecendo soluções alinhadas com um mercado sempre em transformação. Além dos serviços já disponibilizados para nossos mais de mil clientes nacionais e internacionais, a Trevisan Gestão & Consultoria passa a focar nas soluções: Consultoria em Planejamento Estratégico, Consultoria Financeira, Consultoria Tributária, Consultoria Organizacional, Gestão e Terceirização, Aprendizagem e Alocação de Mão

2. O conselheiro Cláudio Conz é presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO)³⁶, que é responsável junto ao Poder Público pelo desenvolvimento de ações que aumentem as vendas de material de construção e promovam o desenvolvimento do setor em todo o país.
3. O conselheiro Jorge Gerdau é presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau³⁷ e sua produção é utilizada na construção civil, na indústria em geral, nas áreas de agropecuária, mineração, petroquímica, ferroviária, naval e outras.
4. O conselheiro Marcelo Odebrecht é diretor Presidente da Odebrecht S.A. que por meio de suas empresas líderes atinge inclusive a área de Engenharia e Construção através da Construtora Norberto Odebrecht.³⁸

de Obra Assistida. Disponível em: <<http://www.tgec.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 13 de Maio de 2012.

³⁵ Em Consultoria pela Revista Carta Capital.

³⁶ Conselheiro desde o ano de 2009. Fundada em dezembro de 1984, a Anamaco - Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção - é uma entidade de classe, sem fins lucrativos, que funciona como interface entre os órgãos governamentais e as Acomacs e Fecomacs, demais entidades, fabricantes e comerciantes de material de construção. A Anamaco também promove discussões em torno de assuntos que podem interferir diretamente na cadeia produtiva da Construção, como questões ligadas à tributação, projetos de lei etc. Com cerca de 138 mil lojas em todo o país, o setor de material de construção é parte integrante do complexo denominado de "ConstruBusiness", que representa 13% do PIB brasileiro. A Cadeia da Construção Civil emprega 15 milhões de pessoas, sendo 4 milhões diretamente, com um expressivo poder multiplicador sobre demanda doméstica, e um mínimo viés importador, com um superávit comercial de cerca de US\$2,5 bilhões ao ano entre bens e serviços. A Anamaco tem em seu banco de dados cerca de 50 mil lojas cadastradas. Disponível em: <http://www.anamaco.com.br/quem_somos.php>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

³⁷ Conselheiro desde o ano de 2003. No Brasil, a Gerdau produz aços longos ao carbono e aços longos especiais. Dispõe de uma ampla linha de produtos para os setores da construção civil, indústria e agropecuária. Também oferece, associados aos produtos, serviços que tornam seus clientes mais competitivos. A Gerdau conta com uma ampla linha de produtos em aço que são comercializados em todo o Brasil. Nos diversos estados em que atua, produz aços longos ao carbono e aços longos especiais, além de oferecer serviços associados. No ano de 2010 a GERDAU faturou 35,6 bilhões de reais. Disponível em: <www.gerdau.com.br>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

³⁸ Conselheiro no ano de 2010. Criada em 1981, a Odebrecht S.A., holding da Organização, é responsável pelo direcionamento estratégico e pela manutenção da unidade filosófica, assegurada pela prática da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). A Odebrecht é uma organização de origem brasileira composta por negócios diversificados, com atuação e padrão de qualidade

5. O conselheiro Paulo Simão é Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) que politicamente promove o setor e sua integração em âmbito nacional³⁹.
6. O conselheiro Renato Conill é presidente do Grupo Süd Metal que representa grandes empresas dos setores de usinagem, fundição e sistemas elétricos. Sua produção abastece os maiores fabricantes nacionais e internacionais dos setores agrícola, automotivo, de elevadores, ferroviário, hidráulico e outros⁴⁰.
7. O conselheiro Walter Torre Júnior é presidente da WTORRE S.A. importante grupo empresarial nas áreas de: engenharia, construção, empreendimentos imobiliários e infraestrutura⁴¹.
8. O conselheiro Fabio Colletti Barbosa - Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)⁴² e do Grupo Santander Brasil, que dispensa maiores explicações.

globais. Disponível em: <<http://www.odebrecht.com/organizacao-odebrecht>>. Acesso em 10 de Maio de 2012.

³⁹ Conselheiro de 2003 a 2010. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC foi fundada em 1957, no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de tratar de questões ligadas à Indústria da Construção e ao Mercado Imobiliário, e de ser a representante do setor no Brasil e no exterior. Sediada em Brasília, a CBIC reúne 62 sindicatos e associações patronais do setor da construção, das 27 unidades da Federação. A CBIC representa internacionalmente a indústria brasileira da construção. Também integra a Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), filiada à Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA). A FIIC, representante do setor da construção em toda a América Latina, compõe, em conjunto com entidades internacionais de outras regiões geográficas, um organismo responsável pelo intercâmbio mundial do setor. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br>>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

⁴⁰ Conselheiro desde 2009. Disponível em: <<http://www.sudmetal.ind.br/site/index.php>>. Acesso em: 20 de Maio de 2012.

⁴¹ Conselheiro desde 2009. Disponível em: <<http://www.wtorre.com.br/sa/grupo.php?id=1>>. Acesso em: 20 de Maio de 2012.

⁴² Conselheiro de 2003 a 2010. FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos - é a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro. Foi fundada em 1967, na cidade de São Paulo, com o compromisso de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

Os conselheiros citados presidem ou são proprietários de grandes e importantes empresas no cenário nacional e/ou internacional. A proposta do desenvolvimento do país através do estímulo ao investimento privado na área da habitação, envolvendo grandes construções e negociações bancárias, através de empréstimos, foi idealizada pela maioria dos conselheiros. Analisemos o trecho de uma reportagem, a respeito do quanto os governos Lula promoveram o crescimento do empresariado nacional.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi bom para o setor empresarial e será lembrado como um período de forte crescimento do setor produtivo, segundo empresários e dirigentes de grandes grupos industriais. Em enquete realizada pelo Valor na terça-feira, na entrega do prêmio "Executivo de Valor 2010", todos os que responderam à sondagem informaram que **suas empresas cresceram de forma significativa nos últimos oito anos.** Dos 142 empresários que participaram da pesquisa, nenhum disse que nesse período sua companhia estagnou ou encolheu. [...] **O governo Lula é bem avaliado, segundo a sondagem: 52,8% consideram a gestão ótima ou boa e três em cada quatro empresários disseram que suas companhias ganharam muito no governo Lula.** Apenas 6,3% classificam a administração como ruim ou péssima. A visão positiva em relação ao governo, entretanto, ainda não foi convertida em intenção de voto para a petista. Entre os que informaram que suas empresas cresceram muito, Dilma recebeu 9,3% dos votos e Serra, 79,4%. Os empresários responderam três perguntas, sem se identificar e depositaram o voto em uma urna. Durante a premiação, empresários ouvidos pelo Valor evitaram revelar a preferência por um candidato, mas apontaram a prioridade do próximo governo: o controle dos gastos públicos. A redução de gastos correntes, analisaram, ajudaria o país a ter mais recursos para investir em obras de infraestrutura. **Na análise do presidente executivo da Vale, Roger Agnelli,**[conselheiro do CDES] o sucessor de Lula deverá atuar no controle de gastos. "Isso pode mexer na economia como um todo", disse. Walter Schalka, presidente da Votorantim Cimentos, reforçou: **"Não podemos ficar sustentando a máquina pública. Precisamos de um choque de gestão". A maioria dos empresários disse não ter perspectiva de grandes mudanças no rumo da economia. Seja quem for o sucessor de Lula, deverá manter os eixos básicos da política econômica conduzida pelo governo federal.** "Pode girar dez graus para a direita, dez graus para a esquerda, mas não vai mudar muito mais do que isso. O que aconteceu em 2002 não se repetirá. **A campanha terá a tranquilidade de 2006**", afirmou Schalka. "A mudança econômica que qualquer um dos candidatos fará será marginal." Para o presidente da Suzano Papel e Celulose, Antonio Maciel Neto, a "agenda está dada: responsabilidade fiscal, investimento e câmbio flutuante." Agnelli, da Vale, ressaltou que "o rumo está traçado" e "não haverá mudanças". Empresários, no entanto, ressaltam que pouco foi dito até agora pelos pré-candidatos sobre o tema. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), deve manter a prioridade à formação de grandes conglomerados nacionais, defenderam empresários como Walter Schalka. "O trabalho que (Luciano) Coutinho fez no BNDES foi fantástico. Gerou investimentos e competitividade. Precisamos incentivar esse tipo de ação para ter representatividade maior na economia internacional", analisou. A estratégia do BNDES, no entanto, não tem consenso. "O banco poderia se voltar para pequenas e médias empresas", comentou o diretor presidente da Natura, Alessandro Carlucci. "Tem que ter equilíbrio e é

preciso contemplar todos os lados", disse Schmelzer Junior. **O governo Lula, na visão de empresários, acertou ao promover uma política de valorização do salário mínimo, "que ajudou a aumentar o consumo e estimular a economia", e na criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "A política do salário mínimo é boa e deve ser mantida. É melhor do que o Bolsa Família, que é bom, mas não é sustentável", comentou Carlucci.** Poucos sugeriram mudanças profundas no PAC, principal programa do governo e bandeira de Dilma na campanha eleitoral, mas apontaram que é preciso ter mais "velocidade" e "investimentos" no programa. (AGOSTINE; GRABOIS, 2010, p.1 grifos nossos).

A seguir, teremos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o potencial e a lucratividade das empresas e o perfil dos conselheiros do CDES que estão na direção das mesmas. Ainda que sem nos aprofundarmos muito, analisaremos o desempenho das suas empresas durante o governo Lula, com o objetivo de nos aproximarmos mais da comprovação do argumento defendido neste trabalho de que, nos dois governos Lula, o empresariado nacional não teve do que reclamar nos seus negócios e não tinha identificação de classe com os interesses dos trabalhadores, especialmente no contexto das recomendações do CDES.

1. Conselheiro Abilio Diniz no período de 2003 a 2010.

Um avanço no processo de profissionalização do Grupo Pão de Açúcar é realizado em 2003, com a eleição do seu primeiro presidente não pertencente a família fundadora e Abilio Diniz assume a presidência do Conselho de Administração da Companhia. Nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro, é anunciada a fusão com o grupo Sendas, rede fluminense com forte tradição regional que consolida a posição do Grupo no mercado carioca. Reforçando seu posicionamento multiformato, a companhia cria um grande diferencial perante a concorrência, atendendo a diferentes perfis de consumidores, em diversos locais. As operações, nesta época, dividem-se em: Pão de Açúcar, supermercado de vizinhança, atuante nas classes A/B; CompreBem e Sendas, supermercados que atendem à classe média popular; hipermercados Extra, com uma enorme diversidade de produtos, oferecido em um só local; e as lojas de eletroeletrônicos Extra Eletro. [...] Em 7 de setembro de 2008 o Grupo Pão de Açúcar celebrou 60 de anos: "Poucas empresas chegam aos 60 anos fortes, bem sucedidas, e apresentando boas vendas e excelentes resultados". Essa frase de Abilio Diniz denota a sólida posição da empresa. [...] Em 2009, O Grupo Pão de Açúcar anuncia a compra da rede Ponto Frio e reafirma seu compromisso em ampliar a participação de não alimentos, especialmente eletroeletrônicos, dentro do seu portfólio. Com a aquisição, **a companhia reassume a liderança do varejo brasileiro, com mais de 1.000 lojas e 79 mil funcionários.** Num movimento estratégico de fortalecimento de sua posição no segmento de atacarejo, o Grupo Pão de Açúcar assume as ações restantes do Assaí Comercial e Importadora Ltda. Anunciada a aquisição do Ponto Frio (Globex Utilidades S/A e suas controladas). **O negócio reafirma o compromisso da empresa em crescer no segmento de não alimentos e coloca o Grupo na liderança do varejo brasileiro, com cerca de R\$ 26 bilhões de faturamento, mais de 1.000 lojas e 79 mil funcionários. Os mais tradicionais e bem-sucedidos grupos varejistas do Brasil - Grupo Pão de Açúcar e Casas Bahia - se unem**

para avançar em uma história de comprometimento com o País e com os brasileiros e colocam a Companhia na posição de maior Grupo de Distribuição da América Latina.⁴³

2. Conselheiro Benjamin Steinbruch no período de 2003 a 2010.

Ocupa o cargo de Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional desde 30 de abril de 2002. **É também Diretor Presidente da Vicunha Siderurgia S.A., Membro do Conselho Administrativo da Câmara Portuguesa, 1º Vice-Presidente da FIESP desde setembro de 2004, Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP, Conselheiro do Instituto Robert Simonsen, Conselheiro do IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Conselheiro do IABr - Instituto Aço Brasil.** Em 2003, finalmente os indicadores da empresa assumiram o papel de porta-voz reservado por Steinbruch. No ano em que a economia patinou, patinou e não saiu do lugar, a CSN apresenta um balanço de causar inveja a qualquer capitão da indústria brasileira. Nos nove primeiros meses de **2003**, a receita líquida encostou nos R\$ 5 bilhões, 43% a mais do que no mesmo período do ano anterior. O resultado, então, saltou do lado vermelho para o azul. Em 2002, o prejuízo superou R\$ 570 milhões. **Neste ano, de janeiro a setembro, o lucro somou R\$ 716 milhões. Nesse período, a CSN tornou-se uma máquina de fazer dinheiro. A geração de caixa atingirá US\$ 1 bilhão no final do ano. O lucro superará, em muito, essa cifra. São esses números vistosos que conduziram Steinbruch ao posto de Empreendedor do Anoda DINHEIRO.**⁴⁴

3. Conselheiro José Luis Cutrale no período de 2003 a 2009.

A Suco cítrico Cutrale Ltda é a **maior produtora de laranja e processadora de suco de laranja e derivados do mundo. [...] Atualmente, a empresa é a principal vendedora brasileira de suco de laranja e a segunda maior distribuidora do produto no mercado americano.** No final da década de 1990, a empresa comprou duas unidades da Coca-Cola na Flórida.⁴⁵

4. Conselheiro Roger Agnelli no período de 2003 a 2007.

Considerado um garoto prodígio do Bradesco ao se tornar o mais jovem diretor executivo do banco, Agnelli assumiu o comando da Vale em 2001 [até 2010]. Sua gestão foi marcada pela grande projeção que a empresa ganhou no mercado mundial. Quando foi nomeado presidente, a Vale era a oitava maior mineradora do mundo. **Ao deixá-la, já era maior produtora mundial de minério de ferro e a segunda maior em produção diversificada, atrás apenas da BHP Billiton. No mesmo período, os**

⁴³ Disponível em: <<http://www.grupopaodeacucar.com.br/o-grupo/historia/historico.htm>>. Acesso em: 30 de Maio de 2012. (Grifos nossos)

⁴⁴ Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/13637_BENJAMIN+STEINBRUCH>. Acesso em: 30 de Maio de 2012. (Grifos nossos)

⁴⁵ Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/conheca-os-empresarios-brasileiros-que-vao-se-reunir-com-barack-obama-20110319.html>> . Acesso em 30 de Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.cutrale.com.br/cutraleHome/>>. Acesso em 30 de Maio de 2012.

lucros saltaram de 3 bilhões para 30,1 bilhões de reais.⁴⁶

5. Conselheiro Jackson Schneider no período de 2007 a 2010.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)-Brasil, fundada em 15 de maio de 1956, reúne empresas fabricantes de autoveículos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus) e máquinas agrícolas automotrizes (tratores de rodas e de esteiras, colheitadeiras e retroescavadeiras) com instalações industriais no Brasil. **Schneider foi presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) no período de 2007 a 2010** e nos últimos anos era vice-presidente da Mercedes-Benz do Brasil. **Nesse período, Schneider esteve à frente de um dos maiores crescimentos em vendas e produção, quando a indústria automobilística superou a barreira dos 3 milhões de unidades, o que colocou o Brasil entre os maiores mercados mundiais. Com bom trâmite no governo federal, o executivo ajudou na elaboração do plano que diminuiu o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados para incentivar a venda de veículos novos.** As medidas surtiram efeito, com a comercialização e a produção se recuperando nos meses seguintes. Na Mercedes-Benz, Schneider ganhou espaço por ter fortalecido relações da montadora com funcionários, órgãos do governo e com os sindicatos dos trabalhadores. O bom desempenho o levou até a presidência da Anfavea. A entidade tem as seguintes principais atribuições: Estudar temas da indústria e do mercado de autoveículos e máquinas agrícolas automotrizes; **Coordenar e defender os interesses coletivos das empresas associadas;** Patrocinar exposições automotivas e outros eventos de caráter institucional.⁴⁷

6. Conselheiro Amarílio Proença de Macêdo no período de 2003 a 2010.

A J. Macedo S/A é **líder de mercado** nos segmentos de farinha de trigo doméstica e de mistura para bolos e a **segunda maior empresa nacional** no segmento de massas alimentícias. A companhia J Macedo comunicou ao mercado os seus resultados financeiros no quarto trimestre, quando reportou lucro líquido de R\$ 13,5 milhões, subindo mais de duas vezes ante R\$ 6,5 milhões registrados em 2010. Em 2011, a empresa teve lucro de R\$ 30,5 milhões, representando um crescimento de 74,3%, em relação aos R\$ 17,5 milhões atingidos em 2010.⁴⁸

7. Conselheiro Maurilio Biagi Filho no período de 2003 a 2010.

O Grupo Maubisa é uma *holding* familiar, baseada no patrimônio comum da família Amorim Biagi. Liderada por Maurilio Biagi Filho tem como foco 4

⁴⁶ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/conheca-todos-os-presidentes-da-historia-da-vale>>. Acesso em: 30 de Maio de 2012. (Grifos nossos)

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/>>. Acesso em: 30 de Maio de 2012. (Grifos nossos)

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.jmacedo.com.br/>>. Acesso em: 30 de Maio de 2012. (Grifos nossos)

pilares de negócio: I – AGRONEGÓCIO; II - GESTÃO IMOBILIÁRIA; III - GESTÃO DE INVESTIMENTO; IV - NOVOS NEGÓCIOS.⁴⁹

A Maubisa Agricultura, uma das principais empresas do setor de cana-de-açúcar do Centro-Sul, **registrou em 2011 um lucro líquido de R\$ 11,9 milhões, aumento de 88,8% em relação aos R\$ 6,3 milhões de 2010.** Conforme balanço publicado pela empresa nesta terça-feira no Diário Oficial, o desempenho positivo foi impulsionado por um ganho de equivalência patrimonial (lucro vindo de outras empresas nas quais a Maubisa tem participação) de R\$ 4,3 milhões. Em 2010, a empresa havia tido uma perda de equivalência patrimonial de R\$ 2,1 milhões. O lucro bruto foi de R\$ 11,4 milhões, um pouco abaixo dos R\$ 11,7 milhões de 2010. A empresa, que também tem negócios na área imobiliária, detém uma participação de 26,33% na Bioenergética Aroeira, usina sucroalcooleira localizada no município de Tupaciguara, a cerca de 50 km de Uberlândia (MG). A Maubisa Agricultura é presidida pelo empresário Maurílio Biagi Filho, que foi o fundador do grupo Moema Açúcar e Álcool, vendido em janeiro 2010 para a multinacional americana Bunge. Em 2011, a receita operacional líquida da Maubisa Agricultura avançou de R\$ 11,8 milhões para R\$ 12,1 milhões.⁵⁰

8. Conselheiro Ivan Zurita no período de 2007 a 2009.

A Nestlé recebeu [...] pela terceira vez consecutiva, o prêmio de Empresa de Maior Prestígio no Brasil, promovido pela revista Época Negócios. Além de ter conquistado a primeira posição no ranking das 10 mais prestigiadas entre todos os segmentos de mercado, a companhia também foi a vencedora na categoria Alimentos. Os prêmios foram entregues pelo diretor geral da Editora Globo, Frederic Kachar, para o presidente da Nestlé no Brasil, Ivan Zurita, e para o vice-presidente de Recursos Humanos e Comunicação Corporativa da companhia, João Dornellas. **A Nestlé também foi destaque no Prêmio Líderes do Brasil [...] no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo. O presidente da Nestlé no Brasil, Ivan Zurita, foi um dos premiados da noite. Organizado pelo LIDE (Grupo de Líderes Empresariais), o prêmio reconhece as 60 personalidades mais atuantes em 20 segmentos da economia. O evento de premiação contou com a presença do vice-presidente da República, Michel Temer, do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, do presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, além de outras lideranças empresariais e políticas.**⁵¹

9. Conselheiro Luiz Carlos Delben Leite no período de 2003 a 2009.

⁴⁹ Disponível em: <www.maubisa.com.br>. Acesso em: 30 de Maio de 2012.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www2.valoronline.com.br/empresas/2610018/lucro-da-maubisa-salta-88-em-2011>>. Acesso em: 30 de Maio de 2012. (Grifos nossos).

⁵¹ Disponível em: <<http://corporativo.nestle.com.br/media/pressreleases/Pages/NESTL%C3%89%ELEITAAEMPRESADEMAIORPREST%C3%8DGIIONBRASIL.aspx>>. Acesso em: 30 de Maio de 2012. (Grifos nossos)

Delben Leite atuou como membro do Conselho Monetário Nacional, do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, integrou o Conselho de Administração das Empresas Energéticas do Estado de São Paulo (CESP), e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Governo Federal. Na vida pública, presidiu o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de 1990 a 1991 e foi secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, entre 1991 e 1993. Presidiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1993. Grande incentivador do desenvolvimento e da inovação tecnológica, foi fundador e presidente da Protec-Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica por diversas gestões consecutivas. Como líder empresarial, foi fundador, vice-presidente e presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos Gráficos (Abimeg). Também foi eleito e reeleito, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) por quatro gestões. Atualmente é membro do Conselho Nacional de Política Industrial em São Paulo.

3.2.4 Observatório da Equidade

Criado em 2006, o Observatório da Equidade foi considerado uma “ferramenta de pedagogia política para fundamentar proposições do Conselho e disponibilizar conhecimento”. (BRASIL, 2010b). Com o objetivo de acompanhar de forma mais intensa o desenvolvimento do país, possui um comitê técnico com integrantes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e da SEDES.

As disparidades regionais no acesso à educação, principalmente em relação às regiões norte e nordeste, revelando altos índices de analfabetismo e baixos níveis de escolaridade, foram mostrados nos primeiros resultados obtidos pelo grupo de trabalho do Observatório da Equidade. Com a participação de instituições de pesquisas e universidades, o Observatório se constituiu em um guia para mapear as políticas públicas e seus impactos a fim de reduzir significativamente a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. (BRASIL, 2010d).

Apesar dos inúmeros trabalhos realizados pelo CDES a fim de identificar as áreas carentes de políticas e de reformas durante os governos de Lula, pouco foi feito na prática. Através da análise do orçamento social do governo federal por habitante realizada por Pochman (2010), a qual contempla os dois primeiros anos do governo Lula, foi possível perceber que

Para agravar ainda mais o enfrentamento da desigualdade social no Brasil, observa-se que no período mais recente (2001-2004), o quadro de restrições fiscais tendeu a se concentrar justamente no orçamento social do governo federal. Dessa forma, não apenas o contexto macro-econômico manifestou-se predominantemente como também os recursos públicos *per capita* direcionados à área social apresentaram um movimento de regressão em termos reais. (POCHMAN, 2010, p.124).

Até o presente momento, os estudos apresentados pelo CDES não alteraram ou contribuíram para alterar a realidade de problemas sociais estruturais de nossa nação, mesmo priorizando, teoricamente, a educação, por exemplo. A realidade é que o país, nas últimas duas décadas, tem vivenciado uma desestruturação do mercado de trabalho. Além dos altos índices de desemprego, está em curso o processo de desassalariamento e de postos de trabalho precários. Apesar do aumento da escolaridade, entre os mais instruídos cresceu o desemprego, e para os que ganham até dois salários-mínimos houve relativo aumento das vagas (POCHMAN, 2010).

No relatório exposto a seguir, podemos observar, mais uma vez, a importância dada pelo governo Lula às recomendações do Conselho.

Entre outros resultados, o Conselho debateu e contribuiu para as Reformas Previdenciária, Tributária, Sindical, Trabalhista e Universitária; para o projeto de lei instituindo as Parcerias Público-Privadas; para a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Aprovou, ainda, uma Moção sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, em defesa do seu caráter estruturante de uma nova realidade regional brasileira. A partir de sugestão do CDES, o governo regulamentou as operações de crédito em consignação em folha de pagamento, a criação da conta-investimento, direcionamento de recursos para microcrédito e a Lei de Falências e criou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) incorpora um dos principais consensos do CDES, qual seja a priorização da Educação como estruturante para o desenvolvimento, demandando articulação com outras políticas públicas e a responsabilização compartilhada entre governos e iniciativa privada. O CDES vem debatendo a Reforma Política e encaminhou parecer sobre o tema ao presidente da República. Elaborou e encaminhou ao presidente da República e, como contribuição, aos presidentes da Câmara e do Senado, como fruto de ampla discussão junto ao Ministério da Fazenda, parecer sobre o projeto de Reforma Tributária. Está contribuindo com análises e proposições sobre a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento e sobre os biocombustíveis e a bioenergia, envolvendo suas múltiplas dimensões econômica, social, ambiental. (BRASIL, 2008c, p. 12).

Para a nossa pesquisa vamos destacar duas discussões do interior do CDES que, posteriormente, foram incorporadas pelo governo Lula em ações políticas.

- ✓ O Plano de Desenvolvimento da Educação, que incorporou as primeiras recomendações do Observatório da Equidade.
- ✓ A criação da lei 11.079/04 sobre as parcerias público-privadas – PPPs.

Conforme tratado no segundo capítulo, as leis nº 9.637/1998 e nº 9.790/99 dos governos FHC inauguraram as parcerias entre a iniciativa privada e o governo e serviram como base para a criação da lei 11.079/04 durante o governo Lula. Ressaltamos que o Conselho, que é composto de grande número de empresários, obteve o consenso em torno da criação das PPPs, que permitiu que a iniciativa privada gestasse algumas atividades que seriam transferidas ao Estado.

Considerada uma iniciativa muito avançada, a recente lei 11.079/04 que versa sobre a instituição da Parceria Público-Privada (PPP), revela-se extremamente importante para o projeto de governo de Lula, redefinindo formas de relacionamento entre Estado e mercado com a previsão de transferência de execução de atividades para a iniciativa privada. [...] notamos semelhanças entre o direcionamento do governo e a atuação do governo anterior. [...] a justificativa para a atuação da iniciativa privada nessa atividade está na idéia de incapacidade de gestão de vários setores pelo Estado, bem como a escassez de recursos, levando o Estado a atuar em parceria com a iniciativa privada. (FRANCO, 2007, p.153-154).

A lei 11.079 /04 construiu, no governo Lula, a base para a criação do PDE, como um importante colaborador dos seus objetivos, com a função de promover o desenvolvimento do país, através das parcerias do governo com a iniciativa privada.

Através da filantropia empresarial, os ideais privados são difundidos como se fossem de interesse público. Além disso, empresários ligados a movimentos, como o Brasil competitivo, passaram a cobiçar os espaços na área da Educação e isso ocorreu através da criação do Movimento Todos Pela Educação- MTPE, que ocupa os espaços permitidos e previstos no PDE. (CHAVES, D., 2012).

O PDE conchama a todos os setores da sociedade a enfrentar os problemas da educação básica como uma iniciativa da Sociedade Civil, composta, em sua grande maioria, por um conjunto de empresários de ramos de

atividades diferentes por meio da filantropia empresarial (“responsabilidade social das empresas”), difundindo seus ideais como sendo os de interesse do público através de algumas instituições, como é o caso do Instituto Ayrton Senna, da Fundação Roberto Marinho, da fundação Victor Civita e do Grupo Gerdau. Nessa direção de redução dos gastos sociais e maior ênfase na adoção de uma administração eficiente preconizada pelo governo FHC durante a Reforma Gerencial, o MBC, presido por Jorge Gerdau Johannpeter⁵², começava a pensar na forma de constituir um braço operativo da classe empresarial na educação: Movimento Todos Pela Educação. (CHAVES, D., 2012, p. 20).

Chaves, D. (2012), explica que o MTPE foi idealizado pelo empresariado como uma forma de intervenção na área educacional. Seus ideais são difundidos como se fossem o mesmo de toda a sociedade, através da divulgação do conceito da identificação do Terceiro Setor como sendo o espelho da Sociedade Civil.

As empresas dos conselheiros citados anteriormente, que teriam se privilegiado do PAC, possuem fundações educacionais ou ações relacionadas à responsabilidade social. Analisemos agora as empresas citadas acima e que tem à sua frente, ou já tiveram, conselheiros do CDES.

- I. Instituto Ayrton Senna⁵³ – Conselheira Viviane Senna – Conselheira de 2003 a 2010.

⁵² O mesmo presidente do Movimento Todos Pela Educação.

⁵³ O Instituto Ayrton Senna é uma organização sem fins lucrativos que pesquisa e produz conhecimentos para melhorar a qualidade da educação, em larga escala. Fundado em 1994, por desejo do tricampeão de Fórmula 1 Ayrton Senna, o Instituto trabalha para desenvolver o potencial das novas gerações, ajudando estudantes a ter sucesso na escola e a ser cidadãos capazes de responder às exigências profissionais, econômicas, culturais e políticas do século 21. Anualmente o Instituto Ayrton Senna capacita 60 mil educadores e seus programas beneficiam diretamente cerca de 2 milhões de alunos em mais de 1.300 municípios nas diversas regiões do Brasil. Financiado com recursos próprios, de doações e de parcerias com a iniciativa privada, o Instituto dispõe às administrações públicas, gratuitamente, serviços de gestão do processo educacional que incluem diagnóstico e planejamento, formação de gestores e educadores, desenvolvimento de soluções pedagógicas e tecnológicas inovadoras, tudo articulado de forma a promover uma educação integral para o pleno desenvolvimento de crianças e jovens em suas múltiplas competências. Os resultados impactantes de suas tecnologias e práticas bem sucedidas fazem do Instituto uma referência para a elaboração de políticas públicas. Pela reconhecida produção e disseminação de conhecimentos e soluções para o desenvolvimento humano, o Instituto Ayrton Senna integra, desde 2004, a rede de Cátedras UNESCO no mundo, e colabora diretamente para que o Brasil possa atingir as metas propostas pela ONU para prover educação básica de qualidade a todas as crianças e a todos os jovens até 2015. Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/quem_somos/historia.asp>. Acesso em 30 de Maio de 2012.

Viviane Senna, que é membro do CDES e nele possui grande influência nos assuntos voltados para a área educacional, preside o IAS - destacado parceiro do MTE - e tem sido uma importante articuladora entre o IAS e o empresariado filantropo, também chamado de “parceiro social”, com a finalidade de obtenção de recursos para instituto, principalmente doações de empresas ligadas ao agronegócio. Essa parceria [da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro (SME/RJ) e o Instituto Ayrton Senna (IAS)] está inscrita num pretenso consenso que qualifica as instituições do chamado “Terceiro Setor” como organizações que, por não tendo fins lucrativos, estar mais próximas das comunidades “carentes” e não sendo estatal podem prestar serviços públicos, principalmente na área social, com maior eficiência e qualidade do que o Estado, visto como uma máquina burocrática pesada e pouco eficiente. (CHAVES, D., 2011a, p.2).

II. Grupo Gerdal – Conselheiro Jorge Gerdau⁵⁴

Jorge Gerdau Johannpeter, preside o Movimento [Todos pela Educação] e que outrora foi organizador do Movimento Brasil Competitivo (2001), que, em certo sentido, foi o germe do Movimento Todos pela Educação em conjunto com o Programa de Promoção da Reforma Educacional na América Latina e no Caribe (Preal)⁵⁵, Itaú-Social, que, valendo-se, como as demais, de isenções tributárias, atua no setor educacional objetivando implementar as parcerias público-privadas na educação básica por meio das Escolas Charter. Compõe ainda o Conselho de Governança da iniciativa outras representações do capital. Fundação Bradesco, Grupo Pão-de-açúcar, Febraban, Sesc, ABN Amro, Fundação Educar DPaschoal, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Grupo Ethos, entre outros. (LEHER, 2010, p.379-380).

Esses importantes empresários nacionais contribuíram para a criação do PDE no CDES, que estabeleceu as diretrizes da participação da iniciativa privada na Educação, permitindo o Movimento Todos Pela Educação- MTPE.

Chaves, D. (2012) exemplifica diversas empresas que integram o MTPE:

Seguindo essa linha de pensamento, o MTPE informa em seu sítio⁵⁶ oficial quais são as organizações que partilham dos mesmos objetivos que ele e fazem acontecer as ações do movimento. São apresentados os patrocinadores, os parceiros e os apoiadores do MTPE na seguinte seqüência: **Patrocinadores:** Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco, Banco Santander, Instituto Unibanco, Grupo Odebrecht, Grupo Gerdau, Grupo DPaschoal, Instituto Camargo Correia, Suzano Papel e Celulose.

⁵⁴ As informações pertinentes sobre esse conselheiro, já foram explicitadas neste capítulo.

⁵⁵ Sobre o PREAL ver SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes. **ENTRE A COOPTAÇÃO E A REPRESSÃO: CAPITAL E TRABALHO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS LATINO-AMERICANAS**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 25ª Reunião Anual. GT Trabalho e Educação – número 09. Caxambu, out. 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/aparecidafatimasantost09.rtf>>. Acesso em 13 de Agosto de 2011.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em 14 de abril de 2012.

Parceiros: Grupo ABC de Marketing, Rede Globo de Televisão, **Instituto Ayrton Senna**, Grupo DD9 Propaganda e Marketing (uma das maiores empresas de marketing do mundo), Rede Sinergia (uma das maiores empresas de energia elétrica do Brasil). **Aliados:** Grupo SM (é um grupo de Educação de referência na Espanha e na América Latina liderado pela Fundação SM), Fundação Victor Civita, Rede Record de Televisão, Microsoft, Canal futura, Fundação Santillana, Amigos da Escola, Instituto Paulo Montenegro (ação social do IBOPE). Os patrocinadores são as organizações privadas que financiam projetos e pesquisas voltadas para área da educação com a finalidade de proporcionar as condições técnicas necessárias para o funcionamento do MTPE. Os parceiros seriam aqueles que ajudam a aplicar e divulgar efetivamente as ações do MTPE; já os aliados seriam organizações capazes de difundir os ideais do MTPE entre os membros da Sociedade Civil. O Fato que chama a atenção é a ação declaratória tanto dos patrocinadores, como dos parceiros, como dos aliados como organizações privadas socialmente responsáveis. No nosso caso específico, muito nos interessa conhecer a parceria entre que o IAS e o MTPE desenvolvem com o fulcro de se atingir a chamada “educação de qualidade” para o século XXI. (CHAVES, D, 2012, p. 13).

Além desses, ainda podemos citar os seguintes conselheiros:

1. Conselheiro Daniel Feffer - Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A.⁵⁷. Conselheiro de 2003 a 2010.
2. Conselheiro Marcelo Odebrecht é diretor Presidente da Odebrecht58 S.A. Conselheiro desde 2010.
3. Conselheira Milu Villela – presidente da Fundação Itaú Cultural⁵⁹. Conselheira de 2003 a 2007.

⁵⁷ Com mais de 85 anos, o Grupo Suzano é uma das mais tradicionais organizações privadas brasileiras, com forte participação na indústria de papel, celulose e energia renovável, e atividades nos setores de corretagem de seguros e resseguros e gerenciamento de riscos, desenvolvimento imobiliário, serviços ambientais, indústria gráfica, e de comunicação multicanal. Por meio do Instituto Ecofuturo, desenvolve projetos que entrelaçam educação e meio ambiente. O Grupo Suzano mantém o Instituto Ecofuturo que tem a missão de gerar e difundir conhecimentos e práticas para a construção coletiva de uma cultura de sustentabilidade com indivíduos e grupos sociais. Atua em parcerias com empresas, poder público, ONGs, Institutos de pesquisas e universidades na educação e meio ambiente. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/grupo-suzano.htm>>. Acesso em: 30 de Maio de 2012.

⁵⁸ Já citado nesse capítulo.

⁵⁹ A Fundação Itaú-Social é o braço de responsabilidade social do Itaú. Sua atuação hoje está relacionada, principalmente, a Programas educacionais. O Instituto Itaú Cultural atua em diferentes áreas de expressão cultural, desenvolvendo projetos para valorizar a produção artística nacional, ampliar o acesso e a compreensão das práticas culturais por todos os setores sociais e incentivar novos talentos por todo o Brasil. Articula parecerias com Instituições públicas, iniciativa privada e Sociedade Civil com os objetivos de democratizar o acesso à cultura, promover o intercâmbio entre agentes culturais e **difundir conteúdos gerados pelo Instituto, dentro e fora do país**. O Instituto também aposta no aprimoramento da formação de profissionais (por meio de programas de capacitação e pesquisa) e valoriza a relação entre arte e tecnologia, fazendo uso das novas ferramentas tecnológicas para ampliar o acesso à cultura. Disponível em:

4. Conselheiro Oded Grajew – presidente do Instituto Ethos⁶⁰ – Conselheiro de 2004 a 2010.

Segundo Leher (2010), nunca se imaginou tal nível de inserção do setor privado, através da participação direta do empresariado, na área educacional do país, como ocorreu durante o governo Lula.

[...] a inflexão em direção ao setor privado e ao capital não se limitou a essa parceria avançando no segundo governo a níveis dificilmente imaginados anteriormente, a definição de que o principal interlocutor do governo em matéria educacional seria o empresariado organizado no movimento Compromisso de Todos pela Educação, a mensagem subjacente a essas medidas é clara: os professores fracassaram e as universidades públicas são responsáveis. [...] A presença empresarial na formação direta de um quarto da população brasileira possui dimensão jamais conhecida na história recente da educação brasileira. A incorporação da agenda empresarial ocorre por meio do PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PDE. Este plano embora instituído por um decreto, na prática revoga o PNE e institui uma miríade de iniciativas fragmentadas. Na exposição de motivos do PDE o governo assume explicitamente que a sua elaboração objetiva implementar a agenda empresarial do Movimento Todos Pela Educação iniciativa que reúne os principais grupos econômicos

<http://ww2.itaub.com.br/sustentabilidade/_/iniciativas/sociedade/instituto-itaub-cultural.aspx> e
<http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2687>. Acesso em 30 de Maio de 2012.

⁶⁰ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como Oscip (organização da Sociedade Civil de interesse público). Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, o Instituto Ethos é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. É também uma referência internacional nesses assuntos, desenvolvendo projetos em parceria com diversas entidades no mundo todo. As empresas são importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico e do avanço tecnológico que está transformando rapidamente o planeta numa aldeia global. Com a crescente interdependência de todos, o bem-estar da humanidade depende cada vez mais de uma ação cooperativa local, regional, nacional e internacional. A participação do setor empresarial – por sua capacidade criadora, seus recursos e sua liderança – é crucial. Os diversos setores da sociedade estão redefinindo seus papéis. As empresas, adotando um comportamento socialmente responsável, são poderosas agentes de mudança para, juntamente com os Estados e a Sociedade Civil, construir um mundo melhor. Ao adicionar às suas competências básicas um comportamento ético e socialmente responsável, as empresas adquirem o respeito das pessoas e das comunidades que são atingidas por suas atividades e gratificadas com o reconhecimento e o engajamento de seus colaboradores e a preferência dos consumidores. A responsabilidade social está se tornando cada vez mais fator de sucesso empresarial, o que cria novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1349/o_instituto_ethos/quem_somos/visao/visao.aspx>. Acesso em: 30 de Maio de 2012.

que constituem o bloco de poder dominante. O PDE assume inclusive na denominação a agenda do Compromisso Todos Pela Educação, movimento lançado em seis de Setembro de 2006, em São Paulo. Apresentado como iniciativa da Sociedade Civil e conclamando a partir de todos os setores sociais esse movimento é constituído de fato como um aglomerado de grupos empresariais. (LEHER, 2010, p. 378).

A hegemonia capitalista entende que é necessário um mundo sem antagonismos de classes para alcançar o desenvolvimento. O Estado atua na organização do consenso burguês diante do conjunto das classes trabalhadoras, por meio de uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) cuja atuação se encontra na difusão de concepções como “diálogo social”, “negociação”, “pacto” etc.

Introduziam-se padrões de sociabilidade de novo tipo que incluíam agora o custo empresarial para administrar conflitos, imiscuindo-se nas mais variadas entidades organizativas, redefinindo a complexidade da Sociedade Civil em suas reivindicações e em sua articulação com o Estado. (FONTES, 2010, p. 265).

3.3 Análise da consolidação do CDES

A construção institucional do CDES foi realizada em dois momentos. A primeira fase de criação e estruturação corresponde ao período do primeiro mandato do presidente Lula, de 2003 a 2006. O período de transição para a segunda fase (chamada de fortalecimento institucional) do processo de construção institucional do Conselho iniciou-se em 2004 - com a gestão do ministro Jaques Wagner - mas só começou a ganhar destaque em 2006, momento de consolidação da segunda fase sob a gestão de Tarso Genro. (RIBEIRO, 2010).

Genro voltou ao comando do Conselho em 2006, na nova estrutura institucional, como ministro das Relações Institucionais, e promoveu o fortalecimento da sua organização, especialmente através da realização de diversos eventos, seminários e encontros, inclusive sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, que, no contexto do segundo mandato de Lula, também contribuiu para o fortalecimento do Conselho.

Esse movimento de emergência do debate sobre o desenvolvimento como centro da agenda política e econômica do país foi consubstanciado por instituições que coadunam com essas políticas, como é o caso do CDES. É difícil dizer até que ponto o Conselho é resultado desse processo e/ou se o estimula. Entretanto, o fato é que tal movimento abre espaço para o

fortalecimento institucional do Conselho e para que a nova arena atue como articulador e promotor de consenso em torno dos caminhos para se alcançar o desenvolvimento. (RIBEIRO, 2010, p. 18).

Ainda durante a campanha presidencial do segundo mandato, Lula afirmou seu objetivo de “consolidar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social como canal de diálogo permanente entre o governo e a sociedade brasileira, aprofundando o debate sobre a agenda de desenvolvimento nacional”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002a).

O CDES adquiriu maior importância do primeiro para o segundo mandato de Lula. No Conselho, o presidente aprofundou suas relações com o empresariado nacional e revelou seu total apoio em acolher as demandas dessa classe social nas diversas medidas políticas implementadas pelo seu governo. Segundo Oliveira (2010), para o segundo mandato de Lula, já não havia grandes expectativas de alterações das políticas de governo, como houve no primeiro mandato, nem por parte da direita e nem da esquerda. “[...] Lula não tem objetivos, porque não tem inimigos de classe”. (OLIVEIRA, 2010, p. 22).

Há uma gama variada de interpretações para a retumbante vitória. A mais óbvia acentua a influência do Bolsa Família, que teria garantido uma votação dos estratos mais pobres da sociedade. Tanto que no Nordeste, região, região que recebe o maior contingente assistencial do Bolsa Família, Lula ultrapassou os 70% em quase todos os municípios. [...] [Entretanto,] o presidente reeleito [...] reendossou a política econômica, manteve nos cargos algumas figuras emblemáticas (Meirelles – BACEN) e defendeu a “era Palocci”. **No mesmo movimento Lula aventou nomes para compor o novo ministério que estão entre os mais reacionários do meio empresário – a começar por Jorge Gerdau Johannpeter, proprietário do maior conjunto de siderúrgicas do Brasil (e de algumas no exterior), compradas na bacia das almas das privatizações do governo FHC. [...] O presidente reeleito [...] queixou-se amargamente, isso sim, de não ser o preferido dos “ricos”, cobrando-lhes o fato de que nunca os banqueiros ganharam tanto dinheiro como em seu governo, para logo depois dizer que “os pobres” haviam ganho a eleição.** (OLIVEIRA, 2010, p. 21-24, grifos nossos).

Oliveira (2010) explica que, apesar de Lula ter vencido as eleições em 2006 com a decisiva contribuição do Bolsa Família, queixou-se de não ter sido o candidato preferido dos ricos, pois durante o primeiro mandato favoreceu seus interesses sobremaneira, e mesmo sem esse reconhecimento dos ricos, como ele

mesmo disse, escolheu para ocupar cargos importantes, personalidades como o conselheiro Jorge Gerdau.

Em vez de distribuir renda, propõe-se o redirecionamento dos recursos disponíveis, promovendo-se a redução de gastos com aposentadorias e pensões (que se dirigem à parcela da população de maior renda, àqueles considerados “privilegiados”) e o aumento dos gastos com programas de renda mínima, dirigidos aos mais pobres. Justifica-se, assim, a reforma da Previdência e a opção por políticas compensatórias, a exemplo dos programas Fome Zero⁶¹ e Bolsa Família. Além disso, o aumento do consumo é resultado, em grande medida, da maior oferta de crédito. (NOVELLI, 2010, p. 231).

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sempre defendeu que o desenvolvimento do país se daria em conjunto com a distribuição de renda. Entretanto, na análise da documentação pertinente, percebemos que a distribuição de renda se restringiu às políticas compensatórias, como o Bolsa Família e o Fome Zero, que previsivelmente possibilitaria que parcelas consideráveis da população pudessem participar do mercado de consumo nacional, aumentando a lucratividade do empresariado.

O Programa Fome Zero (que retomou o mote da campanha de Betinho) e o Bolsa Família generalizaram a experiência, antes limitada a uma tímida vitrine social, do Programa Comunidade Solidária, de Ruth e Fernando Henrique Cardoso. Não elimina o viés filantrópico nem a cidadania da miséria, e expressa uma diretriz diretamente empreendedora para o capital-imperialismo. (FONTES, 2010, p.297).

Para que o Bolsa Família se concretizasse, a verba pública deveria ser transferida dos “gastos” com o sistema previdenciário, por exemplo, justificando que essa transferência representaria a distribuição de renda, ou seja, retirando verbas dos direitos de parcelas da população “privilegiada”, como os servidores públicos, por exemplo, e distribuindo para a população que vivia abaixo da linha da pobreza. No entanto, as políticas compensatórias mantiveram o viés filantrópico, não

⁶¹ O Fome Zero, principal vitrine do primeiro ano do mandato, constitui um conjunto de programas de caráter emergencial visando o apoio ao consumo de alimentos; a distribuição de cestas básicas em acampamentos de sem-terra, comunidades indígenas e quilombolas; o incentivo à agricultura familiar; a ampliação da merenda escolar; a nutrição materno-infantil, a implantação de restaurantes populares e banco de alimentos. Esse programa, bastante criticado ao longo de 2003, devido à falta de recursos destinados pelo governo às políticas sociais, à morosidade e à dificuldade em sua implementação, acabou sendo incorporado pelo Bolsa Família. (NOVELLI, 2010, p. 231).

caracterizando a necessária distribuição de renda que proporcionaria direitos definitivos.

Em 2010, foi elaborado mais um importante documento, fruto de meses de discussões, a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento, a qual foi apresentada pelo Conselho como um marco, tanto no processo quanto no conteúdo dos trabalhos, teve como base as discussões da Agenda Nacional de Desenvolvimento e os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. Seus trabalhos iniciais foram realizados a partir das discussões sobre a crise econômica financeira internacional em Março de 2008, sendo finalizada em 17 de Junho de 2010.

Nesse documento, os conselheiros apontaram saídas para que o Brasil fosse menos atingido pela crise econômica mundial do ano de 2008. Essas orientações foram prontamente acatadas pelo governo que adotou as medidas recomendadas pelo Conselho. O Conselho apresentou uma estratégia que propôs articular elementos internos, tais como: expansão do emprego e renda, fortalecimento do mercado interno e investimentos com inserção internacional. A Agenda considerou fundamental para o avanço do processo de desenvolvimento do país:

1) Os novos horizontes da educação; 2) Desafios do Estado democrático e indutor do desenvolvimento; 3) A transição para a sociedade do conhecimento; 4) Trabalho decente e inclusão produtiva; 5) Padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento; 6) O potencial da agricultura; 7) O papel da Infraestrutura; 8) Sustentabilidade; e 9) Consolidação e ampliação de políticas sociais. (BRASIL, 2010a, p.5).

Ainda no ano de 2010, o CDES divulgou um documento chamado de “O debate sobre o desenvolvimento no CDES - Documento Síntese”. O Documento Síntese (BRASIL, 2010c) foi produzido pelo CDES com o objetivo de realizar o monitoramento das metas propostas nos Enunciados Estratégicos do ano de 2006, já citados neste capítulo. Os conselheiros entenderam que apesar de ainda existirem muitos desafios, houve avanços nas metas relacionadas à economia e à redução da pobreza.

Nesse documento, pretendeu-se, também, realizar uma análise sobre as políticas públicas e o desempenho da economia brasileira, enquanto resultados das

recomendações do CDES, no período do último governo Lula – 2006 a 2010, a partir das informações disponibilizadas pelos órgãos oficiais. (BRASIL, 2010c). Destacamos alguns pontos relevantes de tal documento, os quais contribuirão para a nossa análise.

O documento ressalta que houve um aumento de 20% da participação dos mais pobres na renda nacional. No ano de 2010, a pobreza teria diminuído 45,5% (cerca de 20,5 milhões de pessoas) em relação ao ano de 2003, em que 96,2 milhões de pessoas faziam parte da classe D-E, 65,9 milhões de pessoas, da classe C e 13,3 milhões, da classe A-B. No final do segundo mandato de Lula, em 2009, os números foram alterados para: 73,3 milhões de pessoas na classe D-E; 94,9 milhões na classe C e 20 milhões na classe A-B. Segundo o CDES, isto ocorreu em razão da ampliação dos programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família (BRASIL, 2010c).

CDES também aponta o aumento das matrículas no ensino privado, e ao PROUNI (Programa Universidade para Todos) é atribuído esse resultado. No ano de 2010 foram concedidas 240.411 bolsas em universidades privadas. Ficou registrada a promessa de ampliação do REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. (BRASIL, 2010c). Ressaltamos que os conselheiros do CDES possuem relações com diversas fundações educacionais e, mais uma vez, o empresariado foi favorecido, pois os investimentos que deveriam ser realizados na universidade pública foram direcionados às instituições particulares, através de incentivos financeiros e do pagamento de bolsas de estudo parciais e integrais.

De acordo com os conselheiros, houve aumento dos investimentos em saúde, esse “aumento” é expresso no gasto de menos de 4% do PIB até o ano de 2009, quando o previsto era 4,5%. Apesar disso, no documento, ficou registrada a promessa de investir 5,65 % do PIB, sendo que o previsto pelos Enunciados era 6%, até o ano de 2022, ocasião de aniversário de 200 anos da independência do Brasil, data escolhida para que as metas dos Enunciados fossem totalmente cumpridas. (BRASIL, 2010c). É interessante observar um prazo tão longo para investimentos na área da saúde, tão sucateada durante todos os últimos governos.

Em relação à realização da Reforma Agrária, o documento esclareceu que uma das dificuldades de cumprir essa meta foi a ausência ou a baixa qualidade de dados atualizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a respeito dos assentamentos realizados. (BRASIL, 2010c). Consideramos ser esta uma justificativa irrelevante.

Segundo o documento do CDES, a proposta do pacto social foi explicada no modelo de governança da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Esperava-se que o pacto federativo funcionasse sem conflitos e com o objetivo de equilibrar as forças do Estado, do mercado e da Sociedade Civil, incluindo a sociedade na busca do desenvolvimento nacional. Para o cumprimento dessa meta, o documento explica que foi difundida a concepção de democracia e foram abertas as áreas da administração pública “resistentes” à participação social. (BRASIL, 2010c).

Ainda de acordo com o CDES, essa meta foi cumprida, pois, entre 2003 e 2010, foram criados dezenove Conselhos Nacionais (incluindo o CDES) e dezessete foram reformulados. No período de 2003 a 2009, segundo esse mesmo documento (BRASIL, 2010c) houve a realização de cinquenta e cinco conferências nacionais, cerca de setecentas conferências estaduais e aproximadamente quinze mil conferências municipais e foram mais de três milhões e meio de brasileiros que participaram desses espaços. Conforme o CDES, esse contexto integra a concepção de Governança Estratégica e é fundamental para que a Sociedade Civil “participe” das decisões sobre as ações políticas do governo. (BRASIL, 2010c).

Segundo o Conselho, as políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo, além de contribuírem para a expansão do mercado de consumo de massa na economia brasileira, favoreceram a redução das desigualdades sociais.

Na visão dos conselheiros

A análise mostra que o Brasil apresentou desempenho satisfatório em alguns indicadores, superando algumas das metas sugeridas pelos EED; já outros indicadores necessitam de um acompanhamento mais cuidadoso. **Os melhores desempenhos foram decorrentes das variáveis macroeconômicas, do sistema financeiro nacional, das pequenas e médias empresas, da desigualdade social e da governança estratégica.**

Por fim, há um grupo de indicadores que **necessita de acompanhamento rigoroso**. Nessa situação se enquadram política tributária, infraestrutura econômica, **reforma agrária, educação, saúde, infraestrutura urbana e social, segurança pública e sistema judiciário**. As deficiências apresentadas por esses indicadores precisam ser superadas sob pena de atrasar o processo de análise do desenvolvimento econômico e social em curso no Brasil. (BRASIL, 2010c, p.11).

Nessa conclusão dos próprios conselheiros, no ano de 2010, ou seja, oito anos de governo Lula e de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social enquanto espaço privilegiado da participação da Sociedade Civil, ainda há “um grupo de indicadores” que não alcançaram as metas esperadas. Essas áreas “privilegiadas” foram, entre outras, a saúde, educação, reforma agrária, desenvolvimento urbano e social e segurança pública.

Conforme vimos, as metas relacionadas à construção da cultura de um país mais justo e solidário, onde as responsabilidades cidadãs nas relações sociais e a formação das pessoas para o mundo de trabalho atual - que exige dos trabalhadores o “conhecimento” e o “empreendedorismo”, além, certamente, de flexibilidade para se adaptar às mudanças tecnológicas e informacionais dentro do padrão civilizatório – estão sendo cumpridas com maior intensidade a cada dia. (CHAVES, D., 2010). Para continuar a desenvolver essa concepção, o CDES entende que

Compete às políticas públicas transversais, como educação, cultura, saúde, entre outras, **a tarefa de formar cidadãos com a consciência de suas responsabilidades sociais e com as competências para desenvolver, receber e aplicar novas tecnologias sociais e produtivas**. A dimensão educacional é, portanto, central e deve contemplar os diferentes níveis e modalidades educacionais, além de integrar-se às dimensões cultural, social e produtiva das comunidades em que são inseridos os espaços escolares, integrar-se nos diferentes processos sociais incentivadores das pessoas para o aprendizado e a educação continuada, sintonizada com a produção científica e tecnológica. A maior convergência nas análises é a de que os indicadores educacionais de maneira geral avançaram, porém o ritmo de melhoria é muito lento tanto nas mudanças nas diretrizes e tecnologias educacionais quanto **na criação das condições necessárias para que efetivamente tenhamos educação de qualidade, como valorização e formação dos trabalhadores na educação, infraestrutura, gestão, compatibilização e colaboração entre os sistemas educacionais federal, estadual e municipal**. É consenso a percepção de urgência e prioridade para mudar o quadro educacional do País, **se o objetivo é estar inserido na dinâmica civilizatória e econômica do mundo atual**. A síntese radical a ser feita é a de que a escola que temos hoje é **despreparada para formar pessoas para inserir-se na sociedade do conhecimento**, pelo contrário, sua ação multiplica desigualdades na medida em que não é sistêmica, distribui desigualmente oportunidades e qualidade de serviços educacionais, escolariza pessoas com insuficiências em aprendizagens fundamentais, como leitura, escrita e matemática, elimina estudantes precocemente, entre outras características.

Re-inventar a escola será um caminho que depende do envolvimento do conjunto da sociedade. Construir o sentido de urgência e compromisso social é um desafio para consolidar as condições fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. (BRASIL, 2010c, p.13).

Está claro que a Educação é vista como fundamental, pelo Conselho, para formar cidadãos que compartilhem do consenso sobre suas responsabilidades sociais. (CHAVES, D., 2011a). Por isso, a escola deve ser re-inventada, para que possa consolidar essa concepção e garantir o desenvolvimento do país, no modelo em que está, de favorecimento aos interesses do capital. Dessa forma, se o país quer se inserir na “dinâmica civilizatória e econômica”, deve abrir mão da escola atual, despreparada para a formação de pessoas que integrem a sociedade do conhecimento. Nessa premissa, sustentam-se as parcerias público-privadas, em que os ideais de educação das empresas são difundidos através das suas fundações educacionais. (CHAVES, D., 2011c). Por essa razão, o governo investiu no PROUNI, que garantiu o lucro ao empresariado e a formação ideológica da esfera privada.

Conclusão

Ao longo desta pesquisa, percebemos que, para implementar suas políticas e garantir a governabilidade do país, o governo Lula precisou ampliar suas bases políticas e contar com o apoio de setores importantes da sociedade, como o empresariado. O CDES contribuiu para que os temores relacionados à origem social e política do Partido dos Trabalhadores fossem sensivelmente diminuídos, na medida em que agregou diversos representantes da sociedade, principalmente os empresários, que, no CDES, foram maioria, e puderam perceber que o novo governo não os prejudicaria.

Num primeiro contato com o *site* do CDES, nos chama atenção a quantidade de documentos produzidos, reuniões realizadas e contribuições oferecidas ao governo e acolhidas por ele. Dá-nos a impressão de que estamos diante de um espaço propício de discussões de temas relevantes da Sociedade Civil, o que ocorre também quando lemos os discursos do Conselho, presentes na documentação analisada. No entanto, um olhar mais acurado percebe que a Sociedade Civil presente no CDES não é a mesma que está nas ruas e nos espaços comuns do país. Uma simples pesquisa no rol dos conselheiros abre os nossos olhos para a essência da “Sociedade Civil” que vem discutindo temas extremamente relevantes para a população brasileira, desde o ano de 2003 até os dias atuais, apesar da mudança de governante no ano de 2011.

O Conselho teve e continua tendo a função de assessorar o presidente da República na formulação de políticas que definam esse desejado modelo de desenvolvimento para o país. Entretanto, o resultado da composição empresarial do CDES é uma série de leis e programas de governo que tem beneficiado essa classe social, através dos incentivos financeiros para o aumento do seu capital, da ampliação dos espaços para a sua ingerência sobre os rumos da educação no país, entre outras medidas importantes.

O CDES tem sido utilizado como gerador de consenso na sociedade para a hegemonia capitalista no Brasil, que abrange: a extinção da luta de classes, a diminuição dos direitos dos trabalhadores e o aumento da taxa de lucro do capital.

Tudo isso tem sido realizado com a fidelidade absoluta dos governos petistas através do discurso de que não há antagonismos entre as classes sociais, de que os interesses particulares devem ser minimizados em prol do desenvolvimento do país.

Referências Bibliográficas:

AGOSTINE, Cristiane; GRABOIS, Ana Paula. Empresário aprova Lula, mas vota Serra. **Revista Valor Econômico**. Seção Especial, São Paulo, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.weg.net/br/Media-Center/WEG-na-Imprensa/Valor-Economico/Empresario-aprova-Lula-mas-vota-Serra>>. Acesso em: 12 de Maio de 2010.

ALMEIDA, Monica Picollo. **Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor: Uma Leitura Gramsciana**. Apresentado no laboratório Polis, texto de discussão n.10, discutido no dia 12/09/2007. Niterói: 2007.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil. Collor, FHC e Lula**. 2 ed. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2005.

ATTAC. Le petit Alter. Dictionaire Altermondialiste. **Mille etunenuits**. Fayard. Paris: 2006.

CHAVES, David Santos Pereira. INSTITUTO AYRTON SENNA E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PENETRAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO PARA O CONFORMISMO. **Revista de Trabalhos Acadêmicos**, nº 01. Niterói, 2010. (ISSN 2179-1589). Disponível em: <<http://revista.universo.edu.br/index.php/1reta2/article/viewArticle/281>>. Acesso em: 13 de Junho de 2011.

_____. A Penetração do Terceiro Setor no chão da Escola Pública: Parceria Público-Privada entre o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. In: VI Semana de História Política, III Semana Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2011a. (ISSN 2175-831X)

_____. Parceria público/privada entre o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro: estudo de caso. **REVISTA UNIABEU**, v. 04, n.7, p. 74-82, ago. 2011b. (ISSN 2179-5037) Disponível em: <<http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RU/article/view/161>>. Acesso em: 10 de Maio de 2011.

_____. Refuncionamento da escola pública e esvaziamento da concepção de educação como Direito Público e subjetivo: parcerias público-privada entre o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. In: IV Seminário Nacional de História da Unirio – História Social: Poder e suas dimensões. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011c.

_____. Refuncionamento da escola pública e expropriação do saber docente: atuação do Instituto Ayrton Senna, através do programa “Acelera Brasil”, na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. In: Primeiro Congresso Nacional de Educação e Trabalho. **Anais...** Cabo Frio: UFRJ, 2011d.

_____. EXPROPRIAÇÃO DO SABER DOCENTE: INVASÃO DA LÓGICA TECNOCRÁTICA DO INSTITUTO AYRTON SENNA NA PRODUÇÃO DO ALUNO/MERCADORIA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. In: XVI Semana de Educação da UERJ - “Os Sentidos da Pedagogia hoje”. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2011e.

_____. Terceiro Setor e Educação. In: VIII SIMPOSIO DE HISTÓRIA: ESTADO, PODER E VIOLÊNCIA. **Anais...** São Gonçalo: UNIVERSO, 2011f. (ISSN 2175-0378).

_____. Políticas Públicas e reconfiguração da escola pública: Programa Acelera Brasil. XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio, Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa. **Anais...** São Gonçalo, 2012. Disponível em: <<http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/site/capa>>. (No prelo).

CHAVES, Kelly Barreto Videira. A adesão do Governo Lula ao projeto Neoliberal: da implementação das políticas de desenvolvimento do Milênio à manutenção das bases eleitorais nos movimentos sociais e na Academia. **Revista de Trabalhos Acadêmicos**, n.1. Niterói, 2010. (ISSN 2179-1589) Disponível em: <<http://revista.universo.edu.br/index.php/1reta2/article/viewPDFInterstitial/267/159>>. Acesso em: 16 de Fevereiro de 2011.

_____. Sociedade Civil no Governo Lula. In: VIII SIMPOSIO DE HISTÓRIA: ESTADO, PODER E VIOLÊNCIA. **Anais...** São Gonçalo: UNIVERSO, 2011a. (ISSN 2175-0378).

_____. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a Hegemonia Capitalista: Novo Pacto entre Estado e Sociedade Civil.** In: Sarmiento, Erica. et al. (orgs.) Publicação Discente do Programa de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira, 1ª Edição, Niterói, 2011b. (ISBN 978.85.87879.09.7).

_____. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o transformismo do Partido dos Trabalhadores. In: VI Semana de História Política, III Semana Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2011c. (ISSN 2175-831X).

_____. O Novo Pacto entre o Estado e a Sociedade Civil no contexto da Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento. In: IV Seminário Nacional de História da Unirio – História Social: Poder e suas dimensões. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011d.

_____. A prioridade da Educação na Agenda de Desenvolvimento do CDES. In: Primeiro Congresso Nacional de Educação e Trabalho. **Anais...** Cabo Frio: UFRJ, 2011e.

_____. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e os projetos políticos para a educação. In: XVI Semana de Educação da UERJ, “Os Sentidos da Pedagogia hoje”. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2011f.

_____. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Partido dos Trabalhadores: análise da hegemonia capitalista no Brasil. **REVISTA UNIABEU**, v. 04, n.8, p. 153-162, dez. 2011g. (ISSN 2179-5037). Disponível em: <<http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RU/article/view/158>>. Acesso em: 12 de Maio de 2011.

_____. Política e concertação social no Brasil do século XXI: O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. In: **XV Encontro Regional de História** - ANPUH-Rio, Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa. **Anais...** São Gonçalo, 2012. Disponível em: <<http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/site/capa>>. (No prelo).

COELHO, Eurelino. **UMA ESQUERDA PARA O CAPITAL. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História. Niterói, 2005. 549p.

COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Vanda Maria. **O CDES: a aprendizagem da pactuação**, 2005. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em: 05/07/2010.

_____. **Os Conselhos do CDES: experimento sem conclusão**, 2006. Revista Inteligência, n. 32, pp. 146-161.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: Embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006.

DINIZ, Eli. **Globalização, Reforma do Estado e Teoria Democrática Contemporânea**, São Paulo, Perspec. vol.15, n.4, São Paulo: Oct./Dec. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400003>>. Acesso em: 05/07/2010.

_____. **O pós-consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados**. In DINIZ, Eli (org.) **Globalização, Estado e desenvolvimento: Dilemas do Brasil no Limiar do Novo Milênio**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a.

_____; BOSCHI, Renato. **A difícil rota do desenvolvimento – empresários e a agenda pós-neoliberal**. Belo Horizonte: editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007b.

FLEURY, S. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Lula. In: Martins, Paulo Emílio Matos; Octavio Penna Pieranti. (Org.). **Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, v. s/v, p. 79-105.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. **Interrogações sobre o capitalismo na atualidade - trabalho e capital, economia e política.** CEMARX. No prelo, 2005.

_____. **O Manifesto Comunista e o Pensamento Histórico.** In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). O Manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro, Contraponto – São Paulo, Perseu Abramo, 1998.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **PRA QUE PT. Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores.** Cortez, São Paulo, 1989.

GARCIA, Cyro. **PARTIDO DOS TRABALHADORES: Rompendo com a lógica da diferença.** Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social. Uff, Niterói, 2000. 125p.

GENRO, Tarso. **Democratizar as relações entre governo e sociedade.** In: CORREA, Jaime Montalvo (et. al.). Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha. São Paulo: Perseu Abramo, 2003a.

_____. **As Premissas da Concertação.** Disponível em: <<http://www.tarsogenro.com.br/>>. 2003b. Acesso em: 05/07/2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

_____. _____. Vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____. _____. Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000b.

_____. _____. Vol. 5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais.** São Paulo, Loyola, 2000.

GUIOT, André Pereira. **Sociedade Civil e o ideário da “concertação social” no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) dos governos Lula da Silva.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

HARNECKER, Marta. **El Sueño era Posible.** Santiago, LOM Ediciones, 1995.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo.** SÃO PAULO: Edições Loyola, 2004.

_____. (Org.). **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo, Boitempo, 2012.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. **Coordenação de Trabalho e Rendimento.** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/196187-DEFICIT-HABITACIONAL-NO-BRASIL-E-DE-5,5-MILHOES-DE-MORADIAS.html>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2011.

KECK, Margaret. **PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

LEHER, Roberto. **Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. In: Os anos Lula. - Rio de Janeiro: Garamond, 2010. pp. 378-379.

LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. 3ª reimp. São Paulo: Fiocruz/EPSJV, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Livro 1.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: LASKI, Harold J., *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

MENDONÇA, Sônia Regina de. (org.) **Estado Brasileiro: Agências e Agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e de opressão: Os trabalhadores e a luta pela Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MCILROY, John. **O Inverno do Sindicalismo**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOVELLI, José Marcos Nayme. **'A Questão da Continuidade da Política Macroeconômica entre o Governo Cardoso e Lula (1995-2006)'**, Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 227-240, jun. 2010.

PAIVA, Diogo Henrique da Silva. **PT e PSDB: Dois programas de Governo, um projeto para o Brasil**. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia filosofia e Política da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista. 2006.115p.

PAULANI, L. M. **O projeto Neoliberal para a sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses**. In: Júlio C. F. Lima; Lúcia M. W. Neves. (Org.). *Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo*. 3ª reimp. São Paulo: Fiocruz/EPSJV, 2008.

PERONI, V. M. V. **Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública**. Eccos: Porto alegre, v. 8, n. 1, p. 145-173, 2006. Plano Diretor da Reforma de Estado. Brasília: 1995.

POCHMANN, M. **Economia brasileira hoje: seus principais problemas**. In: LIMA, J.C.F. e NEVES, L.M.W. (org). Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

POMAR, Wladimir. **Quase lá: Lula, o susto das elites**. Brasil Urgente, São Paulo, 1990.

RIBEIRO, Daniela Mesquita de Franco. **A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento?** 7º Encontro da ABCP, Recife, 2010. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/21_6_2010_10_3_6.pdf>. Acesso em: 20 de Setembro de 2011.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Um Partido em mutação: A transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. 2004. 184p.

_____. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. 2008. 306p.

RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores, sindicalismo e Democracia. A Trajetória da CUT. São Paulo: Scritta, 1997, p. 207.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.

SADER, Emir. **Brasil, de Getúlio a Lula**. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). Brasil entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes. **ENTRE A COOPTAÇÃO E A REPRESSÃO: CAPITAL E TRABALHO NAS REFORMAS EDUCACIONAIS LATINO-AMERICANAS**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 25ª Reunião Anual. GT Trabalho e Educação – número 09. Caxambu, out. 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/aparecidafatimasantost09.rtf>>. Acesso em: 13 de Agosto de 2011.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo, Publifolha, 2001.

_____. e KOWARICK, Lúcio. **“A Experiência do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de São Paulo”**. Novos Estudos CEBRAP, nº 35, março, 1993, pp. 195-216.

SINGER, Paul. **A Crise do Milagre**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, R.N.; OLIVEIRA, R. **Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação**. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPe, 4.,

1996, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais/educ/ce04..htm>> Acesso em: 21 jan. 1997.

SOBRAL, Eliane. Os novos bilionários. **Revista Isto é Dinheiro**. São Paulo, edição 691, Especial A Era Lula, mai. 2012. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/45287_OS+NOVOS+BILIONARIOS>. Acesso em: 10 de Maio de 2012.

TAPIA, Jorge. **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional**. In: Diniz, Eli. Globalização, Estado e desenvolvimento – Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2007.

Vizeu, Fábio; Bin, Daniel. (2008), Democracia deliberativa: leitura crítica do caso CDES à luz da teoria do discurso. **Revista de Administração Pública**.v. 42, n.1. pp. 83-108.

WILLIAMSON, John. **Depois do Consenso de Washington: Uma agenda para a Reforma Econômica na América Latina**. Palestra apresentada a FAAP. São Paulo, 25 de Agosto de 2003, p. 1-9.

WOOD, Ellen. M. **Democracia contra o capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Fontes:

BRASIL. Lei n.º 8031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1990/lei-8031-12-abril-1990-375980-norma-pl.html>>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=524&cat=238&sec=25>>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2012.

_____. Lei n.º 9637, de 15 de Maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que mencionam e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, 1998a. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de Maio de 1998. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1990/lei-8031-12-abril-1990-375980-norma-pl.html>>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____. Lei n.º 9608, de 18 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília, 1998b. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de Fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____. Lei n.º 9790, de 23 de Março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de Março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____. Lei n.º 10683, de 28 de Maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003a. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de Maio de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____. Medida Provisória n. 103, de 01 de Janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003b. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 de Janeiro de 2003. Edição especial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**. Agência Brasil. Brasília, 2003c. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 11 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **O funcionamento do CDES**. Brasília, 2003d. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 11 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cartas de Concertação**. Brasília, 2003e. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 11 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Atividades CDES 2003**. Brasília, 2003f. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 11 de Março de 2012.

_____. Lei n.º 11.204, de 5 de Dezembro de 2005. Altera a Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei n.º 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei n.º 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 de Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11204.htm>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 13 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Agenda Nacional de Desenvolvimento**. Brasília, 2007a. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 13 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **21ª reunião do Pleno do CDES**. Brasília, 2007b. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 13 de Março de 2012.

_____. Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília, 2007c. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de Janeiro de 2007. Edição especial. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2012.

_____. **Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional**. Coleção Fernando Collor. Brasília, 2008a. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/180157>>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **A Governança do CDES e a contribuição do CDES para a Governança do processo de desenvolvimento do Brasil**. Brasília, 2008b. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 13 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Termo de Referência**. Brasília, 2008c. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 13 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento**. Brasília, 2010a. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 13 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **A Linha do Tempo**. Brasília, 2010b. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 13 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **O debate sobre desenvolvimento no CDES- Documento síntese**. Brasília, 2010c. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 13 de Março de 2012.

_____. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os oito anos do CDES**. Brasília, 2010d. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. Acesso em 13 de Março de 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra Brasil: propostas de governo**. São Paulo, 1994.

_____. **Avança, Brasil: Proposta de Governo.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <www.bvce.org>. Acesso em: 13 de Março de 2012.

CUT. **Câmaras Setoriais e Intervenção Sindical.** *Texto para discussão n°5.* São Paulo, julho de 1992, p.8. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/acervo/livros-e-folhetos>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2012.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta de Princípios.** SP, 1979.

_____. **Manifesto de Fundação.** SP, 1980a.

_____. **Lula, entrevistas e discursos.** São Bernardo do Campo, ABCD Sociedade Editorial, 1980b.

_____. **Resoluções de Encontros e Congressos e Programas de Governo.** Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/basesdoprogramadegov.pdf>>. Acesso em 25 de Maio de 2011.

_____. **Um Brasil para Todos.** Crescimento, Emprego e Inclusão Social. Coligação Lula Presidente. Programa de Governo. SP, 2002a. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/basesdoprogramadegov.pdf>>. Acesso em 25 de Maio de 2011.

_____. **Compromisso com a Mudança.** Discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva em 28/10/2002 São Paulo, 2002b. Disponível em <www.pt.org.br>. Acesso em 11/12/2010.

_____. **Carta ao Povo Brasileiro.** 22/06/2002.SP, 2002c.

_____. **Caderno de Formação: o PT faz história.** São Paulo: Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, 2003.